View metadata, citation and similar papers at core.ac.uk
brought to you by CORE
provided by Repositorio da Producao Cientifica e Intelectual da Unicamp

LUIZ BEZERRA NETO

SEM TERRA APRENDE E ENSINA: Um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - 1979-1998

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

AGOSTO DE 1998

LUIZ BEZERRA NETO

SEM TERRA APRENDE E ENSINA: Um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - 1979-1998

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida por LUIZ BEZERRA NETO
e aprovada pela Comissão Julgadora.
Data: ____/___/____
Assinatura: _____
Orientador

LUIZ BEZERRA NETO

SEM TERRA APRENDE E ENSINA: Um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - 1979-1998

Trabalho apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em Educação, na Área de Concentração - Filosofia e História da Educação, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. JOSÉ CLAUDINEI LOMBARDI.

Campinas, 1998

Comissão Julgadora

_____

_____

_____

"É verdade que depois de derrubadas as cercas do latifúndio, outras se levantarão: as cercas do judiciário, as cercas da polícia (ou das milícias privadas), as cercas dos meios de comunicação de massa... Mas é verdade também que cada vez mais caem cercas a sociedade é obrigada a olhar e discutir o tamanho das desigualdades, o tamanho da opulência e da miséria, o tamanho da fartura e da fome".

Pedro Tierra, 1995

À Cristina minha companheira e a meus filhos, Henrique, Paulo, Maiara e Tainara que muito se sacrificaram para que esta pesquisa fosse concluída.

A todos as pessoas que tombaram na luta pela terra ou em defesa de uma sociedade socialista bem como àqueles que por ainda acreditarem nesse ideal continuam firmes nessa luta.

AGRADECIMENTOS

A meus pais e irmãos que sempre me incentivaram no estudo.

A Capes pelo indispensável apoio financeiro, sem o qual esta pesquisa dificilmente teria sido realizada.

Ao professor Dr José Claudinei Lombardi, pela dedicação no trabalho de orientação.

Aos companheiros Edson e Silvana Barbosa, pelas noites de sono perdidas desde a elaboração do projeto, ajudando na leitura deste trabalho.
Aos amigos Anselmo e Lilia que conheci durante o curso e muito me ajudaram nas discussões a respeito dos problemas da educação no MST
A Graziela, amiga que conheci no ônibus no primeiro dia de aula e que dedicou muito de seu raro tempo nas leituras e revisão deste trabalho.
A Terezinha Silvério, amiga de tantas lutas, que arrumou um tempinho para ajudar na revisão final.
Nas pessoas de Luzia e Fátima Celim e Mauro Zeuri, agradeço a todos os amigos que me estimularam no processo de estudo.
Através da Belzinha, agradeço a todos os amigos da APEOESP, que muito me ajudaram no discernimento do processo de estudos.
Nas pessoas de Marina e Nadir, agradeço ao pessoal da secretária pelo inestimável apoio ao longo do trabalho.
Através da Mara, agradeço a todos os amigos, com quem tive o prazer de compartilhar os espaços da sala de aula e do grupo de pesquisa HISTEDBR.
A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho e que se fosse citá-los nominalmente seria necessário ampliar em muitas páginas este texto.
Ao MST que nunca se furtou a fornecer material de pesquisa e sem o qual este trabalho não teria existido.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no período compreendido entre 1979 e 1998. Busca ainda, compreender o processo de organização e formação do MST, bem como sua disciplina, sua mística e suas formas de resistência na luta pela terra, através da defesa da realização da reforma agrária.

Discute-se a organização desenvolvida pelo MST ao longo de sua história, buscando compreender quem são os trabalhadores rurais sem terra e como chegaram a essa condição.

Discute-se também a estrutura organizativa da educação no MST, bem como a estrutura formativa e os princípios educativos, norteados por um ecletismo metodológico que pretende ser o núcleo irradiador para a formação do cidadão-militante do Movimento.

Ao longo da análise, é possível perceber que o MST, apoiado em educadores escolanovistas e influenciado pelo pedagogo brasileiro Paulo Freire, atribui à educação uma função

redentora de todos os males da sociedade, ao acreditar que somente por meio dela poderemos chegar a uma sociedade cujas relações de trabalho sejam desprovidas de uma classe de exploradores e outra de explorados.

Pretende-se, ainda, discutir os problemas de um movimento que nunca buscou constituir-se em um grupo homogêneo, com todos os seus integrantes esclarecidos e favoráveis às mesmas propostas, mas que, pelo contrário, acima de tudo, sempre defendeu a prerrogativa de ser um movimento social que vive as contradições do momento e se engaja na luta pelas transformações sociais que o Brasil precisa fazer.

SUMÁRIO

Introdução 10

Capítulo 1 - Fundação, organização e desenvolvimento do MST 18

1.1. Breve histórico das lutas que deram origem ao MST 19

1.2 . Fundação, organização e financiamento do MST. 24

1.3 . Quem são os trabalhadores rurais sem terra do MST? 33

1.4. A reforma agrária possível na versão do MST 36

1.5 . O processo de ocupação de terras pelo MST 56

1.6. A disciplina e a mística do MST: dois mecanismos de luta do Movimento 59

1.7. O processo de colonização, concentração de terras e exclusão social no Brasil segundo a concepção do MST 65

1.8 . O Trabalho escravo e a exploração do trabalho infantil no Brasil de hoje 81

Capítulo 2 - Estrutura organizativa da educação no MST 89

2.1. A importância da educação no MST 90

2.2. Estrutura educativa e formativa do MST 107

2.3. O processo de formação do cidadão-militante 114

2.4. A escola de formação de professores: seus objetivos e sua prática 120

2.5. A presença do MST nas escolas regulares (da pré-escola ao 2º grau) 127

2.6. Funcionamento das escola nos acampamentos e assentamentos do MST 129

Capítulo 3 - Discussão acerca dos princípios educativos do MST 133

3.1. Em que consiste os princípios educacionais do MST 134

3.2. Processo de formação do homem integral 150

3.3. A busca de uma educação voltada para o trabalho 155

3.4. A concepção de um modelo de gestão educativa 162

3.5. Metodologia: uma concepção eclética de ensino 167

3.6. O trabalho na formação de adultos 175

Considerações finais 181

Referências Bibliográficas 190

Bibliografia consultada 197

INTRODUÇÃO

"A luta pela escola é a luta por saber"

Jacques Therrien

A problemática da educação tem sido amplamente discutida por diferentes grupos, com interesses sociais diversos. A respeito da educação rural existe ampla bibliografia, tratando sobretudo das dificuldades do ensino nesse segmento e de sua inadequação para o meio a que se destina, visto que o ensino pensado e construído para o meio urbano é aplicado ao meio rural, sem que se faça qualquer adaptação.

Para Gajardo (1988:19-20), um dos problemas da educação rural é que ela é sempre pensada apenas como uma forma de elevar o nível educativo da população rural sem escolaridade ou com escolaridade incompleta e não como um programa global de atendimento às crianças da zona rural.

Por não levar em conta a realidade do setor a que se destina, este tipo de educação tem contribuído para dificultar ainda mais o aprendizado das crianças em idade escolar que habitam no campo e não se percebe nos órgãos do Estado responsáveis por essa área a preocupação de se construir uma proposta educacional geral para este setor.

Neste trabalho almeja-se analisar **a prática educativa e formativa dos trabalhadores rurais organizados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**[1]**,** desde sua fundação em 1979 até nossos dias (1998), buscando-se entender os seguintes aspectos:

a) a concepção e o método de educação existentes no interior do MST e praticados em suas áreas de atuação.

b) O processo de organização e formação do trabalhador rural do MST, (desde o período inicial de suas lutas nos idos 1979, durante o período dos governos militares, passando pelo

---

[1] É preciso destacar que existem vários movimentos de trabalhadores rurais sem terra em todo o país, organizados por sindicatos, federações ou confederações de trabalhadores rurais, ou ainda por grupos de pessoas que resolvem lutar por um pedaço de terra, como o Movimento de Luta pela Terra, com grande influência no Paraná, ou o Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terras, localizado no Estado de São Paulo. Cumpre, porém, esclarecer que esta pesquisa visa única e tão somente estudar o movimento que está organizado sob a sigla MST, que engloba apenas uma parte dos trabalhadores rurais sem terra que luta para permanecer no campo.
Esse movimento nos interessa por ser o mais antigo e contar com uma proposta estruturada e organizada nacionalmente, postando-se como porta-voz dos grupos de trabalhadores que estão organizados em suas fileiras em 22 (vinte e dois) Estados da Federação.

período de consolidação da sigla em 1984 até o presente momento), buscando dar uma visão mais ampla tanto da organização quanto do processo educacional desenvolvido por este Movimento.

c) busca-se, ainda, compreender a proposta educacional implementada pelo MST nas escolas dos assentamentos e acampamentos, bem como na Escola Nacional de Formação de Professores e nas oficinas pedagógicas.

Embora a base do estudo seja a prática educativa e formativa dos trabalhadores rurais sem terra, houve a necessidade de desenvolver um capítulo que tratasse das lutas por terra no Brasil e no MST, em particular, para se obter uma melhor compreensão do porquê da existência deste movimento e seu projeto de luta em torno da reforma agrária e da educação.

Revendo a literatura a respeito do tema em discussão percebe-se que a pesquisa acadêmica em torno da questão específica (educação nos acampamentos e assentamentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), ainda é bastante restrita. O que se tem visa analisar mais o processo de produção e de formação política que o de educação, o que de certa forma dificulta o desenvolvimento da pesquisa em si, principalmente quando se trata da discussão em torno da formação do cidadão-militante[2] almejado pelo MST.

Há, entretanto, ampla bibliografia a respeito da questão agrária e sobretudo em torno da discussão da necessidade de se fazer uma Reforma Agrária no Brasil. A discussão em torno da questão fundiária, da concentração de renda e de terras, assim como sobre a exclusão da grande massa trabalhadora brasileira do acesso a terra é outra constante.

Um dos grandes problema dos países menos desenvolvidos é sem dúvida, o analfabetismo no meio rural. Mesmo que se entenda que a destinatária desse bem (educação rural) seja sempre a população que trabalha no meio agrícola, para solucionar os problemas deste meio - entre eles a educação - a reforma agrária constitui-se num pré-requisito básico. por outro lado, não se pode ignorar o fato de que este setor, via de regra, não fazer parte da dotação orçamentária dos Estados, ficando à mercê dos orçamentos da escolarização urbana, o que dificulta ainda mais as formas de viabilização da educação no campo.

---

[2] Cidadão que luta para conquistar seus direitos e permanece na luta após ver suas reivindicações atendidas, sobretudo porque entende que os direitos políticos e sociais devem ser estendidos a toda a

Maria Helena Rocha Antuniassi (1983:24) entende que uma das dificuldades apresentadas para a resolução da problemática da educação rural é que a *"mão de obra infanto juvenil aparece como parte da unidade familiar de trabalho*", já que a criança desde cedo ingressa no trabalho, diminuindo a disponibilidade de tempo para dedicar-se ao estudo, mesmo considerando-o de grande importância.

Antuniassi (1983:37) ressalta que a preocupação da academia com a problemática educacional muda com o passar dos tempos. Assim, na década de 60 preocupava-se com a questão do trabalho familiar, na década de 70 a grande preocupação foi com o trabalho assalariado. Hoje, a tendência é estudar as relações de trabalho a partir da luta pela terra, apesar de ainda ser pequena a produção acadêmica a respeito desse tema.

Tal fato justificou a presente investigação, que buscou compreender a luta do MST em torno da educação e seu trabalho pelo desenvolvimento de um novo modelo de homem através da construção de um novo paradigma educacional voltado para a realidade rural.

Este trabalho buscou compreender melhor as relações produzidas pelo MST, discutindo-se alguns de seus pressupostos ideológicos, principalmente a partir do ponto de vista de João Pedro Stédile, uma das principais lideranças do MST nacional, que na prática transformou-se em seu principal intelectual e coordenador, levando-se em conta sua mística e sua visão da necessidade inexorável das reformas agrária e da educação como instrumentos capazes de libertar a classe trabalhadora da exploração a que está submetida, transformando a realidade social do homem do campo.

A pesquisa foi estruturada em três partes, ou capítulos, organizados a partir da seguinte ordem:

No primeiro capítulo foi feito um pequeno histórico das lutas pela terra no Brasil, procurando enfatizar o surgimento e a organização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra a partir do final dos anos 70, levando-se em conta as lutas que antecederam ao MST e nas quais esse

---

população.

movimento se diz inspirar.

Faz-se um balanço de como esse Movimento surgiu no contexto nacional; da forma violenta como se dá o processo de luta pela terra no país, discutindo o modelo de Reforma Agrária que interessa ao MST e o entendimento que economistas e sociólogos[3] que discutem esse tema têm da questão; a mística do Movimento Sem Terra, que se constitui numa importante ferramenta para a luta, e ainda o processo de ocupação e a luta pelo desenvolvimento da produção nos assentamentos, conforme o *slogan* do MST "OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR".

No segundo capítulo, discorre-se sobre as escolas de formação e de educação no MST, levando-se em conta sua estrutura organizacional. Esse capítulo procura descrever a formação do cidadão, enquanto militante do Movimento, e a organização das escolas nos vários níveis de atuação do MST, desde a escola de formação de professores, passando pelas escolas regulares, até o curso técnico de administração de cooperativas e a escolarização de adultos.

No terceiro capítulo, busca-se fazer uma análise dos princípios e concepções de educação no MST, a partir do seu entendimento a respeito do tema, passando pela questão da politecnia, da gestão escolar e do ecletismo metodológico do movimento no seu trabalho educacional. Será discutida, ainda, a problemática da metodologia de ensino aplicada por seus educadores nas escolas de assentamentos e acampamentos.

Inicialmente pretendia-se desenvolver a pesquisa apenas sobre "**A Prática Educativa dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)",** procurando entender as nuances da organização educacional deste Movimento e o ecletismo metodológico implantado no interior das escolas existentes em suas áreas de atuação.

Com o passar do tempo, percebeu-se que para compreender o processo educativo, seria necessário entender também sua forma de organização e os mecanismos com os quais esse movimento conta. A partir de então, buscou-se compreender o processo de organização e formação do MST, desde o período inicial de suas lutas, até os dias atuais (1998).

---

[3] O critério de escolha destes economistas e sociólogos deveu-se a uma participação mais efetiva destes autores no debate em torno da questão agrária nos últimos anos, momento em que assumiram a condição de principais interlocutores do MST, não havendo preocupação de critérios ideológicos para essa seleção.

Uma das dificuldades encontradas para o desenvolvimento da pesquisa foi a escassez de material sobre o assunto, que em alguns momentos se constituiu em um fator limitante para a pesquisa, visto que a ausência de material disponível a respeito do tema, implicava em um desdobramento ainda maior na análise dos folhetos e documentos que pudessem servir como referência para o estudo, bem como a necessidade de aprofundar a leitura dos clássicos que serviam de referência para o Movimento, principalmente quando se tratava de entender a formação do cidadão-militante almejado pelo MST.

Durante a pesquisa percebeu-se que para o MST, todas as formas de opressão e escravidão devem ser eliminadas, tornando possível sonhar e lutar por uma sociedade livre, socialista, onde não haja exploradores nem explorados. Nesse sentido a discussão em torno do trabalho escravo nos dias atuais fez-se necessária. Nesse prisma o trabalho infantil, colocado como mais uma forma de exploração, não pode ser desconsiderado.

A formação do cidadão-militante do MST e a organização das escolas nos vários níveis de atuação do Movimento, desde a escola de formação de professores, passando pelas escolas regulares, até o curso técnico de administração de cooperativas e a escolarização de adultos, fazem parte deste estudo.

Neste sentido, o desenvolvimento da pesquisa possibilitou a percepção das contradições existentes no interior do MST, cujo modelo de sociedade, ainda em gestação, apresenta divergências que possibilitam a coexistência tanto de uma perspectiva capitalista quanto socialista.

Foram utilizados os materiais produzidos pelo MST e destinados à formação do aluno e do professor, tais como: cadernos de educação e cadernos de formação, revista e jornal do Movimento Sem Terra e o material disponibilizado na Internet para consulta, bem como o material bibliográfico existente no mercado editorial, que trata da educação brasileira, sobretudo da educação voltada para o trabalhador rural.

Foram pesquisadas também, teses, dissertações e monografias produzidas sobre o tema, além de anais da ANPED, que tratam da educação da criança do meio rural.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho de pesquisa houve também a participação deste pesquisador em cursos, seminários e encontros de formação promovidos pelo MST, além de

conversas com membros do coletivo de educação nacional e do Estado de São Paulo.

Foi através desses encontros e desencontros, de entrevistas marcadas e não realizadas, de conversas com outras pessoas que estudavam realidades afins que o trabalho foi se desenvolvendo. Uma dificuldade inicial a ser rompida foi separar o militante político do pesquisador acadêmico, cuja função era identificar os mecanismos desenvolvidos no processo de alfabetização do Movimento e ao mesmo tempo observar, estudar as práticas e as teorias que o MST desenvolve a respeito de si mesmo e da sociedade que quer construir.

Fundamental também foi destacar o MST dos outros movimentos sociais que lutam em defesa da terra no Brasil, bem como distinguí-lo daqueles movimentos que praticam uma educação alternativa à do Estado, como os movimentos de educação popular.

É importante ressaltar, ainda, que se há escassez de material em relação à prática educativa do MST, esse movimento em momento algum se furtou de fornecer suas publicações e produções para o enriquecimento desta pesquisa, pois seus membros foram sempre solidários com o trabalho de pesquisa e, sempre que procurados, se mostraram muito receptivos, diminuindo assim as dificuldades em torno da questão pesquisada.

CAPÍTULO 1

FUNDAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MST

"Dos campos das cidades,
Das frentes dos palácios,
Os Sem Terra,
Este povo de beira de quase tudo,
Retiram suas lições de semente e história.
Assim espremidos (...)
Os Sem Terras sabem o que fazer:
E plantam porque sabem que terão
Apenas o almoço que puderem colher.
Como sabem que terão
Apenas o país que puderem conquistar".

Canto da Terra

Para um melhor entendimento da problemática agrária no Brasil é importante que se leve em conta que nem a luta pela terra, nem os mecanismos utilizados para a conquista da mesma são novos. Ou seja, não foram iniciados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O que aparece como novidade nesse contexto de luta pela terra, é a tentativa de se fazer uma ligação entre a questão cultural e educacional com a problemática da concentração de terras, discutindo-se formas de organização e defesa da propriedade coletiva dos meios de produção e da democratização do poder político e da propriedade.

1.1 Breve histórico das lutas que estão na origem do MST

"Saí do campo e vim ser um operário
Mas na cidade era o mesmo proprietário
Que pagava um salário de fome

Me fazendo um quase-homem
Nas favelas de ninguém".

(Angelo Perugini)

As lutas pela terra no Brasil não são recentes, datando do período colonial, com os povos indígenas na defesa de seu território contra as "entradas" e "bandeiras", patrocinadas pelo governo português e por fazendeiros da época. Estas lutas ganharam impulso no final do século passado com as denominadas lutas messiânicas e que, de alguma forma, acabaram influenciando e norteando as principais lideranças do MST. A primeira delas ocorreu no sertão da Bahia, na região de Canudos, entre os anos de 1870 e 1897, tendo como líder Antônio Conselheiro, derrotado depois de brutais incursões das tropas federais.

Outro movimento importante de luta pela terra aconteceu na região do Contestado (divisa do Paraná com Santa Catarina entre os anos de 1912 e 1916). Liderado pelo Monge José Maria, e envolvendo milhares de camponeses, também foi derrotado por tropas federais. Esses conflitos fazem parte da primeira fase de lutas pela terra, no período republicano, sendo seguidos por outros formas de combates em momentos posteriores.

O movimento liderado por Padre Cícero, no Ceará (1930-1934), e o cangaço, liderado por Lampião entre os anos de 1917 e 1938, são considerados pelo MST como tendo grande importância na luta pela terra e contra o poder do latifúndio nordestino (Stédile 1993:18).

Além dos conflitos já citados, houve um segundo momento de lutas que tiveram caráter violento, com a utilização de milícias armadas, entre as quais destacam-se:

1- a luta dos posseiros de Teófilo Otoni - MG (1945 - 1948);
2- a revolta de Dona "Nhoca", no Maranhão (1951);
3- revolta de Trombas e Formoso, em Goiás (1952 - 1958);
4- revolta do sudoeste do Paraná (1957);
5- luta dos arrendatários em Santa Fé do Sul, São Paulo (1959)

Uma terceira fase da luta pela terra (1950 a 1964), se deu com o surgimento de vários movimentos de camponeses organizados em entidades como as ULTABs (União dos Lavradores e

Trabalhadores Agrícolas do Brasil), nas regiões Sul e Sudeste do país; Ligas Camponesas, na região nordeste, e Master (Movimento de Agricultores Sem Terras), no Rio Grande do Sul.

Dentre todos os movimentos de luta pela terra, o que mais influenciou os fundadores do MST, e do qual segundo Stédile o movimento é herdeiro, foi o das Ligas Camponesas que, nas décadas de 1950 e 1960, desenvolveram importante papel na luta contra o latifúndio no interior do nordeste, sobretudo na região do semi-árido de Pernambuco e da Paraíba.

Com exceção das ULTABs, que pretendiam formar um movimento nacional de trabalhadores na agricultura, os outros movimentos tiveram um caráter de lutas regionais, pois não conseguiam criar condições fora dos Estados de origem para sua organização, o que dificultava o aprofundamento das lutas em defesa da reforma agrária ou qualquer outra reforma desejada por seus propositores.

Essas lutas destacaram-se basicamente pela defesa de uma reforma agrária que reivindicava a redistribuição da terra, ao mesmo tempo em que visava quebrar a espinha dorsal do sistema fundiário nacional.

Depois desse período, com o golpe militar de 1964, estabeleceu-se a chamada paz de cemitérios[4] no campo brasileiro, até que, no final da década de 70, sobretudo após a fundação da Comissão Pastoral da Terra em 1975 e as greves do ABCD paulista, os camponeses sentiram-se estimulados a lutar por espaços para plantio, iniciando no Rio Grande do Sul as ocupações de terra que estão na gênese do MST.

O MST nasceu das lutas concretas pela conquista da terra, que os trabalhadores rurais foram desenvolvendo de forma isolada na região Sul, num momento em que aumentava a concentração de terras e ampliava a expulsão dos pobres da área rural, devido à modernização da agricultura e à crise do processo de colonização implementado pelo regime militar.

---

[4] Expressão bastante utilizada pelo movimento sindical para designar um período de "ausência" de reivindicações no campo, ocorrido pelo fato de que os trabalhadores que se envolviam nas lutas eram calados pelas armas da repressão política ou pelas milícias armadas dos fazendeiros.

O MST, em sua *home page* sobre os Elementos Fundamentais da História do MST, assegura que tem por objetivo a luta para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que deverá se dar a partir da implementação de uma reforma agrária feita sob o controle dos trabalhadores. <URL:http://www.sanet.com.br/~semterra/mst-htm>. [14 jul. 1997]

Como forma de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais e de melhor distribuir a renda no país, o MST tem insistido na luta pela manutenção do homem no campo, através de uma Reforma Agrária que distribua a propriedade da terra, enquanto muitos economistas, notadamente aqueles que representam os interesses da burguesia, apontam para a urbanização planejada como fator de desenvolvimento social.

O problema hoje, apesar de toda a luta desencadeada pelo MST, já não é mais saber se há a necessidade de fazer ou não uma Reforma Agrária, pois sua importância já se tornou aceitável no seio da sociedade brasileira dos anos 90. O que se discute é o modelo de Reforma viável. Nesse sentido, Gorender (1994:20) afirma que: *"postula-se uma reforma agrária que desimpeça o caminho ao livre desenvolvimento do capitalismo na agropecuária e reforce um regime democrático-burguês no Brasil*".

O MST, desde sua fundação, tem afirmado e reafirmado a necessidade inexorável de uma Reforma Agrária que modifique a estrutura da propriedade da terra, dando-lhe um caráter socialista, transformando o modo de produção e conseqüentemente as relações de trabalho até agora predominantes na sociedade brasileira.

Esse discurso, porém, é contraditório: ao mesmo tempo em que o MST afirma lutar por uma sociedade socialista, em que devem ser rompidas as barreiras do direito "sagrado" da propriedade através das ocupações de terras no campo, aceita e defende a pequena propriedade rural, contribuindo para ampliar e fortalecer as relações capitalistas de produção no campo, apesar de este setor ter sido historicamente considerado um entrave nas lutas para a construção de uma sociedade socialista, dado seu caráter conservador.

Apesar das contradições do MST, não se pode deixar de reconhecer sua importância na luta pela organização dos trabalhadores rurais, quer na organização para a luta econômica através dos sindicatos, quer através da organização dos pequenos produtores em defesa de uma política agrícola que

os beneficie.

Nos últimos anos, o MST tem se constituído no mais importante movimento popular brasileiro, sendo muito possivelmente o grupamento de massa mais relevante deste final de século. Com caráter sindical, desenvolvendo a luta econômica de defesa dos trabalhadores rurais e dando-lhes uma maior organização, busca ainda encontrar mecanismos de organização da produção nas áreas de sua influência.

O MST busca sempre envolver toda a família na luta pela conquista de benefícios sociais e defesa de direitos de cidadania como escola, moradia, saúde, luz elétrica e bem estar social. Para tanto, trava uma luta conjunta com outras categorias econômicas buscando transformar as estruturas da sociedade, através da apologia de uma "sociedade sem exploradores e sem explorados". Acredita que esse é o caminho, mesmo porque a utopia do socialismo não acabou com a queda do muro de Berlim, já que ainda existem pessoas que alimentam essa esperança e esse sonho.

1.2 Fundação, organização e financiamento do MST.

> "Militarizaram o campo, querendo amedrontar
> pensando que com a polícia a fome ia acabar.
> O que precisa ser feito é tirar desse sujeito o
> direito de matar.
> Grileiro e polícia juntos faz coisas que é de
> assustar mata e prende quem trabalha, não deixa
> se organizar.
> O que precisa ser feito é tirar desse sujeito o
> direito de matar.
> (...)
> Acabou-se a brincadeira, não vamos mais aceitar
> que esse governo assassino continue a matar.
> O que precisa ser feito é tirar desse sujeito o
> direito de matar".
>
> Ademar Bogo, MST/BA Canções da Luta

Apesar do muito que já se produziu, do ponto de vista acadêmico, sobre a luta pela terra neste país, torna-se necessário analisar a luta do MST, não somente por suas formas de ação em defesa da manutenção do homem no campo, ou pelo acesso à terra daqueles que um dia dela foram expulsos, mas principalmente por sua forma de questionamento da atual estrutura agrária e da forma de propriedade ora existente.

Outro ponto importante a ser discutido, diz respeito ao fato de o MST ser um movimento de âmbito nacional, diferenciando-se de todos os movimentos que o antecederam e que quase sempre eram regionalizados e fragmentados. Exceção foi a (ULTAB), que tentou organizar uma luta nacional, embora sua atuação tenha ficado mais restrita à região sudeste do país.

Nessa discussão envolvendo o caráter dos movimentos que lutam pela posse da terra e pela fixação do homem no campo, devemos, segundo Grzybowski (1994:290), levar em conta que:

> "Os problemas vividos pela maioria da população rural, em particular os trabalhadores assalariados, os camponeses e as suas famílias, por trás das variadas formas de sua integração, exploração e marginalização, que aprofundam a desigualdade, não são devidos à 'falta' de desenvolvimento, mas pelo contrário, ao 'sucesso' do modelo modernizador. Na verdade, a desigualdade e a exclusão no campo

existiam desde antes do processo de modernização, mas através deste processo reproduziram-se em escala ampliada".

Os trabalhadores rurais sem terra que participam do MST são identificados como sendo: *"... um nome de sujeito coletivo elaborado nas lutas do movimento sem-terra"* (Grzybowski 1991:24), e que segundo João Pedro Stédile na sua luta *"procura casar os valores do humanismo e do socialismo"*[5].

Para Stédile, esses trabalhadores são desempregados que vivem numa situação de desespero e que, por isso, são arregimentados pelo movimento para ocupar a terra. Stédile entende ainda que a ocupação de terras é o último recurso dos trabalhadores num sacrifício em busca da sobrevivência. Em virtude disso, faz os seguintes questionamentos:

> "Por que conseguimos mobilizar tão poucos para a ocupação? Porque ela é uma forma de luta exasperada, é o último recurso, é o sujeito que não tem mais para onde ir, está no inferno, então resolve dar um tapa no diabo. Essa é a situação do acampado" (Caros Amigos, 11/97:29).

O MST destaca-se, também, por sua organização, disciplina e pelas lutas sociais que desenvolve visando construir uma sociedade sob novas bases sócio-culturais, econômicas e políticas, cujo fundamento maior, pelo menos para os dirigentes mais expressivos como Stédile, é o **homem** e não o **lucro** produzido pelo capital. Não pode-se negar, entretanto, que no interior do MST existam contradições com relação a seus objetivos estratégicos.

Expressão das antinomias do MST é o fato de que, tanto alguns trabalhadores assentados como alguns dirigentes com relativa expressão, como José Rainha, afirmarem lutar para renovar o capitalismo, ou mesmo para tornarem-se capitalistas como os atuais fazendeiros.

O MST, como já se afirmou anteriormente, nasceu a partir das lutas pela terra iniciadas no final dos anos 70. O marco de fundação, enquanto movimento organizado através da sigla MST, no entanto, foi janeiro de 1984, no primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra realizado

---

[5] Afirmação feita durante palestra proferida por João Pedro Stédile, Coordenador Nacional do MST, em 17 de outubro de 1997, no auditório da ADUNICAMP/Campinas

em Cascavel-PR, do qual participaram 150 delegados. Esse encontro tinha como finalidade reunir todas as categorias de trabalhadores rurais que, de alguma forma, lutavam para obter terra para plantar.

Estimulados pelas lutas contra a ditadura militar, os trabalhadores rurais sem terra, (que antes tinham apenas a igreja como espaço para discussão de seus problemas, sobretudo através das pastorais sociais e, principalmente, a Comissão Pastoral da Terra), resolveram se articular nacionalmente para fazer uma luta conjunta em defesa da conquista da terra.

No congresso de fundação, ocorrido em Cascavel-PR, no ano de 1984, o MST definiu como princípio a luta pela reforma agrária reivindicando "TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA" e uma política agrícola que assegurasse aos trabalhadores do campo a possibilidade de permanecerem em suas terras, dado que estes as vinham constantemente perdendo para os bancos, ou sendo expulsos pelos fazendeiros e grileiros. Outro princípio considerado importante pelos congressistas foi a luta por uma sociedade sem exploradores e sem explorados.

Com o lema "SEM REFORMA AGRÁRIA NÃO HÁ DEMOCRACIA", procurou colocar em xeque a disposição do "governo democrático" da "Nova República" em fazer as reformas que a sociedade exigia, sobretudo a reforma agrária, que o MST reivindicava que fosse feita sob o controle dos trabalhadores.

Nesse mesmo período lançou o lema: "TERRA NÃO SE GANHA, SE CONQUISTA", deixando clara sua disposição de lutar pela posse da terra e conquistar a reforma agrária. Mesmo com o fim do regime militar, essa era uma tarefa muito difícil para os Sem Terra devido ao esquema de repressão ainda vigente no país.

Em 1985 os trabalhadores rurais, já sob a sigla MST, realizaram o Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Curitiba-PR), contando com a participação de 1500 delegados, quando definiram sua luta com o lema: "OCUPAÇÃO É A SOLUÇÃO", sua estrutura organizativa, associativa e suas instâncias de deliberação. Definiu que os congressos nacionais deveriam ocorrer a cada cinco anos, com encontros a cada dois anos. Nesse mesmo congresso foi eleita a primeira coordenação nacional e também a primeira direção nacional do movimento.

Depois desse congresso de fundação já ocorreram mais dois. Um em 1990 e outro em

1995, contando com 4.500 e 5.000 delegados, respectivamente.

Em 1986, realizou-se o Primeiro Encontro Nacional de Assentados, no qual a discussão predominante foi quanto à situação dos assentados frente ao MST, visto que estes, agora detentores de terras, poderiam correr o risco de não serem mais consideradas Sem Terra. No período, chegou-se a discutir a possibilidade da criação de um movimento dos assentados na luta pela Reforma Agrária. Coerentemente com os princípios do MST, seus integrantes optaram por deixar todos unidos no mesmo movimento.

O MST desenvolveu papel importante na luta em defesa da reforma agrária também durante o processo constituinte de 1987/88, quando foi o contraponto da bancada ruralista liderada pela União Democrática Ruralista-UDR (extinta no início dos anos 90 e hoje em processo de reorganização), que no Congresso Nacional Constituinte tentou de todas as formas impedir o avanço de conquistas sociais através da lei, sobretudo no tocante à Reforma Agrária.

Para não causar impacto negativo na sociedade, o Movimento Sem Terra optou por não adotar o *slogan* das ligas camponesas e dos trabalhadores rurais da década de 60, "REFORMA AGRÁRIA NA LEI OU NA MARRA", apontando para um lema mais suave e que se traduzia nas palavras: OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR. Tentando envolver as pessoas dos centros urbanos, conclamava todos para a luta anunciando: "REFORMA AGRÁRIA, ESTA LUTA É NOSSA", procurando ainda demonstrar os benefícios que essa reforma traria para toda a sociedade.

A partir de 1992, o MST criou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), buscando englobar todas as cooperativas formadas em assentamentos surgidos a partir da luta pela Reforma Agrária. Visavam melhorar a produtividade e, ao mesmo tempo, criar uma maior integração entre esses grupos, com vistas a ampliar a inserção no mercado dos produtos saídos desses assentamentos.

Dada a situação política daquele momento, primeira metade dos anos 80, no qual vigorava ainda o Regime Militar e a Lei de Segurança Nacional, dentre outros elementos de repressão do período, o MST, optou por não ter um estatuto, situação na qual se mantém até hoje, mas construiu a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), que funciona como uma espécie de "guarda-

chuva" legal para suas atividades.

Como forma de organização, o MST desenvolveu várias frentes ou setores que se articulam para garantir a existência orgânica do Movimento, dentre os quais se destacam:

a) **Frente de massa:** cuida dos preparativos para as ocupações em que o MST se faz presente. Esse setor é o principal responsável pela aglutinação dos lavradores para o exercício de ocupação das áreas escolhidas pelo MST para esse fim. Embora não tenha nenhum poder de decisão, é fundamental para dar volume às ações do Movimento.

b) **Setor de produção dos assentamentos:** Cuida da organização da produção dos assentamentos resultantes de conquistas na luta pela Reforma Agrária desenvolvida pelo MST.

c) **Setor de formação:** É responsável pela formação política dos militantes e lavradores de base. Esse setor organiza os cursos e seminários que envolvem toda a militância do MST.

d) **Setor de educação:** Responsável pela educação formal ou informal das crianças, jovens e adultos dos assentamentos e acampamentos. Esse setor está organizado em 15 dos 22 estados brasileiros onde o MST se faz presente até o momento.

e) **Setor de comunicação e propaganda:** Responsável pela propaganda do MST e pelas denúncias nos momentos de conflitos ou confrontos com a polícia. É responsável, também, por divulgar toda forma de exploração e opressão sofrida pelos trabalhadores rurais em geral.

f) **Setor de finanças e projetos:** Responsável pela elaboração e acompanhamento dos projetos financeiros que dão sustentação ao MST. Esse setor é notadamente aquele que fica mais exposto à opinião pública, visto que alguns setores sociais, sobretudo aqueles que fazem oposição ao MST, sempre querem encontrar irregularidades que possam comprometer o Movimento.

Segundo Stédile, o MST tem uma dinâmica descentralizada de organização de suas finanças. Em entrevista à revista *Caros Amigos* (de novembro de 97, em sua página 32), ele afirma que uma questão de princípio nas finanças é a descentralização, que impede a existência de um caixa único do movimento. Nas palavras desse coordenador do MST, o segredo de suas finanças *"é a descentalização. Cada setor tem de planejar as suas atividades. (...) E o dinheiro arrecadado é só para aquilo. Tudo no movimento é feito assim"*.

Com relação à arrecadação das finanças para as ocupações de terra, o grupo que se organiza com essa finalidade deve também se preparar para suprir suas necessidades. Stédile entende que:

> "se os sem-terra quiserem ocupar, a primeira orientação é esta: 'Olha, vocês vão ter de comprar a lona preta, vão ter de pagar o caminhão, vão ter de levar comida para se sustentar na coisa'. Os próprios participantes do movimento tem de dar contribuição, porque senão seria um desvio" (Caros Amigos 11/97:32).

Durante o período de acampamento há contribuição das igrejas e dos sindicatos, mas quando as pessoas são assentadas, elas passam a dar uma contribuição para o MST, correspondente a 2% da produção.

Para suprir as necessidades das diversas atividades organizadas em nível nacional, bem como para pagar advogados para alguns centros de defesa de direitos humanos, o setor de projetos se encarrega de arrecadar os recursos, que vêm de entidades da comunidade econômica européia e são da ordem de US$ 120.000 por ano. (Caros Amigos 11/97:32).

Segundo Stédile, somente do exterior o MST recebe uma ajuda que gira em torno de US$ 500.000 por ano, além dos recursos que recebe das entidades nacionais, entre elas, o próprio governo que financia seus projetos e cursos (Caros Amigos 11/97:32).

Como já mencionado, o MST difere de todos os movimentos de luta pela terra que existiram na história do Brasil por constituir-se num movimento nacionalmente organizado, e por possuir uma proposta de sociedade, de cunho socialista. Essa nova sociedade, segundo o MST, deve se dar através da formação educacional implementada pelo Movimento, nas regiões de acampamentos e

assentamentos de trabalhadores rurais sem terra.

Essa questão tem grande importância no momento em que é discutida a problemática educacional, por haver pessoas no seio da sociedade e, principalmente no MST, que acreditam que uma educação questionadora possa levar à construção de uma sociedade diferente, a partir da qual uma reforma agrária de caráter socialista se torne possível.

Por outro lado, Marx (1984:23) afirma que não é a idéia que cria a realidade mas, pelo contrário, é a realidade objetiva que determina o modo de pensar dos homens. Nesse caso, uma reforma agrária socialista poderia ajudar à construção de uma educação socialista, não o inverso, como defende o MST.

Segundo o MST, da combinação da luta pela terra com a educação proverá a construção de um "novo homem". No entender dos dirigentes do MST, a construção desse "homem novo" se dará pela formação, através da qual serão produzidas inflexões sociais que levarão à sociedade socialista. Entendem que somente com uma educação diferenciada, sem os vícios do sistema capitalista, será possível pensar numa sociedade livre, democrática e igualitária, como é seu ideal.

Esse "homem novo" de que falam os membros do MST, se daria através da reeducação para a vida no coletivo, o que só seria possível numa sociedade socialista. Nesse sentido, o MST observa que durante a revolução Russa, Makarenko (1981:12) insistiu no desenvolvimento do coletivo como condição de desenvolvimento social assegurando que: "*O coletivo devia receber toda a prioridade sobre o individual* [pois]*, não poderia haver educação senão na coletividade, através da vida e do trabalho coletivo*". Com isso, incentivava-se um assumir-se responsável e organizado do educando como condição para esse homem novo, responsável e preocupado com o coletivo.

Esse homem novo, construído a partir de uma educação socialista iniciada com a Reforma Agrária, consistiria na base da estrutura social apregoada pelo MST, devendo ser forjado na luta pela terra do homem que ainda precisa ser educado e formado para tal.

A fim de entender quem são os trabalhadores rurais sem terra que congregam o MST, estaremos estudando daqui para a frente, este movimento formado por pessoas despossuídas da propriedade da terra.

1.3 Quem são os trabalhadores rurais sem terra do MST?

> Partindo da necessidade de ter um pedaço de chão
> Prá dar o sustento aos filhos pros filhos da nossa Nação
> Cansado de pôr a enxada nas terras apenas do patrão
> E ver chegar ao fim do ano tantos desenganos sem nenhum tostão.
> Sem Terra estão se organizando de Norte a Sul deste país
> Prá derrubar o latifúndio que deixa o povo sem raiz...
>
> Zé Pinto

O vocábulo "Sem" serve para designar a ausência de algo. No caso dos trabalhadores rurais sem terra, ele tem o objetivo de servir como elo de ligação entre todos os trabalhadores rurais que não possuem terra em quantidades suficientes para sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, denunciar a situação de exploração a que é submetida grande parcela da classe trabalhadora que vive ou trabalha no campo brasileiro, sem o controle sobre a posse da terra.

Para o MST, o fato de existir Sem Terra, no Brasil, demonstra que num país continental, as terras estão mal distribuídas, ficando concentradas nas mãos de uma minoria de fazendeiros, industriais e empresas multinacionais, enquanto que a grande massa de trabalhadores está excluída de seu acesso.

São considerados Sem Terra os trabalhadores que hoje lutam pela Reforma Agrária seguindo os métodos utilizados pelo MST. Isso não implica porém que todos os trabalhadores que não possuam terras possam ser considerados Sem Terra. A expressão "Sem Terra" designa a condição de uma determinada categoria de trabalhadores que, tendo sua origem no campo, foram obrigados a deixá-lo, ou, ainda, trabalhadores que continuam habitando no campo, mas como assalariados ou mesmo numa relação não capitalista de produção. Para o MST, são considerados Trabalhadores Rurais Sem Terra todos aqueles trabalhadores que, tendo origem no campo, por qualquer motivo foram expulsos dele e que para ele pretendem retornar.

Não se pode, no entanto, cair na ingenuidade de crer que somente o MST luta pela

Reforma Agrária neste país, nem que todos os trabalhadores Sem Terra organizados estejam em suas fileiras, pois surgiram muitos movimentos paralelos em todo o país, sobretudo a partir do início da década de 90, sem nenhuma ligação com aquele Movimento.

Stédile (1993:28), classifica como sendo sem terra: o **parceiro**[6] [categoria que, segundo o autor, ainda existe no campo brasileiro]; o **arrendatário não capitalista;**[7] os **posseiros**[8]**;** o **assalariado rural**[9] que como mencionado por Stédile, os resultados de pesquisas indicam que 60% desejam possuir terra e lutam pela Reforma Agrária; **o pequeno agricultor**[10] e os **filhos de pequenos agricultores**, que, segundo o IBGE, juntos totalizam 4,8 milhões de famílias.

Esses Sem Terra, são vítimas de um sistema distributivo que privilegia uma pequena parcela da população em detrimento da grande maioria que vive marginalizada nas periferias das cidades sem poder produzir para o seu sustento. Forjado no Norte e Nordeste do país pela combinação latifúndio/minifúndio e no Sul pela pequena propriedade que impossibilita a redistribuição da terra no interior das famílias que crescem, esse sistema distributivo acaba gerando um processo de crise fundiária.

Essa crise fundiária no país não é recente, mas aprofundou-se a partir da década de 1950, momento em que a sociedade brasileira passou por uma série de transformações no que diz respeito à sua organização político-ocupacional. Com a proposta desenvolvimentista do período, houve uma grande modernização no campo brasileiro, através da introdução de máquinas e implementos agrícolas que contribuíram para diminuir em muito a necessidade dos trabalhadores desse segmento.

Esse processo de "modernização conservadora"[11] do setor agrícola, aos poucos foi forçando os trabalhadores rurais a deixar seu *habitat* original em busca de empregos nas cidades. Muitos

---

[6] Agricultor que trabalha com a família numa terra de outro (arrendada), participando com ferramentas e às vezes sementes. Em alguns casos, o dono da terra entra com a semente e o adubo, dividindo a produção em percentagens previamente combinadas ao final da colheita.
[7] Agricultor que arrenda a terra para trabalhar juntamente com sua família e, ao final da colheita, paga a renda da terra ao proprietário. Este pagamento pode ser tanto em dinheiro como em espécie.
[8] Agricultor que trabalha com a família numa determinada área, como se fosse seu dono, mas que não possui o título de proprietário.
[9] Agricultor que vende sua força de trabalho a outro agricultor ou a qualquer proprietário rural.
[10] Agricultor que trabalha com sua família numa propriedade de terra muito pequena, normalmente menor que um modulo rural da região onde trabalha.
[11] Modernização da produção no campo através da introdução de máquinas, implementos e insumos agrícolas, sem modificar a estrutura fundiária do país, ou até mesmo, as relações de trabalho no campo

tornaram-se assalariados do campo, pois regimes de parceria, meeiros e outros, existentes à época, foram paulatinamente escasseando e as relações de produção tipicamente capitalistas aos poucos se ampliando.

Com o investimento feito na indústria, sobretudo na região sudeste, grande parte da população foi "convidada" a deixar o campo e mudar-se para a cidade em busca de melhores condições de vida e trabalho. Com isso, tivemos o inchaço das grandes cidades e a formação de favelas nos grandes centros urbanos.

É esse contingente de trabalhadores desempregados ou subempregados, que perambula pelas cidades à procura de empregos, que o MST quer introduzir em suas fileiras. Além desses, há muitos trabalhadores que, mesmo habitando na cidade trabalham na roça como assalariados do campo, na condição de "bóias-frias".

Para o MST é essa massa de trabalhadores submetidos à condição de lumpem que pode romper com o sistema capitalista e, aos poucos, ir construindo as bases da sociedade socialista, almejada por grande parte dos proletários e trabalhadores rurais do país, razão pela qual se constituem nos grupos privilegiados que formam suas fileiras.

1.4 A reforma agrária possível na versão do MST

"Agora nós vamos pra luta/
A terra que é nossa ocupar/
A terra é pra quem nela trabalha
A história não falha nós vamos ganhar.
Já chega de tanto sofrer,
Já chega de tanto esperar
A luta vai ser tão difícil/
Na lei ou na marra nós vamos ganhar".

Hino da Reforma Agrária

Se o processo de colonização inicial não se deu de forma tranqüila, uma vez que os

---

brasileiro.

colonizadores tiveram que exterminar os povos que habitavam esta terra, a posse da mesma nos últimos tempos também tem se tornado traumática para a maioria da população brasileira, exigindo grande luta do povo por sua permanência na terra ou para seu retorno a ela.

A defesa da terra se dá, portanto, num processo de lutas, que ganha nova conotação com o advento da migração interna ocorrida a partir da segunda metade deste século (mais acentuadamente após 1964), pois havia nesse período um consenso entre a burguesia nacional e os militares no poder de que era necessário abrir novas fronteiras agrícolas como forma de manutenção da atual estrutura agrária.

No período da ditadura militar, (1964-1985), o País sofreu com problemas decorrentes das pequenas safras agrícolas, que contrastavam com a existência de grandes áreas desabitadas no interior do país, convivendo ainda, com o agravamento da crise em torno da pequena propriedade na região sul do Brasil, o que impossibilitava a redistribuição das terras para os filhos dos colonos que constituíam novas famílias.

Os militares viam no norte do país importante área de desbravamento, sobretudo com a abertura das grandes rodovias como a Transamazônica e a Belém/Brasília e, nisto, a possibilidade de desenvolvimento da região, de abrandamento dos conflitos e de deslocamento das lutas pela posse da terra.

Sob o lema "INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR", os governos militares impulsionaram nova distribuição de terras na região Amazônica, vendo nisso a oportunidade de destinar "homens sem terra para uma terra sem homens" (Fernandes 1996:34), sobretudo na forma de latifúndios entregues a grandes grupos nacionais e estrangeiros (principalmente madeireiras e mineradoras), que se encarregaram de expulsar da região os posseiros e, com a exploração intensiva de madeiras e minérios, de destruir as florestas da região, agravando ainda mais a situação de conflitos pela posse da terra.

Esses conflitos ampliaram-se no final dos anos 70 e início dos anos 80, transformando a região amazônica em local de permanente conflito que, segundo Gorender, ocorrem por conta do "*avassalamento das novas áreas de fronteira agrícola pelo grande capital nacional e estrangeiro,*[sendo que] *tudo isso torna impensável que a burguesia brasileira tenha qualquer*

interesse numa reforma agrária feita para transformar a atual estrutura fundiária" (Gorender, 1994:41).

Essa situação de conflitos, gerada pelo aparecimento do "novo capital", tornou a situação insustentável para os posseiros daquela região, até que algumas entidades, sobretudo a Igreja católica, começaram a se mobilizar em defesa dos povos da floresta.

É nesse processo de conflitos e lutas pela posse da terra, que se tornou importante a atuação de movimentos organizados, primeiro em defesa dos povos indígenas e dos povos da floresta e, posteriormente, na defesa da ocupação da terra como forma de reivindicar a redistribuição da propriedade, possibilitando a democratização do acesso à terra entre aqueles que dela foram de alguma forma alijados.

A partir desse momento de lutas concretas do homem do campo em defesa da floresta, como possibilidade de vida e da terra como espaço para a reprodução dos seus meios de subsistência, é que nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra naquela região. Esse Movimento surgiu no seio de uma linha pastoral da igreja, a CPT (Comissão Pastoral da Terra), que era um dos poucos espaços de discussão dos trabalhadores rurais naquele período.

A partir da década de 70, houve grande modernização do campo brasileiro, no que diz respeito à sua industrialização e expansão de fronteiras agrícolas. Entretanto, apesar desses "avanços", há ainda problemas não resolvidos para a agricultura no sistema capitalista.

Dentre todos os problemas da agricultura capitalista, além daqueles decorrentes da lei geral de acumulação, os principais resultam das peculiaridades da produção extrativista e agrícola que são impossíveis de se eliminar, visto que a terra constitui-se num recurso limitado e insubstituível, principalmente no que diz respeito à extensividade e renovabilidade do uso do solo.

Mesmo contando com a possibilidade de expansão das áreas agricultáveis e com recursos que muitas vezes estão indisponíveis para os pequenos agricultores, os conflitos só tendem a aumentar, principalmente enquanto um grupo de fazendeiros parasitários, assim considerados por utilizarem a terra com objetivo de especulação, continuarem como proprietários da maior parte do território nacional.

Devido a essas peculiaridades, é que hoje o MST busca reeducar o homem do campo

para os princípios de uma nova relação homem/natureza, de forma a preservar o sistema ecológico e, ao mesmo tempo, fazer da terra um bem maior, em busca da garantia dos meios de alimentação e da sobrevivência do homem.

Desse modo, o MST entende ser necessário rever o processo de distribuição de terras que gerou esse sistema que perdura até nossos dias, sem que jamais tenha ocorrido uma Reforma Agrária.

O MST tem desenvolvido algumas formas de cooperação agrícola que entende ser de cunho socialista, pois acredita que este é o caminho para o desenvolvimento de uma sociedade democrática e igualitária. O problema é que os assentamentos promovidos pelos governos estaduais e federal tem se dado, com raras exceções, como propriedade individual, o que de certa forma contribui para reforçar ainda mais o sistema capitalista. É esse sentido que explicita o pensamento de Gorender, segundo o qual

> "... a gênese do capitalismo no campo reside fundamentalmente na transformação da renda da terra (pré-capitalista ou já capitalista) em capital agrário, na colocação da renda da terra a serviço da acumulação do capital agrário (ao invés de desviá-la para aplicações comerciais e/ou industriais)" (Gorender, 1994:35).

Nesse aspecto, compreendendo que o país não se integrou nem os conflitos diminuíram, tendo aliás aumentado em alguns casos, notadamente no norte do país, sobretudo a partir da década de 70, Gorender assegura que:

> "... a abertura de novas estradas possibilitou a migração de camponeses sem-terra às novas áreas de fronteira agrícola, multiplicando-se o número de posseiros, que respondem por quase um quinto dos estabelecimentos rurais do país. São quase diárias as notícias das lutas desses posseiros contra as forças do grande capital, que pretende desalojá-los. O que ocorre com a proteção do Estado, dos grileiros de toda sorte e das grandes companhias beneficiadas pelos incentivos fiscais" (Gorender, 1994:40).

Essa rede de migração com destino às novas áreas de fronteiras agrícolas, situadas ao norte do país, tem ocasionado inúmeros conflitos no processo de luta pela posse da terra desde os anos 70.

Nesse sentido, antes de se iniciar qualquer discussão sobre a Reforma Agrária, é preciso que se discuta o objetivo almejado para essa reforma. Caso contrário, poder-se-á acreditar que ela seja completamente desnecessária ou, por outro lado, entendê-la como a solução para todos os males do Brasil, não somente no que diz respeito à agricultura, mas também, aos aspectos sócio-econômicos e políticos do país.

Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Reforma Agrária aparece como "*parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária e socialista"* <URL: http:// www. sanet. com. br/~sem terra/mst-2htm>. [14 jul. 1997].

Segundo os preceitos do MST, essa Reforma Agrária deve ter por objetivo:

> a) Garantir trabalho para todos, com a conseqüente distribuição de renda;
>
> b) Produzir alimentação farta, barata e de qualidade para toda a população brasileira, possibilitando segurança alimentar para toda a sociedade;
>
> c) Garantir o bem estar social e a melhoria das condições a todos os brasileiros. De maneira especial aos trabalhadores e, prioritariamente, aos mais pobres.
>
> d) Buscar permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, político, social, cultural e espiritual;
>
> e) Difundir os valores humanistas e socialistas, nas relações entre as pessoas, eliminando-se as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero;
>
> f) Contribuir para a criação de condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, respeitando sua qualidade de direitos iguais;
>
> g) Preservar e recuperar os recursos naturais, como solo, águas e florestas de maneira a ter um desenvolvimento auto-sustentável;

h) Implementar a agroindústria e a indústria como fator de desenvolvimento do interior do país". <URL:http://www.sanet. com.br/~ semterra/mst-2htm>. [14 jul. 1997].

Da forma como o MST faz seu proselitismo, cria uma contradição difícil de ser esclarecida por seus dirigentes, pois ao afirmar que a Reforma Agrária contribuiria para rebaixar os custos dos alimentos, barateando o custo de vida das populações urbanas, o Movimento teria que explicar sua luta em defesa de uma política agrícola que beneficie o pequeno produtor cujos preços muitas vezes sequer cobrem os custos de produção. Nesse embate surge a necessidade da defesa de uma política de preços mínimos que estimule a permanência do homem no campo.

Embora o MST reivindique a transformação da sociedade atual numa sociedade socialista, fala também na necessidade de melhorar a distribuição de renda do país, um atributo do capitalismo em sua fase mais avançada, através da implementação do sistema de W*elfare State*. Nesse sentido, há uma outra contradição no interior de seu próprio discurso, visto que ao mesmo tempo em que reivindica mudanças na estrutura social, fortalece o sistema capitalista através de suas práticas.

O MST entende que é necessário organizar o desenvolvimento da produção no campo, defendendo a supremacia do trabalho sobre o capital, propondo ainda a eliminação de todas as formas de exploração e de opressão, visando a valorização e a garantia de trabalho para todos como forma de libertação e de construção da dignidade e da igualdade entre as pessoas <URL:http://www.sanet.com. br/~ semterra/mst-htm>.[14 jul. 1997].

Nesse aspecto, para o MST a propriedade ou posse da terra deve estar subordinada ao cumprimento de sua função social". Para tanto, o MST entende que a utilização da terra pode se dar através das seguintes formas:

a) **familiar -** quando a família toda ou parte dela se envolve no cultivo da lavoura, para dela tirar seus meios de sobrevivência;

b) **associação -** várias famílias se unem para cultivar uma determinada área de terra, tendo em comum a compra e o uso de equipamentos que, embora muitas vezes pertencente a uma determinada família, são postos à disposição da comunidade;

c) **cooperativa -** quando as pessoas se organizam para juntas comprarem adubos, óleo

diesel e implementos agrícolas a fim de baratear os custos da produção.

O MST entende, ainda, que essa utilização poderia se dar também através da empresa comunitária, estatal, pública ou de acordo com as necessidades sociais de cada região. Para tanto, é inexorável a transformação da atual estrutura da propriedade rural.

Para José Gomes da Silva, (patrono da Reforma Agrária do MST), no entanto, uma Reforma Agrária deve ter como objetivos:

> ?? "propiciar emprego de baixo custo aos agricultores que não conseguem um posto de trabalho na indústria ou nos serviços;
> ?? democratizar a posse da terra mediante a concessão de oportunidade de conseguir terra própria a 3,039 milhões de famílias sem terra ou com terra insuficiente, num período de 15 anos;
> ?? oferecer aos beneficiários melhores condições de educação, saúde, moradia, justiça e previdência social;
> ?? eliminar a violência no campo, fruto da disputa pela posse e uso da terra;
> ?? conter a devastação ecológica ocasionada pelo latifúndio e propiciar a oportunidade da prática de uma agricultura não predatória aos posseiros das áreas pioneiras;
> ?? assegurar condições econômicas, políticas e sociais para que o sem-terra e o agricultor com terra insuficiente possam exercer seu direito à cidadania;
> ?? diminuir o êxodo rural e o impacto das migrações internas sobre o meio urbano, além de aliviar a pressão sobre o nível de emprego e dos salários urbanos mediante o assentamento de trabalhadores rurais em áreas desapropriadas" (SILVA, 1994:184-185).

Para se fazer a reforma agrária no Brasil, não é preciso seguir nenhum modelo conhecido, visto que cada nação tem peculiaridades distintas de outras, quer na forma de organização social, quer na disponibilidade de terras destináveis a esse fim ou mesmo na quantidade de terras agricultáveis existentes no país. É por isso que Gorender defende que esta reforma agrária

> "... deverá ter, (...), uma outra linha paralela à do desenvolvimento camponês: a

> linha da transformação das grandes empresas agrárias, plantacionistas e pecuárias, já tecnicamente unificadas, em grandes explorações coletivizadas: cooperativas ou estatais. (...). Dessa maneira, desde o início da Reforma agrária, formar-se-á amplo setor coletivizado, que constituirá a vanguarda tecnológica da agropecuária brasileira em seu conjunto.
> Por essas duas vias paralelas e não excludentes, teremos uma Reforma Agrária camponesa-popular anti-latifundiária, a qual, na sua evolução, atingirá a etapa posterior da completa socialização da agropecuária brasileira" (Gorender, 1994:44).

José Eli da Veiga (1994:88), a despeito de sua necessidade e dos benefícios que ela possa trazer, lembra que na Coréia do Sul "*a reforma agrária não somente engendrou baixo nível de desigualdades na distribuição dos ativos e da renda, mas, também, criou as pré-condições para uma ampla difusão dos incrementos de renda*".

A reforma agrária poderia ser, portanto, além de uma excelente forma de distribuir rendas, como quer o MST, um fator de distribuição de poder, tornando a sociedade brasileira um pouco mais igualitária e menos autoritária, criando ao mesmo tempo a possibilidade de uma melhor condição de vida tanto para o homem do campo quanto para o homem citadino.

Como afirma José Eli da Veiga (1994:299), "*é forçoso reconhecer que todos os países do chamado Primeiro Mundo apostaram nas virtudes da agricultura familiar e, por diversos caminhos, seguiram a tal 'via democrática' de modernização da agricultura*".

Seguindo a mesma linha de raciocínio e defendendo a necessidade de integração do homem do campo no processo de produção e na sociedade de consumo, criando novas formas de relações sociais, Ricardo Abramovay acredita que

> "... a maior parte dos trabalhadores rurais, não tendo acesso à terra, não pode participar do processo social de progresso técnico. Assim, estes trabalhadores encontram-se à margem do mercado: pouco produzem e pouco consomem. Isso é [transformam-se em] um obstáculo ao desenvolvimento econômico como um todo, pois se os trabalhadores rurais tivessem acesso à terra, passariam a gerar renda através da qual

> poderiam incorporar-se ao mercado interno nacional e contribuir, assim, ao próprio desenvolvimento capitalista do país" (Abramovay, 1994:96).

Com relação ao modelo de Reforma Agrária defendido pelo MST, se seu objetivo for a democratização da terra através da prioridade de assentamentos em áreas próximas aos centros urbanos, como forma de viabilizar o abastecimento dessas populações a preços baixos, dado o aproveitamento da infra-estrutura já existente, há a necessidade de se fazê-la. Mas se seu objetivo for o desenvolvimento do capitalismo no campo, esse já existe, como afirma Jacob Gorender:

> "... O desenvolvimento do capitalismo na agropecuária brasileira já se realiza por uma via que dispensa a reforma agrária e constitui mera racionalização utópica conceber a reforma agrária para eliminar formas arcaicas de relações de produção e 'aperfeiçoar' o capitalismo brasileiro a fim de torná-lo compatível com a democracia" (Gorender, 1994:41)

O mesmo Gorender argumenta que para se fazer uma Reforma Agrária de caráter socialista, como deseja o MST, é preciso:

> "... responder a essa aspiração com propostas de cunho prematuramente coletivista é propor-se a frustrar qualquer possibilidade de reforma agrária, é imobilizar o potencial de luta de milhões de sem-terra e de minifundiários, e, enfim, jogar os pequenos proprietários em geral para o lado dos latifundiários" (Gorender, 1994:43).

Com o *slogan* "REFORMA AGRÁRIA, UMA LUTA DE TODOS" o MST tenta envolver toda a sociedade na luta pela terra. Torna-se necessário, então, discutir algumas questões fundamentais para o entendimento deste quadro, pois se a Reforma Agrária interessa mesmo a toda a sociedade, se essa é uma luta de todos, porque ela não deslancha de uma vez?

Para o MST, a Reforma Agrária é condição *sine qua non* para a democracia e o desenvolvimento do país se dará inexoravelmente a partir dela. Para o economista e agrônomo José

Graziano da Silva, no entanto, essa necessidade não está posta, daí ele afirmar que a Reforma Agrária: "... *do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é mais uma necessidade, seja para a burguesia, seja para as classes produtoras. Isso não quer dizer que ela não seja uma possibilidade*" (Silva, 1994:142).

Mesmo acreditando não ser necessária (Silva, 1994:142), reconhece a possibilidade da Reforma Agrária, embora afirme que: "*Se houver reforma agrária ela será feita pela luta dos trabalhadores, não mais por uma necessidade intrínseca do desenvolvimento capitalista*". Fica portanto, condicionada à pressão da luta popular.

Para alguns economistas, sobretudo aqueles que atuam como esteios da burguesia, como por exemplo Delfim Neto, (Gorender, 1994:43), a Reforma Agrária é "*assunto para economistas desocupados*", visto que a produção agrícola no Brasil já é satisfatória e o que se poderia fazer seria, no máximo, viabilizar uma política agrícola que viesse a contribuir com os produtores, sem correr o risco de "desorganização da produção".

Neste debate, o MST procura enfatizar o caráter social da propriedade, tendo em vista que a propriedade privada no Brasil tornou-se elemento "sagrado" desde a introdução da lei de terras, em 1850, transformando-as em bens pertencentes a uma única classe. Segundo Ademar Romeiro:

> "... Essa lei [1850] estabelecia que as terras devolutas não mais seriam passíveis de serem apropriadas livremente, mas somente contra o pagamento de uma importância, suficientemente elevada para impedir o acesso a elas pelos imigrantes europeus, que começavam a vir para substituir o trabalho escravo nas lavouras de café, e pelos futuros ex-escravos" (Romeiro, 1994:108).

Para o MST, a propriedade da terra deve ser limitada aos trabalhadores que a utilizam para a produção dos alimentos básicos necessários à população, ficando impedidas de ter terras as empresas multinacionais e os bancos ou grandes empresas nacionais que não dependem da agricultura, mas que utilizam a terra como meio de especulação fundiária <URL:http://www.sanet.com.br/~semterra/mst-2htm>.[14 jul. 1997]

Nesse sentido, o MST entende que é importante que haja uma proibição de cobrança da renda da terra por parte dos grandes proprietários, e que a concessão de uso do solo atenda a uma função social definida. Defende também que se criem formas de impedimento da venda de lotes por parte dos beneficiários da Reforma Agrária, o que implicaria na quebra do atual mecanismo do direito de propriedade brasileiro.

Para Gorender (1994:43), "*a Reforma Agrária se coloca como questão fundamental para o desenvolvimento da sociedade brasileira, do ponto de vista das grandes massas trabalhadoras do campo e da cidade*". Nesse sentido, o MST tem dado significativa contribuição, pois se não conseguiu até agora, do ponto de vista político, a transformação social que deseja, do ponto de vista social conseguiu que grande número de desempregados pudesse voltar ao campo e tirar da terra o seu sustento.

É claro que uma Reforma Agrária não poderia ser feita somente para resolver o problema do desemprego, pois seria reduzir demais seus objetivos. Além disso, a distribuição de terras feita somente a partir de ocupações levaria décadas para resolver o problema agrário do país. Entretanto, é indiscutível que a reforma agrária contribui para amenizar a situação dos desempregados e subempregados da cidade, além de colocar em xeque o modelo agrário vigente no Brasil[12].

Gorender (1994:43) afirma, ainda, que com uma Reforma Agrária feita "*com apoio creditício, técnico e comercial do Estado, desvencilhada da pressão latifundiária, a exploração familial-camponesa florescerá e beneficiará a economia do país numa escala hoje inimaginável*" sobretudo no que diz respeito à geração de empregos e ao incremento da produção entre as famílias de baixa renda, como objetiva o MST.

A discussão acerca da questão agrária, torna-se ainda mais importante quando o MST defende a pequena produção e a distribuição de terras para grupos coletivos onde for possível, e para grupos individuais onde não houver possibilidade de ser diferente. Segundo Claus Germer (1994:149), "*a experiência desse regime nos diz que, sob o capitalismo, os pequenos agricultores e a pequena*

---

[12] Como exemplo poderíamos citar as 150 mil famílias de trabalhadores que foram assentadas a partir das lutas lideradas pelo Movimento e que, segundo seus líderes, tiveram sua renda ampliada e sua condição de

produção agrícola vão desaparecer, em mais ou menos tempo".

O próprio Germer admite que a reforma agrária pode trazer benefícios para os trabalhadores desde que caminhe numa direção associativista, dando à pequena propriedade um importante aumento no tamanho das áreas, concentrando nas mãos do coletivo o processo de geração de riquezas, como pode-se perceber em suas palavras:

> "Em regime de pequenas propriedades individuais, se for preciso, se os agricultores assim o quiserem; depois deverão evoluir através de um processo dirigido por um governo, que deverá vir, de trabalhadores, para uma progressiva aglutinação de suas explorações, para um associativismo, cooperativismo, que no fim vai redundar na mesma coisa, na propriedade de todos sobre o solo e sobre o processo de geração de riqueza" (Germer, 1994:150).

No entanto, a reforma agrária segundo Germer, pode seguir vários caminhos, sendo que no atual momento ela está apontando mais para a via **prussiana,** visto que

> "... a transformação capitalista não 'revolucionaria' [da] realidade agrária pré-existente, mas promove uma evolução ou adaptação dela ao capitalismo: por um lado, transforma paulatinamente o latifundiário em capitalista (..) e os diversos tipos de pequenos agricultores dependentes ou agregados em trabalhadores assalariados" (Germer, 1994:262).

O MST, no entanto, em todos os discursos de seu principal dirigente, João Pedro Stédile, reivindica uma via socialista, revolucionária, mesmo aceitando a luta nos moldes do atual sistema, na esperança de destruí-lo por dentro. Entende ainda, que cada trabalhador que conquista a terra é um trabalhador que deixou de ser lúmpem-proletário e que, ao tomar consciência da importância da luta, pode contribuir para mudar a sociedade, construindo o novo homem socialista.

Paulo Sandroni (1994:154/155), porém, acredita que

> "... para o socialismo a questão agrária, antes de representar a

---

vida melhorada.

> transformação da agricultura capitalista em socialista, significa a aliança operário-camponesa, isto é, a aliança do proletariado com uma camada social cujas reivindicações imediatas tem um caráter democrático, mas não necessariamente se desdobram em reivindicações socialistas"

José Gomes da Silva (1994:178), mesmo entendendo que não existe nenhuma nação moderna que em algum momento de sua história não tenha realizado uma reformulação de sua estrutura fundiária - visto que ela se constitui na base física e material para a construção de qualquer democracia - argumenta que:

> "... ao dispor, no inciso II do artigo 185, que a chamada "propriedade produtiva" não é suscetível de desapropriação, a Constituição Federal de 1988 introduziu na prática tamanhas dificuldades de ordem legal, agronômica e operacional, que complica extraordinariamente qualquer tentativa séria de mudar nossa estrutura fundiária" (Silva, 1994:174).

Não se pode deixar passar desapercebido que, no entendimento do MST, todo o processo de luta pela posse da terra no Brasil tem sido marcado por uma violência sem limites, a começar pela forma de apropriação do território que se deu com um grande genocídio dos povos indígenas. Em todo processo ulterior, massacraram-se os escravos que "ousaram" lutar por liberdades e, posteriormente, dizimaram-se todos os grupos que, organizados ou não, lutaram pela posse da terra, como possibilidade de nela encontrar sua sobrevivência.

Grande parte das elites[13] deste país sempre preferiram guardar a terra como reserva de valor e fonte de poder, não se importando com os métodos utilizados para tanto. Desde o Quilombo dos Palmares, passando pela destruição dos arraiais de Canudos, a revolta do Contestado ou as lutas do MST, Estado e fazendeiros sempre estiveram unidos na destruição dos sonhos de liberdade dos trabalhadores.

Nesse sentido, acontecimentos como os de Eldorado dos Carajás, onde 19 trabalhadores sem terra foram assassinados em 1996, ou os acontecimentos do ano anterior em Corumbiara, bem como

---

[13] Grupos ou facções de grupos constituídos por grandes proprietários de terra e que tradicionalmente

os da Fazenda Santa Elmira (1989), encontram precedentes ainda mais graves como os já referidos casos de Canudos e Contestado.

A violência, segundo José Gomes da Silva (1994:179), pode se dar com características mais rudimentares, praticadas isoladamente por alguns fazendeiros, ou pode ocorrer com apoio de órgãos governamentais, como uma "*violência seletiva, institucionalizada e impune*", com o agravante de ser: "*...institucionalizada com a criação de grupos paramilitares em diversos estados, a partir do recrutamento de pistoleiros dentro dos próprios quadros das polícias estaduais (treinados portanto com dinheiro público*)"[14].

No campo brasileiro há a prática antiga de uso de formas violentas contra os trabalhadores rurais e que reaparecem sempre com nova cara e que, segundo Cândido Grzybowski, ao longo dos tempos vêm corrompendo todas as esferas de vida pública local e regional, visto que:

> "O poder do bloco de forças agrário-industriais - as velhas-novas oligarquias - não só promove impunemente a violência e morte no campo, como consegue dobrar a seus interesses e privatizar esferas importantes da organização estatal do Brasil. Os movimentos populares rurais são até aqui força mais eficaz de enfrentamento de tal poder" (Grzybowski, 1994:295).

A violência no campo brasileiro, não é novidade, visto que *"a tradição autoritária, no Brasil, é algo que impregna todos os poros da vida social*" (Grzybowski, 1994:295) do país, desde o início de seu processo de colonização, não deixando de existir nem mesmo nos períodos em que governos autodenominados democráticos investiram numa imagem aparentemente mais identificada com as reivindicações marcadas por apelos sociais.

No Brasil, esse processo de violência é, segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, (1994:54) sempre renovado pelo acréscimo de outros ingredientes que, historicamente, tem se

---

dominaram as esferas do poder político e econômico deste país.

[14] O presente trabalho não tem por objetivo fazer um mapa da violência no campo. Para uma visão mais completa dos números dessa violência ver relatório anual da Comissão Pastoral da Terra sobre os **"conflitos no campo".** onde estão divulgados os números e mecanismos de ameaças às várias categorias de trabalhadores rurais.

aprofundado na luta pela reforma agrária no campo, mas que também atinge os centros urbanos, alimentando uma violência que é transferida paulatina, mas decididamente, para a luta pela reforma agrária. Nesse processo, segundo esse autor, até aqueles que são incentivadores da violência, para fazer valer seu poder ilegítimo, por exemplo os latifundiários/grileiros da UDR, atuam no campo fazendo aumentar a violência, mas atuam decididamente também nas cidades, fazendo seu '*marketing*' político e suas manifestações, onde mandam e/ou ameaçam matar trabalhadores do campo e/ou suas lideranças nas cidades.

A reação dos grandes proprietários à luta pela terra tem alcançado patamares cada vez mais violentos, a ponto de José Eli da Veiga (1994:302) afirmar que, apesar das negativas das autoridades, durante o governo Sarney (1985-1990) era cada vez mais hostil a forma com que se manifestavam os grandes proprietários, contrastando demais com o silêncio dos supostos beneficiários, que não davam ao governo qualquer apoio que realmente compensasse o tumulto armado pelo patronato.

O MST tem ainda, entre seus objetivos, o desenvolvimento da produção de gêneros agrícolas com vistas a suprir as deficiências alimentares da nação. No início, o movimento cultivava a ideologia da produção para a subsistência. Mas esse processo mostrou-se ineficaz e hoje o movimento investe muito em tecnologia alternativa, como a produção de alimentos sem agrotóxicos, aproveitando o processo de adubação natural da terra.

Por sua preocupação com a ecologia, o MST não pretende reproduzir as formas de monocultura que contribuem para degradar o meio ambiente, como fazem os capitalistas, mas procura uma alternativa viável para a produção sem a destruição da terra, considerado o bem maior do trabalhador rural.

Nesse sentido, por entender que o modelo tecnológico ora aplicado não é adequado ao desenvolvimento do país, por visar apenas o lucro das empresas produtoras de insumos <URL:http://www.sanet.com.br/~semterra/mst-htm>.[14 jul. 1997], defende a utilização não predatória dos recursos naturais (solo, água, fauna e flora), sem a contaminação do homem e do meio ambiente por agrotóxicos, o que compromete para sempre as gerações futuras. Por isso, entende que se devam desenvolver pesquisas e técnicas adequadas a cada região, buscando o aumento da produtividade do trabalho e das terras, preservando o meio ambiente e seus recursos naturais.

O MST considera fundamental a busca da integração permanente entre o homem e a natureza, principalmente se o trabalhador rural sem terra tiver acesso aos bens produzidos pela sociedade, sobretudo no que diz respeito à democratização do acesso às informações sobre genética vegetal e animal.

Apesar do estímulo, a utilização de adubos orgânicos ainda não é uma realidade em todos os assentamentos, mas já é uma possibilidade, inclusive como forma de barateamento do produto e, por contribuir para não poluir o meio ambiente, presta grande serviço à humanidade no sentido de preservação da ecologia.

Esses mecanismos, no entanto, serão facilitados se houver maior integração entre os próprios trabalhadores rurais, visando baratear os custos desse processo que, ao longo dos tempos, penalizou os pequenos proprietários desse país, sobretudo aqueles que trabalhavam numa produção familiar, com vistas à própria subsistência.

Nos últimos tempos, o MST vem investindo na produção dos assentamentos, objetivando ampliar a produtividade e provar que a Reforma Agrária é importante e necessária. Tem, ainda, tentado desenvolver um programa que integre a produção do campo em um processo de desenvolvimento da agroindústria, como é o caso das fábricas de farinha no Pontal do Paranapanema e da produção e industrialização do milho, do frango, dos suínos e de tantos outros produtos no interior do país.

Essa necessidade de fixar o homem no campo e patrocinar seu desenvolvimento, é afirmada pelo MST e por governantes, tanto do ponto de vista da produção quanto do ponto de vista da distribuição de rendas, a ponto de José Sarney, quando Presidente da República, ter declarado no Congresso de Trabalhadores Rurais, em maio de 1985, que "*assegurar a propriedade da terra a quem nela queira trabalhar não é apenas, ato de reparação de uma preterição histórica multissecular, mas, também decisão política que atende às carências do presente e previne necessidades do futuro*" (Stédile 1994:302).

A Reforma Agrária é importante sobremaneira na distribuição de rendas e na geração de empregos, principalmente no momento em que o país apresenta elevados índices de desemprego, apesar de economistas como José Graziano da Silva (1994:197) defender que ela seria ineficaz, visto que,

segundo seu entendimento, hoje não cabe falar em reforma agrária nem do ponto de vista de uma transformação nacional nem do ponto de vista de uma transformação regional mais localizada.

Sob a ótica da geração de empregos, esse mesmo economista coloca em dúvida a eficácia da reforma agrária, quer em função de seus altos custos, quer pela impossibilidade de colocar no mercado a produção retirada dos assentamentos. Para o autor a geração dois empregos por hectare, *"Precisaria de 20 milhões de ha, uma área do tamanho do Estado de São Paulo; isso se for irrigado, plantando abobrinha, morango e para exportar para os Estados Unidos, porque o mercado interno não tem poder aquisitivo para tal*" (Silva, 1994:199).

Para o MST, no entanto, a produção das 150 mil famílias assentadas e o bem estar delas constituem a prova maior da necessidade de se fazer uma reforma agrária, pois são aproximadamente 800 mil pessoas que saíram da condição de lúmpem-proletários, para se tornarem pequenos proprietários de terra.

Francisco Graziano Neto, um dos ex-ministros da Reforma Agrária do Governo Fernando Henrique Cardoso (como todos os outros ministros desse e dos governos anteriores que tradicionalmente foram contrários à reforma agrária), afirmava que *"Nem há camponeses no Brasil, nem os pequenos agricultores são revolucionários*". Afirmava ainda que: "*os latifúndios e as áreas de terra inexploradas estão muito aquém do apregoado e que o plano da reforma é fruto de uma análise equivocada sobre a realidade de nossa agricultura*" (Graziano Neto 1994:241-43).

Mesmo sendo o ministro encarregado de colocar em prática os planos do governo no que diz respeito à reforma agrária, Graziano Neto sempre se posicionou contra o assentamento dos trabalhadores em suas regiões de origem, principalmente nas regiões onde o capitalismo agrário está mais desenvolvido.

Nesse sentido, é possível entender sua afirmação de que "*não há razão para imaginar que um arrendatário de arroz no Rio Grande do Sul deva receber um pedaço de terra do poder público*" (Graziano Neto, 1994:243), mesmo constatando que o MST diz exatamente o contrário, pois segundo este Movimento, o trabalhador rural que possui pouca terra gostaria de ampliar sua propriedade para dela tirar seu sustento.

1.5 O processo de ocupação de terras pelo MST

> "A terra vai ter tomada, mais cedo, ou mais tarde. Mas antes disso é preciso fazer pressão. E o povo está fazendo pressão. A Reforma Agrária não é só assunto de colono, mas também de operário"
>
> Lula - Agenda MST, 1988

O processo de preparação para a ocupação de terras tem mudado bastante ao longo dos tempos, variando de acordo com as condições objetivas de cada momento. Inicialmente, a ocupação de uma área só ocorria após um longo processo de preparação das famílias que deveriam dirigir-se à área a ser ocupada. Esse processo dificultava a ação massiva do movimento, pois o processo de preparação e conscientização das famílias era muito lento.

Hoje, com as ocupações em massa, as famílias já não ficam meses se preparando para a ocupação das terras consideradas improdutivas ou que, segundo o MST, não cumprem sua função social. Isso de certa forma fragiliza o trabalho político de organização em relação ao período anterior, mas amplia o número de trabalhadores envolvidos na luta pela terra no interior do país, possibilitando ações consideradas "ousadas" e com maior respaldo popular.

A Reforma Agrária não se inicia nem se encerra nos assentamentos, mas com certeza, estes são os pontos de partida para sua realização. Antes dos assentamentos vem a fase de acampamentos que ocorrem com as ocupações de terras que, segundo Frei Sérgio Antônio Görgen, não podem ser consideradas como atos criminosos, como querem alguns fazendeiros e parte do judiciário, pois:

> "... as ocupações devem servir para corrigir a injustiça presente e para mudança da legislação. Ocupar é um direito de legítima defesa de quem já foi ultrajado e expropriado de seus direitos fundamentais. Pois a terra e os bens da terra se destinam a todos os homens, e não apenas a alguns privilegiados" (Görgen e Stédile, 1991:47).

Um problema encontrado pelos trabalhadores sem terra, com vistas à melhoria de sua sobrevivência é que os governos que "aceitam" assentar esses trabalhadores, os têm corriqueiramente abandonado no exato momento em que os tira dos acampamentos, realizando o assentamento. Possibilitam, assim, o discurso contrário à reforma agrária, como o faz Francisco Graziano Neto (1994:246), ao dizer que basta um olhar de relance sobre os acampamentos ou assentamentos de sem terra realizados a partir das invasões de propriedades para se perceber que, além de numericamente reduzido, o MST agrega, em sua maioria, pessoas pouco qualificadas profissionalmente para o trabalho agrícola, por congregar um grupo de subproletários.

A defesa dos interesses dos grandes proprietários de terra fica mais patente quando se observa que os sucessivos governos, mesmos aqueles que se reivindicam democráticos, negam a possibilidade de auxílio aos assentamentos, promovidos pelos programas de reforma agrária, para depois justificarem que o programa de assentamentos não deu os resultados esperados.

Nesse sentido, as palavras de Francisco Graziano Neto (1994:197) são ilustrativas de sua posição com relação aos trabalhadores rurais sem terra, quando este, aliando-se a fazendeiros e utilizando-se dos argumentos da TFP (Tradição, Família e Propriedade)[15], afirma que:

> "Embora preliminares, as análises sobre os assentamentos rurais implantados em São Paulo pelo governo Montoro, num programa estadual de reforma agrária que incidia sobre terras públicas, mostram uma situação muito difícil, com baixa produção e carências generalizadas. Além do descuido governamental, tal situação reflete também a baixa capacitação dos "sem-terra" (Graziano Neto, 1994:197).

Para se compreender a luta dos trabalhadores sem terra e seu projeto social é importante não se perder de vista o entendimento de que o desenvolvimento da história se constrói na luta entre as classes sociais e que os trabalhadores rurais vêm construindo sua história através da luta de ocupação de

---

[15] Movimento criado e dirigido por Plínio Corrêa de Oliveira, que, juntamente com outros setores reacionários da igreja Católica e da burguesia, liderou a luta contra o governo Jango, patrocinando a Marcha Contra o Comunismo, pela Tradição e em Defesa da Propriedade. Esse Movimento, além de contribuir para o Golpe militar de 1964, foi um dos pilares dos militares na luta contra as reformas de base,

terras, da formação dos acampamentos que levam aos assentamentos e à reforma agrária que, segundo o MST, é tão necessária ao país.

A construção histórica vai se dando nessa relação, visto que a história se assenta no desenvolvimento real da produção, partindo sempre da produção material da vida imediata e da forma de intercâmbio ligada ao modo de produção por ele produzido. Assim, conclui-se que a força motora da história não é a crítica, mas a revolução: produto do desenvolvimento social do homem e seu modo de produção.

1.6 A disciplina e a mística do MST: dois mecanismos de luta do Movimento.

> "Todo homem normal deve estar orientado para uma disciplina melhor, ou seja, para um resultado mais produtivo".
>
> Makarenko

Para a realização do processo de ocupação e manutenção de terras, o MST entende ser fundamental o exercício da **disciplina**, pois acreditam que, nesse processo, quase sempre há a necessidade do enfrentamento direto com uma organização militar extremamente disciplinada. Por isso, o MST, nos momentos de despejo das áreas ocupadas, exige de seus militantes a mesma disciplina dos militares, visto que somente assim poderá fazer frente a eles e postular a manutenção da posse da terra.

O MST estimula e cobra de seus militantes essa disciplina, entendendo que se não o fizer, não alcançará êxitos em suas lutas, uma vez que nos momentos de despejo, após a ocupação da terra ou de um prédio público, enfrentarão uma organização militar altamente disciplinada e disposta a cumprir qualquer medida através do uso da força. Portanto, quem não tiver autodisciplina e autoconfiança estará fadado ao fracasso.

Em seu **Poema Pedagógico**, Makarenko (1985:9) parte da premissa de que no trabalho

---

no início da década de 60.

de formação do "homem novo", deve-se "*exigir o máximo da pessoa e respeitá-la ao máximo*", pois somente assim se consegue dela a disciplina necessária para a convivência coletiva e para o enfrentamento das adversidades próprias de uma vida revolucionária, visto que os adversários da revolução querem a todo momento descaracterizá-la para derrubá-la.

Para a construção da "**disciplina revolucionária**" do "**homem novo**", alguns pré-requisitos são considerados fundamentais:

> "Na minha exposição sobre disciplina eu me permiti pôr em dúvida as posturas então aceitas por todos, e que afirmavam que punição educa escravos, que é preciso dar plena liberdade à criatividade infantil, confiando o máximo na auto-organização e na autodisciplina da criança" (Makarenko 1985:152).

Através da leitura de Makarenko, o MST concluiu que esse processo de mudanças não se dá automaticamente, pois algumas transformações de consciência ocorrem muito devagar. Como o próprio Makarenko observara na colônia Gorki, algumas pessoas só "*muito lenta e gradativamente se adaptavam às conquistas da cultura humana, tanto mais lentamente quanto mais pobres e famintos éramos nós*" (Makarenko 1985:74).

Mesmo se dando no coletivo, o aprendizado da disciplina é difícil e exige muito do educador. Nesse sentido, Makarenko entende que

> "... enquanto não estiverem criados o coletivo e os órgãos do coletivo, enquanto não existirem tradições e não forem criados hábitos elementares de trabalho e de vida, o educador tem o direito, e não deve renunciar a ele, de usar a força e de obrigar" (Makarenko 1985:216).

A dedicação e o aprendizado disciplinado às vezes demandam sofrimentos, desgastes e contrariedades. Makarenko (1985:153) afirma que na colônia Gorki[16] ele "*exigia a educação de um ser humano resistente e forte, capaz de executar também trabalhos desagradáveis e trabalhos tediosos, se*

[16] Colônia de reeducação de jovens infratores, dirigida por Makarenko após o triunfo da revolução russa.

eles são requeridos pelos interesses do coletivo", buscando com isso garantir que o seu movimento não se desagregasse, tal qual pensam os líderes do MST, no seu desejo de construir a sociedade socialista.

Para estabelecer a rígida disciplina dos militantes do MST, assegura-se que na educação socialista pouco interessam as etiquetas, as almas, os direitos individuais e outras baboseiras líricas, que não levam em conta as necessidades revolucionárias do Movimento que deseja ser a vanguarda da luta revolucionária no país (Makarenko 1985:261).

A exemplo do que acontecia na colônia Gorki, na luta em defesa de seus ideais, a direção do MST precisa fazer com que os cidadãos-militantes assumam seus deveres através de expressões difíceis e exigentes, onde todos os seus membros são claramente expostos de modo que quase não sobre espaço algum para qualquer arbitrariedade, nem para quaisquer ataques de despotismo.

Essa disciplina revolucionária é, portanto, a condição necessária para a continuidade da luta frente aos defensores do capital, que buscam por todos os meios quebrar a resistência do movimento. Essa disciplina pode ser obtida também através do estímulo de pessoas encarregadas de manterem vivas a chama da esperança do MST, no processo por eles denominado de **mística**.

Considerada pelo Movimento como um dos mais importantes instrumentos de manutenção da esperança e do fervor na luta em defesa de seus interesses, a mística é o meio através do qual o MST procura encontrar forças para manter viva a memória de seus mártires e buscar, com isso, dar esperanças à massa de trabalhadores sem terra na defesa de seus ideais.

Nesse aspecto, a mística constitui-se num importante elemento de formação, que ajuda a manter viva a esperança de um povo que por algum tempo havia se acostumado à falta de esperanças e de alternativas de vida. Para o MST,

> "mística significa: (...) o conjunto de convicções profundas, as visões grandiosas e as paixões fortes que mobilizam as pessoas e movimentos na vontade de mudanças, ou que inspiram práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades ou sustentam a esperança face aos fracassos

> históricos. Na mística político-social age sempre a utopia, aquela capacidade de projetar, a partir das potencialidades do real, novos sonhos, modelos alternativos e projetos diferentes de história. Geralmente são os oprimidos os portadores de novas visões, aqueles que, embora derrotados, nunca desistem , resistem firmemente e sempre de novo retomam a luta. O que os move são os sonhos de uma realidade nova. Por isso desfataliza a história, não reconhecem como ditado da história a situação injusta imposta e mantida pelas forças opressoras" (Boff, 1993:7).

A mística é usada também para estimular as pessoas a lutarem por seus ideais e pode ser celebrada das mais variadas formas, desde uma celebração ecumênica até o cantar do hino da internacional socialista com punhos cerrados, como faziam os membros daquele movimento no século passado.

Sendo assim, nos encontros e manifestações onde o MST se faz presente é comum a utilização de suas bandeiras e ferramentas de trabalho, simbolizando a disposição de luta de seus militantes. No início de cada reunião, normalmente, canta-se o hino do Movimento, sempre com o punho esquerdo erguido, simbolizando sua posição de esquerda na sociedade.

O MST apoia-se também na Bíblia como fator de inspiração para a luta, sobretudo nas leituras do Êxodo, onde identificam o Deus que livrou o povo da escravidão do Egito com o Deus que também os conduzirá à terra prometida: **A Terra da Reforma Agrária.**

Além da bíblia, a leitura de alguns revolucionários como o cubano Jose Marti, ajuda a reflexão em torno dos ideais socialistas do MST. Apoiados em seu componente místico de render homenagens a seus mártires na busca de rejuvenescer as forças para a luta, o Movimento se recorda que:

> "Muchas veces, recordar a un caído que es hombre basta para levantarlo. Se le despiertan fuerzas dormidas: surge a la revelación: se ve en un ser nuevo, y se rehabilita se ve a sí mismo y quiere ser digno de sí"[17] (Martí,

[17] Muitas vezes relembrar a um derrotado que é homem basta para levantá-lo. Se o despertam forças adormecidas: surge a revelação: se vê um ser novo, e se reabilita se vê a si mesmo e quer ser digno de si.

1985:118).

Assim para manter viva a chama da esperança, o MST celebra seus mortos, rendendo homenagens a todos aqueles que ao longo da luta em defesa da sociedade socialista, ou da Reforma Agrária no Brasil, são colocados como modelo a ser seguido, bem como aqueles que na história da humanidade, tombaram em defesa da classe trabalhadora.

Apoiado nesses preceitos, o MST consegue a adesão dos desempregados e desesperados para juntar-se a sua luta e defender seus ideais, alimentando sempre o desejo da construção da utopia socialista, da sociedade onde o reino da liberdade substitua o reino da necessidade e as pessoas possam enfim eliminar o processo de exploração do homem pelo homem.

Nesse sentido, é considerado como formação todo processo que possa levar os trabalhadores rurais sem terra a qualquer tipo de consciência da realidade em que vivem e que os desperte para a luta em defesa de uma sociedade, que segundo o MST deve ser mais justa e fraterna, tendo a mística como um de seus elementos irradiadores.

1.7 O processo de colonização, concentração de terras e exclusão social no Brasil segundo a concepção do MST

"E vamos entrar naquela terra
E não vamos sair.
Nosso lema é OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR. Se for dura essa parada,
A gente pega em armas,
Não dá pra ser diferente.
Pois os homens têm dinheiro,
Compram armas nos estrangeiro,
Pra poder matar a gente.
Contra esse capitalismo

Vamos firmes decididos,
Não deixar pra outra hora,
É a classe organizada
Passo a passo nessa estrada,
Construindo a sua HISTÓRIA."

Zé Pinto, MST/RO Canções da luta, p.27

Para o MST não é possível que se compreenda os conflitos de terra existentes na sociedade brasileira se não se entender que a atual estrutura agrária é decorrente da forma de colonização a que foi submetido o país pelos portugueses. Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1994:55), a história da organização e desenvolvimento de nossa sociedade é marcada pela má distribuição de terras feitas pelos colonizadores, visto que *" Primeiro foram as capitanias hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias. As sesmarias estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto da herança colonial*".

O regime de capitanias trouxe muitos inconvenientes para os povos que habitavam o Brasil antes da chegada dos colonizadores portugueses, já que a terra - para os nativos - era seu bem maior, pois era dela que retiravam os meios de subsistência. Por isso a valorização que ela possuía, inclusive como elemento de culto e veneração.

A terra nas comunidades indígenas não era pensada e utilizada como fonte de lucro ou de poder, nem como meio de produção a serviço do capital, mas apenas como meio de subsistência daquelas comunidades. Esse fator tornou aquelas comunidades reféns dos colonizadores, que tinham como base de dominação o poder e a força de um novo sistema, baseado na propriedade privada dos meios de produção e no lucro.

A burguesia nascente tinha como princípio norteador a acumulação de capital, o que fez dessa classe uma consumidora e, ao mesmo tempo, uma destruidora dos recursos da natureza, fonte maior da matéria-prima a ser transformada em bens de consumo. Nos albores do capitalismo a natureza foi colocada a serviço do capital, pois somente assim se desenvolveria o sistema capitalista de produção.

Esse modo de produção nascente é definido por Gorender (1994:16), como sendo o:

> "... modo de produção em que operários assalariados, despossuídos de meios de produção e juridicamente livres, produzem mais-valia; em que a

> força de trabalho se converte em mercadoria, cuja oferta e demanda se processam nas condições de existência de um exército industrial de reserva; em que os bens de produção assumem a forma de capital, isto é, não mero patrimônio mas de capital, de propriedade privada destinada à reprodução ampliada sob a forma de valor, não de valor de uso, mas de valor que se destina ao mercado".

Nesse momento ainda não se pode falar na existência de uma burguesia brasileira, mas numa classe de latifundiários a serviço da acumulação de capital que tinha como única motivação, na "**nova terra**", a exploração escravista, servindo ao capital europeu que buscava aqui as condições de acumulação de riquezas para uma nação emergente (Portugal), que tinha no capital comercial a sua única fonte de acumulação, principalmente através da exploração da mão-de-obra escrava na agricultura e do tráfico de negros como forma de comércio predominante.

O comércio deveria, portanto, combinar com a agricultura o desenvolvimento do sistema capitalista português, já que não é possível desconsiderar que a terra constitui-se em importante meio de produção, dado que nela "*a agricultura se incorpora ao sistema econômico como um dos seus ramos industriais*" (Gorender, 1994:17), ampliando o grau de exploração sobre a massa trabalhadora incorporada não somente na indústria, mas também na agricultura.

A agricultura, quer na sua forma monopolista como meio de acumulação, quer numa sociedade de pequenos camponeses como meio de sobrevivência, desenvolve importante papel tanto para suprir a alimentação de um povo como para a comercialização e integração de uma nação ao cenário mundial. No Brasil, ela assumiu a forma de integração do país no quadro das nações exportadoras de alimentos, transformando o país numa espécie de "celeiro do mundo".

Essa "vocação agrícola" do Brasil iniciou-se no período de colonização imposta pelos portugueses. Esse tipo de colonização, no entanto, esgotou-se já no século passado, passando o país a carecer de outras formas de colonização, principalmente a partir da segunda metade deste século, sobretudo devido à grande quantidade de excluídos que o sistema anterior proporcionou.

Essa nova forma de colonização, segundo o MST, será construída a partir do modelo de

Reforma Agrária que a sociedade conseguir fazer, não tendo portanto nenhuma forma previamente definida.

Esta necessidade é apontada pelo MST com base no fato de que, mesmo sendo um dos maiores territórios e possuindo uma das mais extensas áreas agricultáveis do globo, o Brasil tem inúmeros problemas com a distribuição de terras, dado ser possuidor de elevado número de latifúndios, ocasionando altas taxas de exclusão social entre seus habitantes.

O problema da distribuição, posse e propriedade de terras tem gerado intensas lutas, ao longo dos tempos, desde a chegada dos portugueses à América e a introdução de seu processo de colonização no Brasil, até nossos dias.

A colonização efetivada pelos portugueses só foi possível graças ao extermínio dos povos nativos, concomitantemente com o deslocamento de grandes massas populacionais da África para a América, na condição de trabalhadores escravos a serviço do capital europeu. Assim, o modelo de colonização executado no Brasil, no bojo do capitalismo nascente, ocasionou problemas que até hoje não foram resolvidos, culminando com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um movimento que reivindica para si um caráter revolucionário.

Sob o ponto de vista estratégico, o MST coloca-se como um movimento revolucionário quando aponta para a construção de uma sociedade socialista. No plano tático, seus métodos são revolucionários quando se utilizam das ocupações de terras particulares, colocando em xeque o "sagrado" direito de propriedade da terra no país. Porém, quando aceita as regras impostas pelos governos Estaduais ou Nacional e admite a possibilidade de se fazer a Reforma Agrária dentro dos parâmetros do capitalismo atual, sob a vigência das leis atuais, assume um caráter conservador e reformista.

Essas divergências aparecem também nas disputas internas do MST, sobretudo quando se tomam como exemplos seus grandes líderes: José Rainha Júnior e João Pedro Stédile, o "papa" do Movimento, como dizem seus companheiros de caminhada.

Em entrevista à Revista **Carta Capital** de fevereiro de 1997, José Rainha Júnior, afirma que o MST é um Movimento reformista pois ele entende que "*Fazer Reforma Agrária no Brasil é reformar o capitalismo para fazê-lo avançar. Só não entende quem está querendo viver na especulação*

financeira" (Rainha, 1997:66-69).

Confirmando que seus objetivos não são revolucionários, mas reformistas, dado que deseja apenas e tão somente transformar um grupo de trabalhadores sem terras em empresários capitalistas e não fazer uma revolução social, o mesmo José Rainha comenta que:

> "... nós queremos mostrar que o Brasil tem oportunidade para todo mundo. Nós vamos ser os novos empresários, sim. Porque não? Nós queremos sair debaixo da lona, de quem passava fome, para ser produtor. Vamos industrializar, vamos comercializar e vamos ganhar dinheiro para sustentar as nossas famílias. Sair da pobreza não é ter simplesmente um pedaço de terra, sair da pobreza é resolver nossos problemas básicos, da saúde, da educação, ter dinheiro para os nossos filhos poderem passear pelo menos uma vez por mês, ter dinheiro para os nossos filhos poderem ir ao restaurante como vai a classe média, pelo menos nos finais de semana, ter dinheiro para comprar também o nosso carro, para dar um passeio de avião" (Rainha, 1997:66-69).

Como fica evidenciado, há divergências de concepção sobre as estratégias e táticas do MST no interior do próprio Movimento, pois enquanto algumas lideranças se afirmam revolucionárias, colocando como finalidade do Movimento a construção do socialismo, outras se postam como reformistas, buscando apenas salvar o capital e transformar a vida de alguns milhares de trabalhadores sem terra, levando-os a garantir uma ascensão social dentro dos parâmetros do capitalismo.

Pensado sob esse prisma, o problema agrário brasileiro na atualidade, tanto no que diz respeito ao seu conteúdo como na forma de pensá-lo, tem que ser discutido a partir do paradigma da distribuição da terra entre seus habitantes, dado que a atual estrutura agrária está diretamente vinculada à forma como foi colonizado o território brasileiro. Isto implica que, para uma análise mais precisa e melhor compreensão dos atuais problemas agrários, tem-se que levar em conta, entre outras coisas, que, como afirma Ariovaldo Umbelino de Oliveira, os dados censitários revelam que:

> "... ao mesmo tempo em que há um aumento dos latifúndios capitalistas, há um aumento das unidades camponesas de produção. Esse processo

> revela que, ao mesmo tempo que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação destas terras expropriadas, nem que para isto eles tenham que continuar seu devir histórico: a estrada como caminho" (Oliveira, 1994:53).

Esses problemas existentes desde o período colonial, se agravaram no período imperial visto que, com a independência e com o fim da escravidão, trataram os governantes do país de abrir a possibilidade de, através da posse, legalizar grandes extensões de terras. Essa situação perdurou em outros momentos da nossa história, culminando com a Lei de Terras de 1850, quando o acesso à terra só passou a ser possível através da compra/venda com pagamento em dinheiro, o que limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra dos escravos que foram sendo libertos (Oliveira, 1994:55).

O fato é que nem os negros que foram paulatinamente conquistando a liberdade através das várias leis abolicionistas, nem aqueles que posteriormente foram definitivamente libertos pela Lei Áurea, obtiveram condições de sobrevivência por intermédio da posse da terra. O acesso à propriedade da terra tornou-se cada vez mais limitado a um pequeno grupo de pessoas, sendo que a grande maioria foi automaticamente excluída dela e das estruturas de poder que este tipo de posse proporcionava. Sobretudo após a decretação da lei de terras (que exigia o pagamento pela aquisição da mesma) excluía-se a possibilidade de grande parcela da sociedade (negros, indígenas e brancos pobres) vir a ter acesso a alguma propriedade, pois essa somente seria possível mediante o sistema de compras.

O fato do negro ser escravo, do imigrante ser assalariado e dos brancos pobres nascidos no Brasil não terem propriedades, acompanhado da ausência de uma Reforma Agrária, excluiria para a grande massa populacional brasileira, a possibilidade de acesso à terra não apenas naquele momento, mas para as futuras gerações descendentes desses segmentos

São esses segmentos sociais historicamente excluídos que fazem explicitar os conflitos sociais presentes na sociedade brasileira, sobretudo quando se procura buscar formas de desconcentrar as terras que estão nas mãos das grandes empresas nacionais e internacionais, bem como de alguns capitalistas que as guardam como reserva de valor.

Como mencionado anteriormente, a concentração da terra, no Brasil, se deu nos quadros do processo de colonização portuguesa que tinha aqui interesses em preservar o território como reserva de valor, como afirma Gorender ao dizer que "*a terra que, por si mesma, como terra nua, não tem valor, mas apenas preço, passou a funcionar no Brasil como 'reserva de valor"* (Gorender 1994:40), pois o fato desta terra ser potencialmente produtora de minérios e possibilitar o desenvolvimento da agricultura, a transformaria num grande potencial de riquezas.

Como houve grande concentração de terras, tem-se que discutir hoje o seu reverso, ou seja a sua redistribuição. Nesse aspecto, a discussão em torno da Reforma agrária passa necessariamente pela forma como a terra deveria ser redistribuída e qual a finalidade que ela deveria ter.

Para Gorender (1994:41), a terra deveria ter uma forma de exploração familiar que garantisse o sustento de toda a população, já que no seu entendimento a pequena produção é que garante a maior parte do abastecimento alimentar das populações urbanas.

No entendimento desse autor, a luta por Reforma Agrária não é nova, mas ganhou impulso na década de 80 e se deu tanto através das ocupações, organizadas ou não pelo MST, como no campo institucional, embora nesta última esfera há quem entenda, como José Graziano da Silva (1994:199), que não há solução possível para o problema agrário dentro dos limites da atual Constituição, dada a dimensão do problema. Afirmações como estas têm servido de justificativas para as formas de luta do MST.

Esses mecanismos de luta são estimulados pelos governos estaduais ou nacional, ao fecharem os olhos para os problemas sociais e, principalmente, pelos órgãos do judiciário que, segundo o MST e os agentes pastorais que o apoiam, não se sensibilizam com a questão da miserabilidade existente no país. Essa questão, no entanto, deve ser colocada sob o prisma da luta de classes, pois trata-se da correlação de poder e de forças, aliadas aos fundamentos jurídico-legais e não de sensibilidade dos poderes, como querem fazer crer ao senso comum.

Para o sistema judiciário brasileiro, bem como para os executivos regionais e federal, o que importa é a defesa da propriedade, que se dá através de mandados de emissão e reintegração de posse após cada ocupação feita pelos trabalhadores, que querem apenas o direito de poder trabalhar para tirar da

terra o seu sustento.

Este processo tem desencadeado uma série de lutas, que torna-se cada vez mais difícil dada a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas, quando milhões de trabalhadores rurais ficam alijados ou possuem uma quantidade de terras que não é suficiente para alimentar uma família, como se pode constatar com base nas seguintes informações de José Gomes da Silva:

> "... as tabulações do INCRA indicam que, dentro dos 4,79 milhões de imóveis rurais que apropriaram em 1988 a fantástica área de terras de 615 milhões de ha, ou 6,15 milhões de Km2
>
> ?? 10% dos maiores imóveis rurais ocupam 79% das terras, enquanto, os 90% restantes estão espremidos em apenas 21% do total; destes 1% dos maiores, ocupam quase metade da superfície total (46,9%);
>
> ?? 64% dos imóveis rurais são minifúndios, isto é, possuem área insuficiente para sustentar uma família;
>
> ?? apenas 30% da área dos imóveis rurais são explorados;
>
> ?? a área aproveitável total é de 438 milhões de ha ou 4,38 milhões de Km2 (14 vezes a superfície total da Itália);
>
> ?? desse total, 186 milhões de ha (42,6%) não são explorados (2,6 vezes a superfície da Itália);
>
> ?? o índice de Gini[18] nos estabelecimentos agropecuários (IBGE) tem aumentado de 0,826 em 1940 para 0,858 em 1995, e nos imóveis rurais a variação foi de 0,835 em 1972 para 0,849 em 1988;
>
> ?? forte presença de grupos econômicos dos setores bancário, industrial e agropecuário, acumulando reservas de terra (85%) consideradas legalmente como latifúndio" (Silva, 1994:180-1).

Para esse autor, no tocante à pobreza na agricultura - caracterizada por excesso de trabalho e insuficiência de renda - os dados não são menos aterradores pois:

> ?? "52,7% da População economicamente ativa da agricultura brasileira tinham em 1980 renda inferior a um salário mínimo da época, ou US$ 81 (...), chegando

[18] Coeficiente construído por Corrado Gini, que varia de 0,0 a 1,0 e que permite mensurar o grau de concentração de renda ou terra em uma dada sociedade. Quanto mais próximo de 1,0 maior a concentração de renda.

a um máximo de 72,5% no estado do Rio Grande do Norte:

?? 12% do total da produção agropecuária brasileira, em 1980, eram destinados ao autoconsumo, chegando a 35% no Estado do Piauí;

?? 54% dos pobres que trabalhavam 40 horas ou mais na agricultura são empregados, sendo que no Estado de São Paulo, o mais rico e desenvolvido do país, quase 88% dos pobres que trabalham no setor são empregados, o que indica o salário como "raiz" do problema da pobreza nessas áreas" (Silva 1994:180-1).

Para José Eli da Veiga (1994:300), a Reforma Agrária é necessária e ocorrerá inexoravelmente em algum momento da história. Para este autor, a discussão deve se dar, portanto, em torno do padrão de reforma que se vai fazer. Nesse sentido, afirma que:

> "... caso o Brasil não seja assim tão original e tenha que seguir o exemplo dos países que já conseguiram se desenvolver, vai ter de arranjar uma maneira de desafogar os minifundistas, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem agricultores familiares viáveis; uma maneira de transformar arrendatários em proprietários; uma maneira de oferecer terra aos filhos dos pequenos proprietários; enfim, uma política cuja diretriz central seja o fomento e o apoio a nossa agricultura familiar. Em poucas palavras, vai precisar de reforma agrária" (Veiga, 1994:300).

Além da grande concentração de terras, o Brasil convive com outro grave problema a ser resolvido, pois ao lado do latifúndio que precisa ser divido, há um grande setor minifundista, em que a propriedade da terra não é suficiente para resolver sequer o problema da alimentação familiar, necessitando, ter suas terras ampliadas para tornar esse setor economicamente viável.

O não desafogamento desse setor minifundista, através da ampliação da propriedade e a necessidade de integrar à terra os trabalhadores que dela foram arrancados a partir dos anos 50, contribuíram para nortear a luta do MST, em defesa de seu projeto de reforma agrária, visando, sobretudo, manter o homem do campo em suas regiões de origem, evitando seu deslocamento para áreas de colonização em regiões longínquas das suas e que acabam gerando um desenraizamento do lavrador. Segundo José Eli da Veiga:

> "... os lavradores que promoveram acampamentos e ocupações raramente conseguiram conquistar a simpatia e apoio da população das regiões onde têm ocorrido tais lutas. Foram muitas vezes tratados como 'forasteiros'. Exatamente aquilo que Barrington Moore considera 'uma das formas de miséria humana menos politicamente eficazes; bem como possivelmente uma das mais dolorosas'" (Veiga, 1994:304).

Outro fator facilitador da concentração fundiária foi o uso do subsídio, que no Brasil tornou-se uma constante em todos os setores, mas segundo Ademar Ribeiro Romeiro, no campo:

> "o crédito fácil deu origem a toda sorte de desvios, entre os quais seu uso para a compra de terras, exacerbando a especulação fundiária. A pequena produção se viu acuada, em dificuldades crescentes, o que levou muitos pequenos proprietários a se desfazerem de suas propriedades" (Romeiro, 1994:129).

A grande concentração de terras tem intensificado cada vez mais o processo de luta e resistência do homem do campo em defesa do direito de permanecer na terra, embora essa luta nem sempre seja bem sucedida, pois os trabalhadores têm momentos de afluxos e refluxos no processo de desenvolvimento de suas lutas, como se pode ver nas palavras de José Graziano da Silva:

> "... as lutas no país pela terra são basicamente lutas específicas pela 'sua' terra, não são em geral lutas políticas. Não acho que haja nada de revolucionário na luta pela terra no Brasil. Os trabalhadores rurais por força disso e pela incapacidade que tem mostrado de estabelecer alianças com o operário urbano, que é a única possibilidade de aliança nesse momento, se viram isolados na luta pela reforma agrária no ano de 85. A luta de 64 foi perdida por uma aliança equivocada que se tentou estabelecer com a burguesia, a luta de 85 foi perdida pela falta de alianças que os trabalhadores rurais puderam estabelecer" (Silva, 1994:142).

Essas lutas decorrem, basicamente, do êxodo rural provocado pelo desenvolvimento do capitalismo no campo. Com a introdução da agroindústria e dos insumos agrícolas, a partir da segunda metade do século XX, grande parte dos trabalhadores rurais brasileiros, sobretudo aqueles do sul do país, se viram obrigados a procurar novas fronteiras agrícolas, quer no interior do Brasil quer nos países vizinhos.

Grandes levas de trabalhadores rurais sem terra deslocaram-se para a região norte do país, principalmente para os Estados do Pará e Rondônia ou mesmo para o Centro-Oeste, em regiões de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, através dos projetos de colonização e expansão das novas fronteiras agrícolas "ensaiados" pela ditadura militar.

Outros trabalhadores rurais, que não viam perspectivas nesses projetos de colonização, acabavam buscando nos países vizinhos, sobretudo no Paraguai, a saída para permanecerem na terra. Aqueles que não quiseram seguir esse rumo, acabaram migrando para a cidade, tornando-se assalariados do campo, contribuindo para inchar os grandes centros urbanos. O problema colocado para a sociedade brasileira e, sobretudo para o MST, é que esse êxodo ainda não acabou, daí a afirmação de Graziano de que:

> "... estancar essa sangria, estancar esse êxodo rural-urbano é o desafio maior desse momento; me parece também que a luta pela terra não é o único caminho, nem o caminho mais viável para fazer isso nos anos 80. Temos que buscar outros caminhos, é pouco esse desafio de como evitar a lumpenização do campesinato nos anos 80 que se coloca como fundamental" (Silva, 1994:143).

A necessidade de desconcentrar a terra e fazer uma reforma agrária, está vinculada, também, à necessidade de ampliar o número de proprietários, desenvolvendo o capitalismo, ou à necessidade de distribuir de forma coletiva as riquezas proporcionadas pela posse da terra, o que seria possível sem desapropriar grande número de proprietários, pois segundo José Gomes da Silva (1994:186):

> "... é preciso destacar ainda que as desapropriações necessárias atingiriam apenas 121.000 proprietários de imóveis rurais do país, ou seja, menos de

> 3% do total. Essa cifra é extremamente importante quando se considera a Reforma Agrária a partir de uma solução política envolvendo forças dos partidos de esquerda" (Silva, 1994:186).

Essa redistribuição de terras resolveria também o grave problema de exclusão social, que priva do direito de cidadania milhões de trabalhadores em todo o país. A exclusão dos trabalhadores rurais da propriedade da terra tem levado o agricultor a submeter-se constantemente à estrutura produzida pelo sistema colonial, levando Claus Germer (1994:277), a afirmar que

> "... entre estes agricultores é difícil, se não impossível, alimentar ilusões de que, mantida a atual estrutura agrária, eles possam libertar-se da escravidão e da miséria em que hoje vivem. A proletarização plena, mais cedo ou mais tarde, seja no próprio campo ou nas cidades, é claramente o destino que terão" (Germer, 1994:277).

Ou ainda que:

> "... embora o proletariado rural constitua o segmento que tem, concretamente, as contradições mais agudas com a estrutura capitalista estabelecida, é o semiproletariado que assume, através do MST, a posição de luta mais contundente contra o sistema, através da sua bandeira principal, que é a reforma agrária sob o controle dos trabalhadores" (Germer, 1994:281).

A exclusão de trabalhadores rurais do processo produtivo no campo, analisado sob certas tendências e padrões, tem levado alguns analistas a presumirem a inevitabilidade desse acontecimento, pois, num processo de globalização ou universalidade das transformações sociais, essas relações têm levado à situação de darwinismo econômico a que a sociedade moderna está submetida.

Para Maria Emília Pacheco (1994:210), "*em nome desse darwinismo econômico constrói-se a identidade de 'produtores rurais' e anula-se a identidade de segmentos da pequena produção familiar na categoria genérica dos 'pobres do campo*", o que dificulta a unidade desses

‘pobres do campo’ enquanto categoria de pequenos produtores rurais.

Nesse sentido, os movimentos sociais têm se colocado numa luta de “Davi e Golias” contra as estruturas que impedem sua sobrevivência enquanto lavradores. Decorre daí a constatação de Pacheco de que:

> “... as propostas inscritas nas lutas dos movimentos não podem ser reduzidas ao significado de luta por sobrevivência. Os movimentos estão colocando, mesmo de forma fragmentada, questões que dizem respeito à revisão das relações Estado e sociedade, outras formas de produzir e outras bases tecnológicas. Os móveis de luta presentes nas mobilizações e ações políticas de vários segmentos de camponeses revelam uma insurgência contra esta categorização genérica de ‘pobres do campo’, ‘barrados no baile’, etc., que lhes é imputada e que também se traduz na visão da reforma agrária como ‘política social’, inclusive no partido dos trabalhadores” (Pacheco, 1994:218).

Para Romeiro, no entanto,

> “... a história mostrou que a estrutura agrária concentrada não foi obstáculo para a continuidade do processo de crescimento econômico. Foi, sim, obstáculo ao processo de desenvolvimento sócio-econômico que eleva a qualidade de vida da população em geral. A produção de matérias-primas agrícolas para a indústria cresceu a contento, bem como a produção de alimentos, esta última graças principalmente à expansão da fronteira agrícola” (Romeiro, 1994:123).

Dentre as principais formas de exclusão estão aquelas praticadas pelos governos militares nos seus projetos de colonização, quando diziam almejar o desenvolvimento da agricultura, sobretudo a agricultura voltada para a exportação. Nesse sentido, Ricardo Abramovay afirma que:

> “... Se é verdade que a modernização foi baseada na agricultura familiar, não se trata, porém, de pequena produção. Mais que isso, existe um verdadeiro abismo social entre esta agricultura familiar moderna e aquilo

> que, entre nós, habitualmente, se entende por pequena produção" (Abramovay, 1994:104).

Esse processo de concentração[19] e exclusão[20] desemboca num outro processo que leva parte dos trabalhadores rurais a submeter-se a uma situação que há muito supunha-se exterminada, mas que volta a ganhar força sobretudo nas carvoarias: o trabalho escravo.

1.8. O Trabalho escravo e a exploração do trabalho infantil no Brasil de hoje

> "A luta é muito difícil. As resistências às mudanças no meio rural, em vez de diminuir, infelizmente, aumentaram. Isso, no entanto não deve ser motivo para desanimar, uma vez que a Reforma Agrária é necessária, pois se trata de uma questão de justiça e de uma verdadeira construção de democracia, que não se pode restringir a nível político, mas deve ser, ao mesmo tempo, a nível econômico, social e cultural".

[19] Concentração de Terras, poder e riquezas nas mãos de uma pequena parcela da população, tanto urbana quanto rural.

[20] Exclusão de parcela da sociedade de todos os direitos de Cidadania como Moradia, Saúde, Educação Trabalho, Lazer etc... advindos do direito de propriedade que se nega à maior parte da população brasileira.

D. Afonso Gregori - Agenda MST 1988

A erradicação de todas as formas de opressão e a construção de uma sociedade socialista, sem exploradores e sem explorados, é um dos objetivos que aparecem em todos os documentos do MST. Nesse sentido, o Movimento considera de fundamental importância a eliminação das formas de trabalho escravo ainda existentes no Brasil.

Durante o período colonial, estabeleceu-se no Brasil o que Gorender (1994:30) chama de *"produção capitalista de relações não-capitalistas de produção*", pois, embora a mão de obra utilizada fosse escrava, portanto não capitalista, "*a renda da terra, que vai sair dali, ainda não é uma renda de tipo capitalista, embora possa conter algum elemento diferencial que a aproxime da renda capitalista*" (Gorender 1994:33), principalmente pelo fato de que toda a produção brasileira dirigia-se ao mercado capitalista europeu.

Para Ademar Ribeiro Romeiro

> "... as características de mais de quatro séculos de desenvolvimento agropecuário no Brasil podem ser assim resumidas: de um lado, grande sucesso comercial das culturas de exportação predatória da natureza, escravização da mão-de-obra, seguida de precárias condições de acesso à terra e de emprego, escassez relativa de alimentos e excedente estrutural de mão-de-obra, num país com a maior área agrícola potencial do planeta" (Romeiro, 1994:118).

Essa forma de exploração da mão de obra e da terra determinaram a forma de organização social a que está submetido o povo hoje. Mais do que isso, ela fez desencadear, já durante o período colonial, um processo de luta que era indicativa da busca da liberdade completa do trabalhador em geral e da mão de obra escrava em particular.

Para o MST, não tem sentido lutar por uma sociedade socialista se nela restar algum resquício de escravidão. Nesta perspectiva só é possível defender a construção de um novo modelo de sociedade se se entender que *"a libertação do homem é um fato histórico, não um ato de pensamento"*

(Marx, 1984:25). Esse desejo do trabalhador de libertar-se de todos os seus grilhões remete para a busca do entendimento das relações produzidas pelo homem concreto, aquele homem que está inserido num determinado modo de produção, construindo relações com outros homens que trabalham e vivem em sociedade.

A conquista da liberdade, a partir desse prisma, torna-se algo vital para o homem, apesar de todas as dificuldades encontradas no processo de conquista de uma sociedade sem exploradores e sem explorados, como deseja o MST.

Na sociedade capitalista, o princípio da propriedade é privilegiado em relação à liberdade humana, ficando esta liberdade submetida aos desígnios do poder do capital. Nesse aspecto, dada a necessidade de sobrevivência, o homem aceita submeter-se a qualquer regime de força. O General Golbery do Couto e Silva (1981:9), expressando o pensamento da burguesia, afirmava que: "*... a insegurança do homem (...) tende a solucionar-se de novo, unilateral e paradoxalmente, pelo sacrifício completo da liberdade em nome da segurança individual ou coletiva*."

Como forma de submeter parte da sociedade à exploração capitalista, a burguesia apela para o terrorismo. Silva (1981:9), como ideólogo dos militares, não admite a possibilidade de uma sociedade em que não haja a exploração de uma classe pela outra e, na defesa dos interesses de classe da burguesia, não hesita em afirmar que o homem pode suprimir sua liberdade em benefício de um bem que ele julgue maior. Afirma ainda que a humanidade *"se ergue e se lamenta e se debate, disposta até a escravizar-se a quaisquer senhores e quaisquer tiranias, desde que lhe ofereçam, num prato de lentilhas, um pouco de segurança e de paz*" (Silva 1981:9).

Segundo essa concepção, o regime de escravidão deixa de ser de uma nação sobre a outra, como ocorria no chamado período imperialista, e que possibilitava ojerizas da burguesia com relação às correntes de esquerda, levando pessoas como general Golbery, a temer a ação dos chamados de "teleguiados de Moscou"[21] sobre sua pátria, passando a se dar dentro das mesmas nações, agora com a opressão de uma classe sobre a outra, da burguesia sobre o proletariado ou sobre parcelas da população que não tem como se defender dessa forma de opressão.

---

[21] Expressão usada para designar as pessoas que faziam oposição ao Regime Militar.

O emprego da mão de obra escrava no Brasil vem sendo denunciado, ano a ano pela Comissão Pastoral da Terra e pelos Centros de Defesa dos Direitos Humanos, mas, mesmo assim, amplia-se de ano para ano, com apoio do próprio executivo federal que cria dificuldades para combatê-lo, como afirma Maria Emília Lisboa Pacheco:

> "... a constituição estabelece ainda que a função social da terra é cumprida quando a propriedade atende entre outros requisitos de 'observância das disposições que regulam as relações de trabalho' (art.186), que 'implica tanto o respeito às leis trabalhistas e aos contratos coletivos de trabalho, como as disposições que disciplinam os contratos de arrendamento e parcerias rurais' (art. 8º, parag. 4, lei 8.629/93). A proposta de inclusão de uma cláusula de confisco do imóvel no caso de constatação inequívoca do emprego do trabalho escravo, visando à criminalização desta prática, foi, no entanto, vetada ao ser sancionada pelo atual presidente da República, Itamar Franco" (Pacheco, 1994:204).

As denúncias de trabalho escravo nos últimos anos têm sido uma constante, como se pode observar nos relatórios anuais da Comissão Pastoral da Terra. A cada dia aumentam essas denúncias, considerando-se principalmente os casos em que as pessoas ficam presas em fazendas, vigiadas por jagunços, e proibidas de sair da área (CPT:1995).

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, em seu relatório sobre os conflitos no campo brasileiro em 1995, a descoberta da utilização de trabalho escravo no campo brasileiro tem aumentado em grandes proporções nos últimos anos, em alguns lugares até com a conivência do Estado que, ao negar a existência desse tipo de trabalho, contribui para a manutenção da escravidão, principalmente ao não cumprir com sua função fiscalizadora.

A constatação de que, em 1995, um total de 26.047 pessoas, entre elas crianças, trabalhavam em regime de escravidão, demonstra que ainda existe uma parcela da oligarquia agrária que domina política e economicamente este país, através do poder exercido por meio da força e a despeito de um estado de direito.

Mesmo que grande parcela dos "empresários" que utilizam mão de obra escrava estejam ausentes dos cargos de comando da nação, são eles aliados da burguesia dirigente do Estado brasileiro, que ao longo dos tempos vem demonstrando que o que vale é o poder de dominar, não importando a forma de dominação.

A forma de escravidão mais utilizada atualmente, é aquela imposta através do chamado sistema de barracão[22] que, além da escravização do homem no processo de trabalho, acaba levando também à exploração sexual, pois as crianças, filhas dos trabalhadores, ao serem obrigadas a trabalhar para os fazendeiros, quase sempre tem que submeter-se à prostituição, caso queiram que seus pais continuem comprando nos barracões (CPT, 1995:16) e garantindo o sustento de suas famílias.

Essa escravidão imposta aos trabalhadores adultos nas regiões em que não há fiscalização por parte do Estado, estende-se também aos trabalhadores infantis, que trabalham exclusivamente em troca da alimentação, sobretudo nas carvoarias, onde as crianças não têm acesso a escola, lazer ou qualquer outro benefício a não ser produzir para aumentar os lucros dos fazendeiros.

As dificuldades na luta contra o trabalho escravo são grandes, indo desde as resistências em se caracterizar esse tipo de trabalho, dadas as relações de trabalho existentes no campo brasileiro, até a aceitação das provas por parte das autoridades e do judiciário do país, quase sempre atrelados aos proprietários de terras do país. Essas dificuldades tornam-se ainda maiores, quando aqueles que usam desse tipo de mão de obra recebem apoio institucional, quer pela ação em favor de seus interesses, quer pela omissão de ações em favor dos trabalhadores, através do estímulo (velado ou não) ao proprietário e à não utilização da terra como um meio de produção que tem uma função social.

Outro fator relevante na luta contra o trabalho escravo existente hoje no Brasil é que esse assenta-se em grande medida na utilização da mão de obra infantil. Os números obtidos por aqueles que tratam da questão do trabalho infantil, no entanto, não são muito precisos, havendo grandes desencontros entre eles. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), existem hoje cerca de 7,5 milhões de crianças entre dez e dezessete anos trabalhando. Dessas, 59,3% trabalham mais de

---

[22] Sistema através do qual o trabalhador fica obrigado a consumir somente no "barracão" do fazendeiro, sendo que este determina os valores da mercadoria (quase sempre extorsivos) e impede ao trabalhador

40 horas semanais e 57,8% não recebem salário, tendo a sua remuneração embutida na renda dos pais (CPT, 1995:18).

Além desses dados serem imprecisos, há ainda o agravante de não serem computadas as crianças menores de 10 anos e que constituem importante força de trabalho, sobretudo nas carvoarias e nas plantações de sisal. Essas crianças trabalham normalmente acima de 12 horas diárias, em alguns casos como escravas vigiadas por capangas (CPT, 1995:19).

O trabalho infantil aparece agora em outro contexto e em bases diferentes mas, como no século passado, continua sem uma regulamentação que possibilite à criança o acesso ao estudo e, ao mesmo tempo, a um trabalho em condições dignas de sobrevivência.

As análises de Marx (1975:553-554) de que a sociedade não pode permitir nem aos pais, nem aos patrões, o emprego de crianças e adolescentes para o trabalho, a menos que se combine o trabalho produtivo com a educação, continua valendo para a sociedade brasileira atual, pois o respeito às mínimas condições e direitos de cidadania continuam sendo negados à medida que a criança fica impossibilitada de freqüentar a escola e, através dela, se preparar para o desenvolvimento de suas capacidades físicas e intelectuais, como acontecia na época de Marx.

Se Marx, (1975:568) em meados do século passado, denunciava que boa parte das crianças trabalhavam a semana toda na fábrica, ou a domicílio, estando portanto impedida de freqüentar a escola, uma vez que as 'escolas noturnas', onde deveriam ir aqueles que trabalhavam durante o dia, quase não tinha alunos e os poucos que havia não tiravam nenhum proveito delas, hoje as crianças que trabalham nas carvoarias fazem as mesmas reclamações, pois o acesso à escola para elas, ainda não é possível, apesar de já termos passado um século da morte de Marx e apesar do processo de democratização do ensino pelo qual os países passaram.

A exploração da mão-de-obra infantil leva grande parte desse segmento ao abandono da escola, pois aqueles que se dedicam desde cedo ao trabalho produtivo, quase sempre não encontram disposição para o estudo. Assim, a criança fica privada do acesso ao conhecimento da realidade de que faz parte. Por isso é importante insistir na necessidade do acesso da criança à escola, como forma de criar

---

qualquer possibilidade de saneamento de suas dívidas.

condições para o seu desenvolvimento intelectual e sua preparação para o conhecimento dos instrumentos utilizados pela burguesia para a exploração da mão de obra da classe trabalhadora.

O trabalho da criança por si mesmo não pode ser considerado um mal. O fato de ele não ser regulamentado é que possibilita, tanto aos pais como aos empregadores, utilizarem-se dessa forma de mão-de-obra barata, contribuindo para aumentar a exploração sobre a classe trabalhadora em geral e sobre esse segmento, em particular.

O trabalho infantil não pode, portanto, continuar sendo um empecilho para as crianças estudarem. A forma como essa força de trabalho é utilizada hoje, principalmente nas carvoarias, a tem transformado em fonte de "escravidão" a serviço de uma classe de exploradores, preocupados apenas com seus lucros e sem nenhum compromisso com a democracia no país, embora muitas vezes se arroguem democratas.

CAPÍTULO 2

Estrutura organizativa da educação no MST[23]

> "Tem quem prefere que a gente pare de se mover, pare de sonhar, pare de pensar. Mas se cada pessoa deste país pudesse olhar para estas imagens da realidade, só isto deveria bastar para que todos se movessem...".
>
> José Saramago

Neste capítulo se discutirá a estrutura organizativa e formativa da educação, proposta e praticada pelo MST nas escolas de acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária, bem como o projeto de educação e formação trabalhado tanto na Escola Nacional de Formação quanto nas escolas em que seus membros podem influenciar, visando a democratização do saber entre os trabalhadores rurais.

Essa problemática ganha importância à medida que o MST coloca como fundamental o rompimento de três grandes "cercas", caracterizadas por Stédile[24] como *"cerca do latifúndio, cerca do capital e cerca da ignorância"* e que submetem os trabalhadores rurais sem terra à condições de vida degradantes na sociedade brasileira.

---

[23] Para a elaboração deste capítulo, foi fundamental a utilização do livro de Roseli Salete Caldart, **Educação em Movimento**, pois é nele que se encontram sistematizadas a prática e os princípios educativos do MST, bem como a descrição do funcionamento da Escola Nacional de Formação.

[24] Palestra proferida por João Pedro Stédile Coordenador Nacional do MST, em 17 de outubro de 1997, no auditório da ADUNICAMP

2.1. A importância da educação no MST

> "Feita a revolução nas escolas, o povo a fará nas ruas, embora essa vinculação não seja necessária. Na China, em Cuba, na Rússia, sem passar pela escola, o povo fez a revolução nas ruas. Mas em um país como o Brasil, é necessário criar um mínimo de espírito crítico generalizado, cidadania universal e desejo coletivo de mudança radical para se ter a utopia de construir uma sociedade nova que poderá terminar no socialismo reformista ou no socialismo revolucionário. Eu Prefiro a Última alternativa..."
>
> (Florestan Fernandes)

Falar de Educação no Interior do MST é um grande desafio, pois esse movimento, apesar de sua organização e disciplina, devido à dispersão nesse imenso continente que é o Brasil, não dispõe de dados precisos sobre o número de escolas ou alunos que estudam nos acampamentos ou assentamentos de Reforma Agrária, nem das crianças, jovens e adolescentes que, morando em assentamentos ou acampamentos, estudam na zona urbana.

Ao longo dos tempos, o MST vem construindo uma proposta pedagógica através da qual educar não se reduz meramente a transmitir conhecimentos acumulados (FUNDEP 1995:14), pois busca integrar o homem a seu meio. Esta proposta de educação está sendo concebida como projeto a ser aplicado nas suas áreas de influência, visando contribuir para a redução da retenção e evasão escolar, buscando ao mesmo tempo poder ir além da escola tradicional, no sentido de construir um projeto educativo dos oprimidos (FUNDEP, 1995:15).

A grande questão aqui é saber qual seria esse projeto educativo dos oprimidos e quem deveria hegemonizá-lo, pois tanto os trabalhadores rurais que compõem o MST, quanto os trabalhadores urbanos organizados nos sindicatos que reivindicam o *status* de sindicato combativo, pretendem ser vanguardas do processo "revolucionário".

Para Roseli Caldart, principal educadora do Movimento, "*o MST, enquanto movimento de luta social e enquanto organização política dos trabalhadores e das trabalhadoras sem terra,* [é] *o grande Educador/Formador de quem nele participa ou com ele se envolve*" (Caldart, 1997:16), devendo portanto, ser o polo propulsor do despertar da luta em busca de uma nova sociedade.

O MST não define sua proposta pedagógica nos marcos de nenhum modelo pedagógico tradicional. Ao contrário, procura conjugar várias posturas, unindo a atuação de existencialistas cristãos como Paulo Freire, construtivistas como Piaget e marxistas como Makarenko, passando ainda por propostas nacionalistas, como as de Jose Marti.

É nesse eclético projeto pedagógico, iniciado no seio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que se pratica o processo educacional do MST e que será estudado, buscando entender as diferenças teórico-metodológicas que estão na origem dessas concepções pedagógicas, visto que o MST adota a mesma concepção de Salm, ao conceber a educação como uma "*arma na luta contra a opressão, como instrumento moral e intelectual da jovem geração da classe oprimida como base de organização do movimento socialista atual para o futuro socialista"* (Salm, 1980:34).

A educação é vista, nessa perspectiva, como possuidora de uma vocação redentora da miséria a que a maior parte da sociedade brasileira está submetida pelos "desmandos" da classe dirigente do país, formada por uma burguesia capitalista aliada a um segmento agrário retrógrado e mal intencionado, que procura manter o povo na ignorância como forma de facilitar a dominação dos trabalhadores por essa classe de parasitas.

Pensando nessa perspectiva e buscando contribuir com o processo de formação política da classe trabalhadora, os trabalhadores rurais sem terra iniciaram sua preocupação com a problemática educacional mesmo antes do surgimento da sigla em 1985. Já em 1979, no acampamento das fazendas Macali e Brilhante, no Município de Ronda Alta/RS (Haddad, 1994:15), os trabalhadores acampados sentiram a necessidade de dar alguma forma de educação para as crianças que estavam ali, iniciando seu trabalho na área educacional.

O poeta Hamilton Pereira (Pedro Tierra), num de seus discursos, quando do assassinato de trabalhadores rurais sem terra no município de Eldorado dos Carajás/PA, afirmava que:

> "Para o MST, investir em educação é tão importante quanto o gesto de ocupar a terra, um gesto, aliás, que se encontra no cerne da pedagogia do movimento. Aqui, educar é o aprendizado coletivo das possibilidades da vida. As dores e as vitórias são face e contraface do mesmo processo." (Caldart 1997:23)

Essa busca de contribuir com a educação numa perspectiva que julga mais adequada à classe trabalhadora e, principalmente, aos trabalhadores rurais, tem possibilitado ao MST desenvolver algumas experiências que o movimento considera inovadoras, sobretudo no que diz respeito à prática de gestão democrática da escola que se vem tentando construir.

Esse trabalho educativo tem sido desenvolvido com êxito, visto que o setor de educação do Movimento consegue atingir grande número de analfabetos, que jamais teriam oportunidade de acesso à escola no meio rural se não fosse sua participação nas fileiras do MST.

A partir do momento em que começam a participar de reuniões e das lutas dos movimentos populares, muitos trabalhadores passam a sentir a necessidade de estudar graças às demandas colocadas pelo próprio movimento, uma vez que antes, como empregados, muitos trabalhadores rurais alegavam que apenas sentiam a necessidade de obedecer às ordens dos patrões (Freire, 1984:20).

Outros, mesmo sentindo a necessidade de estudar, por habitarem no meio rural, muitas vezes também ficavam impossibilitados de freqüentar as aulas, devido às longas distâncias da escola em relação ao local de moradia, problema que só se resolveu após o início de sua participação no MST, com a construção de escolas nos acampamentos ou assentamentos próximas de suas casas.

Segundo Sérgio Haddad e Maria Clara Di Pierro, em um estudo sobre a educação de trabalhadores rurais sem terra, o elemento inovador que emerge das práticas do MST dirigidas à escolarização refere-se ao sentido de apropriação da escola pública por um movimento social organizado, com o objetivo de promover uma educação escolar profundamente ligada ao seu projeto social (Haddad, 1994:9).

Roseli Caldart, por sua vez, confirmando aquilo que já havia sido identificado por

Haddad e Di Pierro, afirma que *"... a Reforma Agrária é a junção destas duas conquistas: ter acesso à terra, e ter acesso à escola, ao conhecimento, à educação*" (Caldart, 1997:25), como forma de garantir ao trabalhador rural as condições de vida que o Movimento julga adequadas.

O MST acredita ainda, na necessidade da educação como possibilidade de transformar a sociedade através de uma revolução cultural, que se daria também através de suas escolas de formação. Nesse aspecto, o MST adota as posições assumidas por Marx, principalmente quando este trata da problemática do ensino tecnológico, ao proclamar que *"(...) não há dúvida de que a conquista inevitável do poder político pela classe trabalhadora trará a adoção do ensino tecnológico, teórico e prático nas escolas dos trabalhaodres"* (Marx, 1975:559).

Caldart, em sua defesa de uma educação de classe voltada para os interesses dos trabalhadores rurais sem terra, chega a dizer que *"... se nós não tivermos acesso ao conhecimento, se nós não democratizarmos a educação, nós não conseguiremos construir uma sociedade mais justa e igualitária"* (Caldart, 1997:26).

Considerando o analfabetismo como o mais sério entrave a ser enfrentada no sentido de transformar a realidade agrária do povo brasileiro, o MST coloca como tarefa fundamental para si, eliminar o analfabetismo nos assentamentos e preparar os jovens para assumirem a condição de futuros técnicos, futuros doutores e transformar o meio rural numa sociedade progressista, igualitária, onde haja justiça social e educação para todos (Caldart, 1997:26).

Um sério problema enfrentado pelo trabalhador rural em geral, e pelo MST em particular, é a falta de propostas dos órgãos oficiais para a educação no setor rural, em praticamente todo o território nacional. No Rio Grande do Sul, por exemplo, um dos Estados onde o Movimento está melhor organizado, principalmente no setor educacional, a coordenação do setor de educação do MST em 1992 afirmava que:

> "o governo estadual gaúcho não tem um projeto de educação para o meio rural. Sua única proposta seria o fechamento das pequenas escolas multisseriadas, assegurando-se o transporte das crianças em ônibus e sua reunião nos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), escolas rurais de tempo integral" (Haddad, 1994:12)

Os problemas da educação no Brasil não se restringem ao meio rural, nem os problemas da educação rural se restringem à falta de escolas ou de propostas para esse setor. Englobam também os professores que trabalham nesse meio, pois estes são preparados para atuar no meio urbano, com material típico do setor urbano. Segundo Haddad (1994:16), há falhas de formação nesse sentido, visto que "*não há uma proposta de formação específica para o professor da zona rural*", que leve em conta as especificidades desse meio e o conhecimento que a criança traz em sua bagagem.

A problemática da educação na zona rural é tão séria que, em 1988, Marcela Gajardo (1988:9) afirmava que a zona rural apresenta o maior índice de carências, quer no aspecto quantitativo, quer no qualitativo, pois a falta de equipe adequada, a menor carga horária e a inadequação do currículo tem levado a um alto índice de evasão e repetição dos alunos nesse setor.

Em estudo da Cepal, de 1982, ficou comprovado que o analfabetismo na América Latina é um fenômeno fundamentalmente rural, já que nos anos 70, por exemplo, 31,1% dos analfabetos estavam na zona rural, enquanto que nas zonas urbanas esse número caía para 7,6% (Gajardo 1988:14).

Esse problema de analfabetismo advém do fato de a educação básica ser elaborada por pessoas que vivem no meio urbano, com experiências urbanas, para serem aplicadas ao meio rural sem a devida adequação à realidade deste último. Há ainda, o agravante de os valores citadinos serem diferentes e inadequados ao meio rural, e os governos, segundo o MST, não se preocuparem com a educação do trabalhador rural.

Além disso, não convêm para as editoras os gastos com a elaboração de material adequado a uma realidade na qual o número potencial de clientes é infinitamente menor que o do meio urbano. Portanto, enquanto a preocupação básica for com o lucro e não com o cidadão, essa parcela da sociedade permanecerá excluída do acesso ao saber.

Esses fatos tornam-se mais graves quando se observa que o homem da zona rural valoriza muito o estudo, apesar de a alfabetização, nessa área, ainda ser muito pequena. A título de exemplo, os índices de aprovação no Estado mais rico da federação eram da ordem de 63%, durante a primeira metade da década de 80, segundo o governo do Estado (FDE 1988). Hoje, no Estado de São

Paulo, esses problemas estão relativamente resolvidos, pois no ensino fundamental e médio a aprovação se tornou praticamente automática.

Sem poder contar com a ajuda oficial dos governos durante o período de acampamento, o MST tem que encontrar alternativas próprias para manter as crianças estudando, pois durante esse período, o Estado não reconhece o direito de cidadania das pessoas que ali estão, alegando que isso seria reconhecer como legítima a ocupação de terras. Caso o MST não assumisse esse papel, as crianças ficariam condenadas a perder o período escolar. Daí a grande importância do setor educacional no interior do MST, notadamente no período de acampamento.

Com a necessidade de dar continuidade aos estudos das crianças, o setor educacional do movimento começou a estruturar-se nos assentamentos do Rio Grande do Sul a partir de 1986, contando hoje com uma coordenação nacional e coordenações locais em cada Estado onde o MST está organizado.

O Movimento tem assumido a organização da luta pelo "*acesso e qualidade da educação pública e pela democratização da gestão, bem como sobre a formação dos educadores e os conteúdos da educação Rural*" (Haddad 1994:18).

Nos anos de 1989 e 1990 o setor de educação do movimento priorizou a estruturação dos regionais e a habilitação dos professores rurais leigos. Entre 91 e 92, dedicou-se à campanha de alfabetização de adultos. Em 93, a prioridade foi a formação de professores em oficinas de capacitação pedagógica. Ainda em 1991, foi implantado o curso supletivo de 1º grau (5ª. a 8ª. séries), com ênfase na formação agropecuária, cursos esses freqüentados por jovens que trabalham nas cooperativas dos assentamentos (Haddad, 1994:20).

Para o desenvolvimento desse trabalho, o MST tem investido na habilitação de professores leigos através do trabalho desenvolvido na Escola Nacional de Formação, cujas *"... primeiras turmas aconteceram na Escola "Uma Terra de Educar", do Departamento de Educação Rural FUNDEP,*[25] *em Braga, noroeste do RS* (Caldart, 1997:18). A partir de então, várias outras turmas por lá passaram, consolidando o trabalho da equipe.

---

[25] Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Celeiro. Entidade educacional criada em agosto de 1989 pelos Movimentos Populares da Região, entre os quais o Movimento Sindical, o Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Movimento

A partir de 1993, com a implantação das Oficinas de Capacitação Pedagógicas (OFOCs), tiveram grande avanço os trabalhos de formação de educadores do MST, visto que o número de formandos aumentou. Outro fator importante naquele momento, para o qual as OFOCs contribuíram, foi a definição de quem poderia ser ou não considerado como educador do MST. A partir dessa definição, segundo Roseli Caldart, podem ser considerados como trabalhadores da educação, ou educadoras, no sentido de estar relacionado à escola:

> "... as pessoas que têm como atividades principais (não necessariamente exclusivas) no MST as seguintes: trabalho de magistério, ou outro, em escolas de assentamentos; monitoria ou assessoria ao trabalho de educação de jovens e adultos (alfabetização e pós-alfabetização); monitoria ou assessoria ao trabalho de educação infantil ("creche" e "pré-escola"), mobilização e organização das comunidades de assentamentos e acampamentos para garantir a educação escolar adequada, organização e acompanhamento dos cursos supletivos de 1º e 2º graus viabilizados pelo Movimento, trabalho de formação de professoras/es e monitores/as" (Caldart, 1997:16).

Segundo Haddad (1994:21), para o MST é de fundamental importância que os filhos dos agricultores permaneçam no campo, que dêem continuidade à luta pelo acesso à terra, partilhando as tradições e o projeto social do movimento. Em outras palavras, a luta por uma reforma agrária e por uma sociedade socialista não deve parar jamais, pois somente assim se construirá o homem novo almejado pelo movimento. A educação é considerada fundamental nesse processo.

Para o MST, a conquista da Reforma Agrária faz parte de uma luta dos Sem Terra para se transformarem em cidadãos. Sendo assim, a luta do MST deve ser em primeiro lugar, por terra, para dela tirarem o sustento, mas também por trabalho para poderem vislumbrar um futuro melhor para suas famílias, se livrarem da exploração dos latifundiários e da miséria que existe no meio rural. O MST entende, no entanto, que não terá atingido plenamente seus objetivos, se tudo isso não vier acompanhado de um sistema educacional verdadeiramente comprometido com as necessidades da classe trabalhadora.

Sem Terra, para atender suas demandas de escolarização alternativa.

Nesse aspecto, o trabalho do Movimento se dá no sentido de atender às pessoas de todas as faixas etárias que estão nos acampamentos ou assentamentos e não somente às crianças, pois a estimativa é de que 90% dessa população, sobretudo na região Nordeste, onde existem os maiores acampamentos, é analfabeta. O alto índice de analfabetismo ocorre porque, como afirma Marcela Gajardo, (1988:19), "*La enseñanza basica, aunque legalmente obligatoria, es un bien desigualmente distribuido en la gran mayoría de los países latinoamericanos*"[26], entre eles o Brasil.

O MST, ao definir suas propostas de trabalho educacional, procurou aliar a educação ao trabalho e à organização que poderá possibilitar uma formação para as suas lutas. Neste sentido, Haddad e Di Pierro (1994:22), afirmam que os "*princípios norteadores do Setor de Educação do MST podem ser assim sintetizados: trabalho, organização e participação coletivos*", tornando mais firme o vínculo entre o trabalho produtivo e o estudo, que deve ser uma tônica constante na educação do MST, bem como a necessária ligação entre a teoria e a prática, sendo esta última entendida como tarefa obrigatória dos educandos.

Partindo desses princípios, o MST reivindica do Estado que a escola pública do meio rural seja pensada e organizada para o trabalho no campo, dando a mesma ênfase para o trabalho manual e o trabalho intelectual, rompendo assim com a dicotomia social do trabalho intelectual para uma classe e o trabalho braçal para outra. O MST entende, portanto, que partindo da prática produtiva para a educacional estariam fazendo uma relação dialética entre teoria e prática.

Mesmo defendendo que a escola deva ter um caráter diferente, segundo Haddad (1994:22) "*o movimento não se empenhou em criar uma 'escola modelo' e sim em disseminar uma proposta educacional que se realiza diferencialmente devido à heterogeneidade das realidades locais*", visto que o Movimento teria que alfabetizar nos vários Estados em que está presente, com uma clientela que varia bastante de uma região para outra, inclusive no que se refere ao grau de instrução.

No entanto, cumpre assinalar que a proposta pedagógica do MST não é uma proposta que surge do nada, ou que busque dar início a uma nova pedagogia. Na prática, é uma apropriação da proposta educacional de Paulo Freire, inclusive com os problemas decorrentes dessa metodologia,

---

[26] O ensino básico, ainda que legalmente obrigatório, é um bem desigualmente distribuído na grande maioria dos países latinoamericanos.

acompanhada das orientações pedagógicas de pensadores como Makarenko, Piaget, Marti e Che Guevara.

O MST procura também definir o que entende que seja necessário para ser um verdadeiro educador. Nesse sentido, incorpora em sua prática pedagógica os conceitos do revolucionário cubano, Jose Marti. Este afirma que: "*La tarea del profesor es, más que de explicación ardua y fatigosa, de disposición armónica.* [o professor] *Debe ir colocando los objetos de manera que el niño por sí próprio los encadene y los compare*"[27] (Martí, 1985:251).

Além de adotar uma postura educativa que tem por base esse ecletismo metodológico, através da inspiração de vários educadores de vertentes diversas, o MST inova também no conceito de escola pública, entendendo que essa deva ser mantida com recursos públicos (estatais) e orientada pelos interesses da comunidade[28] (Haddad, 1994:22). Para o MST, o fato de a educação ser um dever do Estado não pode significar que a direção da escola pública deva ser reservada exclusivamente ao Estado, pois essa tem que estar a serviço da comunidade e é ela quem melhor identifica suas necessidades.

Para o MST, a autonomia da escola pública não deve significar a impossibilidade da existência de um currículo mínimo a ser seguido por todas as unidades escolares, mas que a administração escolar, deve ser descentralizada e estar sob o controle dos trabalhadores que a utilizam.

A discussão a respeito do que seria uma gestão democrática da educação ainda não está totalmente concluída, mas o movimento vem incentivando a participação das comunidades nas escolas, entendendo que estas devam ser geridas por coletivos formados por professores, pais e também pelos educandos (Haddad 1994:23), que são os maiores interessados nos destinos da escola e da educação em geral.

Com relação ao conteúdo ensinado nas escolas rurais, sem nenhuma adequação para o campo, o MST entende que da maneira como está sendo feito, ele contribui para acelerar o êxodo rural, ao fantasiar uma realidade considerada bem mais atraente que a realidade do meio rural. Além disso, o conteúdo trabalhado costuma mostrar os benefícios existentes na cidade que não são levados ao campo.

---

[27] A tarefa do professor é, mais que de explicação árdua e fadigosa, de disposição harmônica. [o professor] Deve ir colocando os objetos de maneira que a criança por si próprio os encadeie e os compare.
[28] Toda vez que nos referirmos à comunidade, estaremos entendendo esse conceito como aquele adotado pelo MST, refererindo-se ao grupo formado numa determinada área geográfica, com interesses comuns em torno das questões discutidas e trabalhadas pelo Movimento.

Tem-se ainda, o agravante de dificilmente o conteúdo dos livros didáticos utilizados nesse setor apontar para a realidade dos pobres e miseráveis que vivem nas grandes cidades.

Esse conteúdo, associado à falta de formação adequada do professor, (formação eminentemente urbana), e aos problemas advindos do período letivo, não coincidente com os períodos de plantio, colheita, etc., contribuem para a não fixação do homem no campo, contrariando o objetivo maior do MST, no momento, que é fixá-lo no meio rural.

Partindo do princípio de que *"ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, mas que os homens se educam em comunhão"* (Caderno Formação 18:3), o MST tem tentado interferir também nas formas de avaliação dos educandos, entendendo que o modelo de educação tradicional não satisfaz às necessidades do ensino.

Longe de estar solucionado, o dilema da avaliação do conteúdo ensinado nas escolas públicas também tem se mostrado emblemático no MST, visto que os professores que trabalham nas escolas de assentamentos ou acampamentos, não podem fugir completamente das formas tradicionais de avaliação, já que, mesmo entendendo a necessidade de se avaliar continuamente o aluno, algumas Delegacias de Ensino (DEs), como a de Carazinho (RS), exigiam que as provas fossem entregues na delegacia juntamente com as notas (Haddad, 1994:40), o que revela o caráter burocrático da educação oficial e a ausência de autonomia dos professores que desenvolvem atividades no MST.

O MST tem como objetivo construir um novo modelo de educação mas, ao mesmo tempo, entende que há muitas dificuldades para mudar a mentalidade educacional no Brasil. Essas dificuldades estão presentes tanto nos órgãos do Estado, que fiscalizam e enquadram o currículo e os conteúdos trabalhados pelos professores, como no "*conservadorismo dos pais*" (Haddad 1994:40), que muitas vezes se colocam contra as novas propostas educacionais.

Outra grande dificuldade para a implantação de seu programa, é a falta de colaboração de alguns órgãos regionais de educação, sobretudo quando esses são dirigidos por pessoas simpatizantes ou, até mesmo, ligadas aos grandes latifundiários, como era o caso da 39ª DE do Rio Grande do Sul, onde a titular (no ano de 1993) era, segundo Haddad, ligada à UDR, o que a levava a boicotar todas as atividades propostas pelo MST no sentido de dar uma formação entendida como a mais adequada para os

professores que trabalhavam nos acampamentos e assentamentos (Haddad 1994:42).

Embora tenha optado por não construir uma estrutura escolar autônoma, durante muito tempo o MST pensou em ter sua própria escola no assentamento "*educando na realidade do movimento*" (Haddad 1994:46). Entendendo que para atingir seus objetivos de formação, tanto o conteúdo quanto a metodologia deveriam estar ligadas à sua ideologia, chegou-se até mesmo a afirmar por algum tempo que os professores do MST deveriam ser formados pelo próprio movimento.

É por essa razão que ainda se afirma que:

> "O MST pretende fazer escola 'diferente', profundamente integrada ao assentamento, que seja simultaneamente lugar de estudo e trabalho, em que os alunos aprendam a organizar-se e participem democraticamente. Tem por objetivo formar militantes que dêem continuidade a sua luta, 'sujeitos de práxis', dotados de clareza de objetivos, consciência organizativa, conhecimento teórico e competência prática" (Haddad 1994:47).

O movimento entende que esse objetivo deve ser conquistado através de um método específico. "*Para atingir esses objetivos, o setor de educação orienta a atividade pela dialética entre teoria e prática, perspectiva epistemológica que subjaz a um currículo desenvolvido através de complexos temáticos*" (Haddad 1994:47).

Apesar de se auto reivindicarem dialéticos, apontam para a utilização de uma metodologia advinda do existencialismo cristão de Paulo Freire ao escolherem como ponto de partida os complexos temáticos que, segundo Haddad (1994:47), favorecem a abordagem interdisciplinar.

A utilização da proposta pedagógica de Paulo Freire pode também ser percebida através destas outras palavras de Haddad (1994:48), a respeito das proposições do MST, quando esse afirma que "*Os objetos ou temas geradores devem emergir da realidade ou das necessidades da comunidade na qual a escola e as crianças estão inseridas*", como se, por si mesmos, os temas geradores levassem à dialética. A proposta do MST demonstra um certo equivoco tanto em torno do método em si, como em torno do conteúdo do método.

Para viabilizar tal proposta e ser fiel à realidade dos assentamentos ou acampamentos, cujos temas deveriam ser bem conhecidos, o MST, por algum tempo, desenvolveu uma espécie de xenofobia maniqueísta, acreditando que somente quem morasse no assentamento, fazendo parte do MST, poderia ter capacidade para ser um verdadeiro professor de sem terra. Isso levou o Movimento a pensar em construir sua própria rede de ensino ou, pelo menos, tentar controlar ao máximo as escolas onde estudavam as crianças dos moradores de acampamentos ou assentamentos.

Essa proposta de formação de professores militantes do Movimento fica claramente identificada nos documentos do MST que tratam da problemática educacional no período anterior a 1995, quando reivindicava que os professores de suas escolas deveriam ser pessoas que vivessem nos acampamentos e assentamentos como Trabalhadores Sem Terra.

Verificou-se na prática que a proposta de se ter esse professor militante vivendo entre os acampados e assentados, não seria viabilizada, visto que o MST deparava-se com as dificuldades da formação específica do professor e da formação do cidadão que tem de ter, também, conhecimentos técnicos e não apenas políticos, como demonstra Haddad ao sugerir que:

> "Os professores influenciados pelo MST de fato militantes; aparentemente, eles estão melhor preparados politicamente (porque conscientes das metas que desejam alcançar) que tecnicamente (porque nem sempre dispõem do conhecimento específico das disciplinas que seria necessário ao desenvolvimento de seu trabalho)" (Haddad 1994:48).

Com relação à gestão e manutenção da escola, o movimento "*baseia-se no princípio de que o que confere o caráter público à escola não é a gestão estatal e sim a participação democrática da comunidade na qual a escola está inserida*" (Haddad 1994:49). Nesse sentido, a comunidade tem que ser entendida tal qual ela é concebida pelo MST, ou seja, como todos os usuários e trabalhadores daquela área de abrangência do assentamento ou acampamento.

Segundo Haddad,

> "Na prática, o MST busca fundamentalmente garantir a influência das associações de trabalhadores rurais cooperados na gestão da escola.

> Através dessa participação, somada à prática dos professores assentados, o Movimento procura exercer influência sobre os conteúdos e metodologias de ensino, na perspectiva de atingir seus objetivos filosófico-pedagógicos" (Haddad 1994:49).

O MST tem insistido na participação de toda a comunidade interessada na gestão da escola, entendendo que nisto consiste a democracia. Mas fica explícito que, até agora, nem mesmo onde o movimento está mais organizado, esse apelo tem dado os resultados esperados, como demonstra Haddad (1994:51) ao constatar que "*o discurso do MST que insiste na participação das crianças na gestão da escola não encontrou ainda formas de efetivação*", pois na prática as crianças não têm como assumir tarefas que se destinam exclusivamente a adultos, tais como administração e direção.

O MST tenta partir das necessidades práticas dos assentamentos e acampamentos para desenvolver seu projeto pedagógico. Nesse sentido, a orientação pedagógica dada pelo setor de educação do MST aos professores e às lideranças comunitárias estimula e incentiva a adoção de conteúdos e metodologias de ensino mais próximos e adequados ao contexto econômico e sócio-cultural dos assentamentos rurais.

Diante desse contexto, o que se tem verificado é que o grau de influência do MST nas escolas dos assentamentos está diretamente relacionado com o comprometimento que os professores daquele assentamento tiverem com as causas do movimento, bem como do perfil dos delegados de ensino, diretores e supervisores ligados às escolas da região.

Não podemos, no entanto, deixar de reconhecer que a proposta de educação do MST está profundamente conectada ao projeto político e sócio-econômico do movimento, encontrando maior ressonância nas áreas onde vivem os trabalhadores assentados num projeto de Reforma Agrária.

2.2 Estrutura educativa e formativa do MST

> "educar não se reduz a transmitir conhecimentos acumulados; mesmo que com novas técnicas ou com nova metodologia".
>
> (Coragem de Educar p. 14)

O trabalho de educação desenvolvido pelo MST, abrange a maior parte dos acampamentos e assentamentos, com uma estrutura maior que alguns estados brasileiros. Segundo Roseli Caldart, esse universo de

> "... trabalho atualmente desenvolvido pelo Setor de Educação abrange aproximadamente 950 escolas públicas de 1ª a 4ª séries e 50 de 5ª a 8ª, o que significa cerca de 1800 professores e 40 mil alunos. Além disso, existem 600 monitores de alfabetização trabalhando com um número aproximado de 8 mil alfabetizandos jovens e adultos dos assentamentos e acampamentos, bem como algumas experiências (ainda sem contabilização) de educação infantil" (Caldart, 1997:28).

No campo educacional, em áreas de acampamentos e assentamentos, o MST entende que um dos maiores desafios é erradicar o analfabetismo que, segundo seus componentes, atinge índices de 80 a 90% entre seus militantes. Esses números levaram o Movimento a buscar ampliação dos níveis de escolarização das crianças e jovens, através da criação de escolas de ensino fundamental e ensino médio nas regiões de ocupação. Segundo Roseli Caldart,

> "A intenção é a de constituir, de fato, um Movimento Nacional de Educação de Jovens e Adultos nas áreas de Reforma Agrária, multiplicando aos poucos as turmas de alfabetização, e chegando à escolarização de 1º grau, começando pela dos próprios monitores, que na maioria dos casos tem uma escolaridade inferior à 8ª série" (Caldart, 1997:37).

Essas escolas de ensino fundamental e ensino médio visam atender às necessidades de crianças em idade escolar que não terão acesso à escola se essas não forem oferecidas pelo próprio

movimento, pois o Estado alega que não pode oferecer escola em acampamentos para não legitimar uma situação que considera ilegal. Além disso, segundo Ivan Valente, "*não se prioriza (...) fazer do nosso povo cidadãs e cidadãos, mas, sempre que possível 'consumidores'*" (Ivan Valente **Teoria e debate** Nº 35 jul/set. 97:15).

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em seu texto base para Campanha da Fraternidade de 1998, denunciava que, segundo os dados do MEC de 1994, *"estão fora da escola 3 milhões de crianças e jovens em idade escolar (de 7 a 17 anos)* [sendo que]. *Segundo o IBGE, 25,8% dos jovens entre 18 e 24 anos estão escolarizados*" (texto base, CF 98:20). Esses números servem para demonstrar que o número de analfabetos ainda é bastante grande, principalmente se for levado em conta que o maior índice de analfabetos está no meio rural, onde há mais dificuldades de acesso à escola.

Foi para suprir essas necessidades que o MST criou suas próprias escolas, sendo que as criadas e mantidas pelo MST funcionam normalmente, embora algumas tenham que permanecer na informalidade, pois há dificuldades para serem reconhecidas pelas Secretarias de Educação em alguns Estados. Já nos assentamentos, esta situação é mais tranqüila e o próprio Estado, na maioria dos casos, fornece professores e equipamentos para as escolas, reconhecendo-lhes o direito de acesso ao saber escolar.

Além do atendimento da faixa etária considerada ideal pelo Estado para o ingresso da criança na escolas, as de primeiro e segundo graus visam atender, também, àquelas pessoas que não tiveram acesso à escola na idade apropriada para o ingresso escolar, fato corriqueiro no meio rural. Nesse meio, o aluno ingressa na escola com dez (10) anos ou mais, enquanto na cidade esse ingresso se dá aos seis (6) ou sete (7) anos.

Visando assegurar o acesso de todos os seus integrantes ao ensino médio[29], pensou-se num segundo Grau alternativo, que já funciona nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, e Espírito Santo, e que segundo Stédile[30] pretende-se tentar ampliar para todos os Estados brasileiros.

O MST luta, também, pela implantação de uma universidade popular, reconhecida pelos

---

[29] Segundo a CNBB, *"A desvantagem do Brasil está localizada, sobretudo na educação secundária"* (texto básico CF 98:20).

[30] João Pedro Stédile em Palestra proferida no dia 17 de outubro de 1997 no auditório da

órgãos públicos, que possibilite o acesso aos jovens que vivem do trabalho no campo, e que encontrem nele seu lugar de habitação, com normas e condições específicas de formação para atender a essa "clientela", formada por acampados e assentados, nos mais variados cursos, com as mesmas facilidades que existem para os jovens da cidade, mas que leve em conta as peculiaridades do campo.

Segundo o MST, enquanto não se torna possível a caracterização dessa universidade popular, o MST tem que ir criando mecanismos próprios de formação de seus militantes. Dentre os órgãos de formação do MST, destaca-se o ITERRA, (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária), através do qual o MST desenvolve seu trabalho educacional e formativo, visando dar adequada formação para o desenvolvimento do trabalho na agricultura, objetivando ampliar a capacidade de produção, industrialização e comercialização dos produtos dos trabalhadores sem terra.

O MST procura ainda desenvolver um trabalho de educação integrada, envolvendo a formação profissional voltada para o aperfeiçoamento da produção e da ampliação do número de agroindústrias, pois segundo Stédile[31], *"Se não* [se] *democratizar a agroindústria não se democratizará a propriedade da terra*", nem a educação, como quer o MST.

O MST conta, ainda, com a Escola de Ensino Supletivo Josué de Castro, com sede em Veranópolis-RS, que tem por objetivo atender às necessidades de formação do ensino médio, visando sobretudo criar as condições necessárias para que, depois de formados, os alunos egressos dessa escola se tornem multiplicadores e estimuladores do processo educacional em novos assentamentos e/ou nas regiões de origem.

O setor educacional do Movimento Sem Terra está organizado em 15 dos 22 Estados brasileiros onde o Movimento se faz presente. Esta presença se dá através de equipes de educação nas áreas ocupadas e de coletivos regionais e estaduais constituídos por membros dos próprios assentamentos, que buscam atender às necessidades de cada região, de acordo com a demanda da área <URL:http://www. sanet.com.br/~semterra/ mst-htm>.[14 jul. 1997].

Para o desenvolvimento desse trabalho educacional, algumas frentes se fizeram

---

ADUNICAMP/Campinas.

[31] João Pedro Stédile em Palestra proferida no dia 17 de outubro de 1997 no auditório da ADUNICAMP/Campinas.

necessárias. Visando ampliar esses trabalhos e dar conta da demanda que aparecia, o Movimento constituiu essas frentes da seguinte forma:

> 1- Escolas de 1ª a 4ª séries nos acampamentos (trabalhando com propostas específicas) e nos assentamentos, regulares ou não, funcionando de acordo com os princípios pedagógicos defendidos pelo MST.
>
> 2- Escolas de 5ª a 8ª séries nos assentamentos ou regiões. A maioria dessas escolas, sobretudo as que ficam fora da área de assentamento, são escolas regulares que o MST procura influenciar quer através dos Conselhos de Escola, quer através das APMs, quer através da Consciência de seus educandos.
>
> 3- Educação de jovens e adultos (alfabetização e pós alfabetização). A base dessa educação é quase essencialmente informal, pois, por ser promovida muitas vezes por professores leigos e quase sempre sem o reconhecimento e apoio do Estado, nem sempre recebe seu reconhecimento.
>
> 4- Educação infantil (0 a 6 anos). Esse setor ainda é o mais precário no Movimento e vem procurando se organizar nos últimos anos. <URL:http: //www.sanet.com.br/~ semterra/ mst-htm> [14 jul. 1997].

O Movimento desenvolve, ainda, um curso de formação de educadores através do curso de Magistério com atividades continuadas. Segundo Caldart, *"o curso* [de] *magistério tem refletido e ao mesmo tempo ajudado a construir nossa proposta sobre formação de educadoras/es* (Caldart, 1997:20). Esse curso visa formar professores para as regiões onde o MST atua e/ou criar condições para a organização do setor educacional do MST nas regiões onde esse setor não está ainda organizado.

Para participar do curso de Magistério do MST, os interessados passam por um processo de seleção assim entendido:

> "São candidatos potenciais ao Magistério todas aquelas pessoas que antes foram identificadas como educadoras e educadores no MST. O processo de escolha acontece nos Estados, atendendo aos critérios da legislação e da proposta do curso. Combinados estes critérios costumam

> ser os seguintes: ter idade mínima de 18 anos, que é exigência legal para o ingresso em cursos supletivos de 2º grau e especificamente em cursos supletivos para titulação de docentes leigos; ter 1º grau completo; estar exercendo alguma atividade educacional em áreas de assentamentos e acampamentos; ser indicado pela comunidade ou por alguma instância do MST" (Caldart, 1997:104-105).

O curso de magistério promovido pela Escola Nacional de Formação visa criar condições para alfabetização das grandes massas analfabetas existentes no interior dos acampamentos e assentamentos do MST e seus objetivos são descritos da seguinte forma:

> "Os objetivos gerais deste Curso Magistério são três: 1º) Formar educadoras e educadores da Reforma Agrária, e quadros técnicos para atuação no MST. 2º) Titular e capacitar professoras e professores para atuação nas escolas de assentamentos e acampamentos. 3º) Prosseguir na construção da proposta de educação do MST e de uma proposta pedagógica específica para as escolas dos/as trabalhadores/as do meio rural" (Caldart, 1997:109).

É importante lembrar que o MST não dá formação apenas para aquelas pessoas que se identificam com o Movimento, mas quer atingir todos aqueles professores que atuam em suas áreas de abrangência. Entende que a transformação da sociedade não pode se dar apenas através da ocupação de terras, o que leva a educação a ter uma abrangência mais geral. Nesse sentido, muitos professores que atuam nas redes municipais e estaduais de ensino, trabalhando ou não em assentamentos e acampamentos, são convidados a participar dos cursos.

Segundo Roseli Caldart, no início é relativamente comum haver resistências por parte de alguns educadores aos métodos do MST, mas após alguns dias de cursos ou algumas etapas, alguns acabam indo morar nos assentamentos ou se envolvendo com alguém de lá. Para ela, algumas mudanças acabam ocorrendo sobretudo após a encenação de peças teatrais sobre o que seria a vida nos acampamentos ou mesmo o processo de ocupação de terras, como metodologia educacional que visa

transformar a mentalidade de alguns educadores.

Relatando o ocorrido em uma das encenações por ela presenciada, Roseli afirma que no início *"... o impacto, especialmente sobre os* [professores] *'municipais' que encenaram o despejo violento, quer no papel de sem-terras, quer no de policiais, foi impressionante. Muitos deles, depois disso, passaram a rever radicalmente suas posições em relação aos seus colegas sem terra*" (Caldart, 1997:84).

Como exemplo dessa transformação que ocorre nos educadores após um curso ministrado pelo Movimento, ela cita o caso de *"... um professor municipal que no início do curso vivia repetindo pelos cantos: 'que raiva eu tenho de sem terra!...', e que nem dois anos depois decidiu participar de um acampamento, sendo hoje assentado em Livramento, no RS*" (Caldart, 1997:84).

O Setor educacional do Movimento Sem Terra acredita, no entanto, que *"... não basta ser militante de um movimento social para estar apto a assumir com coerência e competência uma proposta de educação que corresponda aos seus objetivos mais amplos de transformação*" (Caldart, 1997:85-86), mas é preciso que esse militante esteja comprometido com a causa dos trabalhadores em luta pela transformação social de sua realidade.

O MST conta, no seu trabalho educacional, com a produção de materiais pedagógicos, como os **Boletins da Educação**, os **Cadernos de Educação** e **Fazendo História**, e materiais produzidos a partir das atividades dos próprios educadores, sobretudo nos regionais que contam com maior infra-estrutura na área educacional. Atualmente o Movimento está desenvolvendo a campanha "*Toda criança na escola, aprendendo!*", pretendendo a partir dela fazer ampla campanha em defesa da educação para todos os cidadãos brasileiros.

2.3 O processo de formação do cidadão-militante

"A escola deve estimular o cuidado com a saúde, a livre expressão de idéias e sentimentos. A

> firmeza na luta e a ternura no relacionamento com as outras pessoas. A escola deve cultivar, enfim, a alegria coletiva de revolucionar a vida por inteiro".
>
> (Caderno de Formação 18:11)

A construção da sociedade socialista almejada pelo MST, não acontecerá, segundo seus dirigentes, se não houver forte investimento na formação de seus militantes, para que estes se tornem aptos a conduzir o processo de transformação social rumo à nova sociedade.

O Movimento, no entanto, acredita que esse processo de socialização dos meios de produção resultante dessa nova sociedade não se dará com os atuais governos, sobretudo no tocante à educação, visto que para o atual governo, segundo Ivan Valente, *"A educação deve estar voltada para o mercado"* (Teoria e debate Nº 35:15 jul/set. 97) e não para a formação do cidadão.

Outro fator limitante da atuação desse governo no setor educacional deve-se ao fato deste investir muito pouco em educação. Segundo Ivan Valente, *"O gasto público nesta área não chega aos 4% do PIB e por isso o Brasil está em 84º lugar, segundo indicadores da Unesco, de 1994, atrás de países africanos como Líbia e Egito"* (Teoria e debate Nº 35:16 jul/set. 97). Esses dados, servem como indicativo de que os gastos com educação ainda estão muito aquém do necessário. Para o Movimento, se o governo não investe o que deveria em educação, investe menos ainda na formação do cidadão.

Para o MST, a formação do cidadão-militante deve se dar na luta do dia-a-dia, nos processos de ocupação de terras, na organização para o enfrentamento da repressão policial, na distribuição das tarefas dos acampamentos e no processo de negociação com os governos em todas as suas instâncias administrativas.

Apoiado no exemplo do educador russo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, procura exigir de seus membros, o exemplo prático da luta pela cidadania, pois entende que numa educação socialista "*o exemplo é o melhor método educativo*" (Makarenko 1981:22), e que

> "... em primeiro lugar, é preciso prestar atenção nos próprios defeitos e deixar de lado os presunçosos recursos das artimanhas pedagógicas. (...) Alguém inventa um castigo especial, outro apela para prêmios, um

terceiro se faz de engraçado para divertir as crianças, um outro ainda os seduz com promessas" (Makarenko 1981:22).

Esse cidadão-militante integrado ao Movimento geralmente passa por alguns cursos rápidos de formação, quase sempre realizados nos finais de semana, onde algumas noções de sociologia, economia, administração e direito são discutidas como forma de preparação para possibilitar a argumentação destes junto às suas comunidades e às comunidades nas quais se desenvolve o trabalho de aglutinação de trabalhadores para tornar viável a ocupação na área desejada.

Para os que desejarem maior aprofundamento, possibilitam-se cursos, de nível médio, de administração de cooperativas e cursos de estudos e aperfeiçoamento promovidos pelos próprios acampamentos e assentamentos. São possíveis ainda, alguns cursos de formação de lideranças, promovidos pelo Movimento em instâncias superiores.

Segundo Stédile[32], a *"formação político-ideológica acontece no curso de Magistério e no de técnico em cooperativa agrícola*", momento em que se procura através da escola investir na formação da consciência do militante, construindo nele o desejo da luta para a transformação social que se reivindica.

Os encontros de capacitação patrocinados pelo Movimento visam preparar seus militantes para as atividades do cotidiano, num processo contínuo, onde as pessoas através das atividades desenvolvidas, aprendam a participar das atividades de direção e se credenciem para assumir a formação política dos grupos. Nesse sentido, o setor de educação do MST tenta unir a teoria à prática do cotidiano, sendo que a teoria não pode vir antes da prática, como acontece no ensino tradicional, mas pelo contrário, o Movimento acredita que é pela ação que se aprende na prática aquilo que é depois reelaborado através da teoria (Caderno de Educação n.8:12).

Embora o MST reivindique o direito de dar formação para seus militantes, na prática, a formação da classe trabalhadora nem sempre foi feita pelos próprios trabalhadores, pois ao longo dos

---

[32] João Pedro Stédile em palestra proferida no dia 17 de outubro de 1997 no auditório da ADUNICAMP/Campinas

tempos, estes tem encontrado muitos de seus espaços para formação fora dos seus organismos de classe.

Para Silvia Manfredi, ao longo da história do movimento operário brasileiro *"... os cursos de capacitação para dirigentes funcionavam (virtualmente) como canais de reprodução da ideologia dominante, onde a educação constituía um dentre os vários instrumentos de perpetuação de uma estrutura sindical controlada pelo Estado"* (Manfredi, 1986:48), o que apontava para a necessidade de criação de instrumentos de formação no interior das próprias organizações.

Ainda segundo Manfredi, (986:46) em se tratando de cursos feitos por dirigentes sindicais, *"... a maior parte dos dirigentes sindicais que freqüentaram cursos de capacitação sindical fizeram-no em entidades governamentais ou internacionais*" sobretudo nas décadas anteriores à fundação do MST (60/70), contribuindo para que a capacitação estivesse

> "predominantemente sob o controle de agências de educação externas ao movimento sindical, ficando ora sob a orientação de instituições governamentais - Ministério do Trabalho, Delegacias Regionais do Trabalho, Instituto Nacional de Previdência Social, Banco Nacional de Habitação etc., ora sob a orientação de instituições ligadas ao movimento sindical americano[33]" (Manfredi, 1986:46-47).

Na opinião de Manfredi (1986:48), esses fatos indicam que "*o objetivo de oferecer algumas oportunidades de escolarização, das quais as classes trabalhadoras sempre se viram privadas, dado o caráter seletivo e elitista da rede escolar pública*", tinham por finalidade manter os trabalhadores sob tutela da burguesia, não apenas pelas determinações do poder econômico, mas principalmente com o apoio de seus representantes nos sindicatos de trabalhadores.

Ressalte-se, ainda, que o movimento sindical americano não foi o único a investir na formação dos dirigentes sindicais brasileiros, visto que a Igreja também se fez presente através da CLASC[34], que ministrava cursos para os militantes dos círculos operários na UTAL (Universidade para os

---

[33] Entre os Institutos americanos que investiam na formação de dirigentes sindicais brasileiros destacam-se: IADESIL (Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre), AFL-CIO (American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations) (Manfredi, 1986:47).

[34] Confederação Latino-Americana dos Sindicatos Cristãos.

Trabalhadores da América Latina), que divulgava o pensamento social da igreja, referente à organização sindical (Manfredi, 1986:47).

A preocupação da igreja com a formação dos trabalhadores e seu investimento no movimento sindical, não é recente portanto, visto que a igreja em muitos momentos têm demonstrado sua preocupação com a formação da cidadania.

Para o MST, a formação do militante deve também levar em conta a necessidade de formação do cidadão. A CNBB em seu texto base da Campanha da Fraternidade 98 diz que "*Educar para a cidadania inclui participar das decisões dos grupos sociais, respeitar e ser respeitado, ouvir e ser ouvido"* (CF. 98:61). Nesse sentido, o MST afirma procurar fazer de suas escolas um lugar de participação, buscando assim formar para o exercício da cidadania.

Descrevendo o que entende por educação para a cidadania, a CNBB, afirma que "*Não se educa para a cidadania mantendo as pessoas passivas, dependentes de quem sabe mais, desinformadas de seus direitos e deveres*" (CF. 98:61). Dessa forma, a educação deve ocorrer num processo de troca de aprendizado, no qual o educando possa ser o principal sujeito do processo.

De acordo ainda com os bispos da CNBB, a educação *"comprometida com a cidadania fornece instrumentos para o resgate das dívidas sociais, que retardam a conquista de um mundo mais humano"* e "*requer também que o próprio processo de educar seja experiência em que o educando é sujeito do seu desenvolvimento*" (CF 98:61-62). É pois na igreja que o MST encontra os argumentos necessários para a defesa da educação do cidadão militante, aquele que aprende através da luta e nela se forma para sua atuação política do dia a dia.

2.4 A escola de formação de professores: seus objetivos e sua prática

> "Fazer educação popular significa basicamente desenvolver um processo pedagógico que prepare os sujeitos deste desenvolvimento. Ou seja, os trabalhadores rurais precisam re-aprender a ser sujeitos do seu próprio destino; aprender a re-organizar-se para buscar as soluções dos seus problemas; alterar os comportamentos ideológicos adquiridos numa exigência social de miséria e de subordinação; capacitar-se para o trabalho coletivo".
>
> (Coragem de Educar)

Segundo Salm (1980:101), "*Sem alimentar veleidades ou romantismos, precisamos voltar a pensar a educação em termos de seu papel para a construção de nossa democracia e para diminuir a situação de indigência a que está submetida grande parte da população brasileira*" e principalmente, aqueles que habitam as zonas rurais do país.

Nesse sentido, para dar conta da problemática educacional, segundo seus interesses, o MST criou uma série de organismos, dentre eles a Escola Nacional de Formação de Professores, que visa promover uma educação prioritariamente voltada para os "acampados" e "assentados" da zona rural, mas que possa também ir além desse segmento de trabalhadores, alcançando toda a classe trabalhadora independente de sua condição de ser ou não um "sem-terra".

Essa educação deverá, segundo o MST, ter tanto um caráter formal quanto informal, pois mais do que o acesso à informação, o Movimento entende ser importante a luta pela escola, visto que esse é um direito do cidadão, do qual ele jamais deve prescindir. Essa disposição aparece claramente nas palavras de Roseli Caldart, quando esta afirma que:

> "A educação que nós queremos/precisamos não acontece só na escola**.** É

> um processo bem mais amplo, que tem a própria dinâmica do movimento social como ambiente de aprendizados por excelência. Mas a luta pela escolarização dos sem terra é fundamental**:** além de se tratar de um direito de cidadania, representa a possibilidade do acesso a certos tipos de saberes que fazem efetiva diferença na formação/educação onilateral de sujeitos da transformação social e da conquista da dignidade humana" (Caldart 1997:39).

Entendendo que o MST não deve assumir a responsabilidade da educação formal, a não ser em caráter excepcional e sempre pelo menor espaço de tempo possível, pois essa tarefa lhe acarretaria custos com os quais não pode arcar, nem desejando substituir o Estado no dever de educar a sociedade, Roseli afirma que

> "Nossa luta é por escolas públicas de qualidade nos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária de todo o país, com recursos do Estado e participação das comunidades e do MST na sua gestão pedagógica. (...) qualidade inclui quantidade, ou seja, enquanto em algum assentamento existirem analfabetos, ou crianças e jovens fora da escola, ou professores e monitores sem escolarização adequada, não poderemos nos considerar fazendo uma educação de qualidade, por melhor que possa ser a pedagogia que ali estivermos desenvolvendo" (Caldart 1997:39-40).

Apesar do entendimento de que o MST não pode nem deve assumir funções que são próprias do Estado, como a obrigatoriedade do atendimento à população em idade escolar, o Movimento sabe da necessidade que tem de atender às crianças dos assentamentos e, principalmente, dos acampamentos, onde o Estado não cumpre seu papel.

Essa necessidade de possibilitar a educação das crianças levou o MST a buscar formas de criar mecanismos que pudessem contribuir no processo de educação nos assentamentos. Para suprir a carência de educadores que se verificava nos acampamentos e assentamentos do MST e com a finalidade de formar educadores e monitores de educação para atuar nesse setor, foi criada a Escola Nacional de

Formação de Professores.

Essa discussão se aprofundou a partir de 1987, período em que se iniciou no Movimento uma série de debates no sentido de buscar parcerias para viabilizar a titulação dos professores que já atuavam nas áreas de Reforma Agrária e que, até aquele momento, eram tidos como professores leigos[35].

O MST entendia que conseguir a titulação para os professores da zona rural, oriundos da luta pela reforma agrária era importante também para que, a partir de então, esses professores pudessem concorrer nos concursos públicos promovidos pelos Estados ou pelos municípios, assumindo os cargos nas escolas recém-conquistadas (Caldart 1997:63).

Com vistas à melhoria da formação desses professores leigos, que atuavam nas áreas de acampamento e assentamentos de reforma agrária, foi criada a FUNDEP (Fundação para o Desenvolvimento da Educação Popular), entidade educacional da região noroeste do Rio Grande do Sul, cujo objetivo era ajudar a atender as demandas de formação de professores que até aquele momento não estavam recebendo apoio institucional das redes oficiais.

Segundo Caldart (1997:63), "*A FUNDEP foi criada oficialmente em agosto de 1989, ficando um de seus departamentos, o Departamento de Educação Rural-DER, o responsável pela viabilização das demandas específicas dos Movimentos Sociais no Campo"*, mas que nos últimos tempos tem sido o principal ponto de apoio para o setor educacional do Movimento.

Com relação ao curso de formação de professores Roseli Caldart (1997:63), assegura que *"O Curso de Magistério do MST* [já em desenvolvimento há algum tempo]*, à medida que foi um dos motivadores da criação da Fundação, acabou sendo o primeiro curso formal do DER, tendo iniciado a sua primeira turma em janeiro de 1990*".

Nessa escola visa-se possibilitar uma formação voltada para a realidade rural, através da qual o educador que vai trabalhar nos assentamentos ou acampamentos, independente da função que venha a desempenhar, tem o importante papel de adequar seu material pedagógico à realidade local.

---

[35] Professores que não atingiram o grau de formação exigidos para a obtenção do título que possibilita trabalhar como professor.

Para o Movimento, a realidade educacional do meio rural deve ser o centro de preocupação, embora o ensino em si, na concepção de seus coordenadores não deva limitar-se a esse meio, visto que o fundamental para o Movimento, é a formação concreta do cidadão para a luta em defesa de seus interesses, mesmo que sejam interesses corporativos como pode-se perceber a seguir:

> "Estamos defendendo a possibilidade de uma escola que se vincule organicamente com a realidade do meio rural, ajudando nas transformações que ela exige. Não se trata de limitar o processo educativo a objetivos imediatos e locais: o desafio é a combinação entre uma formação ampla, crítica e aberta, e uma formação que ajude concretamente na inserção de estudantes e educadores nos processos de um novo tipo de desenvolvimento rural, que é exatamente o que a existência destes assentamentos projeta" (Caldart, 1997:40).

Esse modelo educacional passa quase sempre pelo paradigma educacional defendido por Salm que, em seus estudos sobre Dewey, aponta para a necessidade de uma escola democrática, voltada à formação da cidadania:

> "O ideal de Dewey, de uma escola que forme o cidadão para a democracia, só alcançará concreção quando as pessoas não tiverem mais que se submeter ao autoritarismo para ganhar a vida, quando conquistarem a democracia dentro do local de trabalho. Essa conquista não é um momento mas um processo, através do qual trabalho e estudo poderão se conciliar" (Salm 1980:101).

A Escola Nacional de Formação, iniciada com a Escola de Formação de Professores, situada em Veranópolis-RS, visa dar complementação para seus alunos trabalharem no magistério nas áreas onde o Estado não atinge. Segundo Roseli Caldart, iniciaram-se duas turmas simultâneas, sendo que:

> "... Uma delas era de Magistério completo e a outra de complementação ao Magistério, própria para quem já tinha o 2º grau mas não a habilitação

> em MAGISTÉRIO. No início o curso foi pensado especificamente para professores/as dos assentamentos ou acampamentos. Durante o processo de tramitação legal do curso, no entanto, algumas Prefeituras Municipais da Região que há tempo vinham enfrentando o problema da falta de titulação e capacitação de seus/suas professores/as solicitaram algumas vagas" (Caldart, 1997:74).

Nessa escola, várias práticas do MST são trabalhadas com os alunos, para exercitarem aquilo que deverão assumir ao término do curso. Segundo Stédile[36], é através dos cursos de magistério que a ideologia do MST é disseminada para os jovens e adultos que participam dos acampamentos e assentamentos.

Esses cursos constituem-se em importantes instrumentos de formação, pois os jovens que passam por essa escola ao chegarem no local enfrentam a primeira prova, que é gerir o "minguado" orçamento colocado à disposição do grupo para a realização do curso. A partir daí, eles poderão começar a perceber as dificuldades de gerir uma empresa, denominação dada pelo próprio MST para a organização do curso durante o período de formação.

Essa prática visa trabalhar a questão da autogestão. Passada a primeira semana, ocorre a primeira avaliação quando os estudantes verificam em que erraram e em que acertaram. Quando os alunos identificam erros, eles mesmos discutem as melhores maneiras de juntos solucionarem as dificuldades, distribuindo tarefas e responsabilidades entre todos os participantes do grupo.

A autogestão é uma das práticas mais estimuladas pelo MST, pois além de o aluno aprender a gerir a escola, transformando-a num instrumento democrático a serviço da classe trabalhadora, também aprende a gerir as cooperativas e associações criadas e mantidas pelos assentados, como forma de organizar a produção e distribuição de suas mercadorias.

Outro ponto importante da escola diz respeito à disciplina e à disposição, tanto para leituras quanto para a realização dos trabalhos de pesquisa que cada aluno se propõe a fazer, quer nos intervalos entre as várias etapas, quer ao final do curso, quando recebe o título de professor e o direito de

---

[36] Palestra proferida em 17 de outubro de 1997 no auditório da ADUNICAMP.

poder dar aulas nas escolas de assentamentos e acampamentos do MST.

Para o MST essa disciplina dos estudantes se faz necessária, pela própria estrutura do curso, pois sem ela o estudante não será capaz de adquirir a maturidade exigida para o estudo, visto que o curso "*está estruturado em seis etapas, cada uma delas envolvendo um período de ensino presencial e um de estudos à distância, com exceção da última que só terá a parte presencial, à medida que estamos antecipando o "Estágio" (que chamamos de Prática Pedagógica Final Acompanhada PPFA) para a quinta etapa*" (Caldart, 1997:98). Sendo assim, com intervalos entre o período que os futuros professores permanecem na escola e aquele compreendido pelo tempo que permanecem nos lugares de origem, se não houver disciplina e vontade o trabalho corre o risco de não sair como desejado.

A estrutura do curso - pensada desde seu início para atender aos interesses de pessoas que não tinham disponibilidade de tempo para um curso em períodos mais amplos, como os oferecidos pelos programas oficiais nos mais diversos Estados -, acabou funcionando:

> "Desde a primeira turma, (...) em regime intensivo de férias, ficando as/os alunas/os internos à escola durante este período. Isto quer dizer que chegar na escola significava chegar num lugar onde se permaneceria por um ou dois meses, dependendo se a etapa fosse nas férias de janeiro e fevereiro, ou de julho" (Caldart, 1997:76).

Segundo Roseli Caldart, o curso foi se estruturando ao longo do tempo e a partir das experiências de cada etapa, até chegar ao formato que no momento é considerado ideal. Assim,

> "Nas primeiras turmas a duração total do curso era de dois anos, tendo um tempo de ensino presencial, cumprido nos meses usualmente destinados às férias escolares (janeiro, fevereiro e julho), e outro tempo de estudos à distância, realizado nos demais meses do ano e nos próprios locais de origem das/os alunas/os" (Caldart, 1997:97).

Dessa forma, a Escola Nacional de Formação cumpre o papel de propiciar que os educadores do MST tenham um certo controle da linha educacional desenvolvida nas suas escolas e, ao

mesmo tempo, consigam influenciar na alfabetização de milhares de trabalhadores rurais sem terra que não conseguiam ler e escrever antes de tomar parte do MST.

2.5 A presença do MST nas escolas regulares (da pré-escola ao 2º grau)

> "Nenhum educador tem o direito de atuar individualmente, por sua conta e sob sua responsabilidade".
>
> (Makarenko)

Segundo Roseli Caldart, em palestra proferida no 1º CONED, em 03/08/96, as pré-escolas ainda passam por um processo de organização, pois o Movimento entende que nesse setor é preciso um envolvimento maior das mães, dado que as crianças de zero a seis anos precisam de um maior cuidado, principalmente no que diz respeito à disponibilidade dessas para o trabalho.

As escolas de 1ª a 4ª séries são as que estão melhor estruturadas, tanto nos acampamentos como nos assentamentos, sendo que os assentamentos e acampamentos localizados próximos aos centros urbanos contam também com as escolas urbanas para a matrícula de suas crianças. Nessas escolas dos assentamentos é que a prática educativa do Movimento se faz mais presente através dos professores assentados ou acampados. Há ainda efetiva participação dos pais nos conselhos de escola, o que de certa forma possibilita discutir os rumos da gestão participativa da escola pública.

Segundo Roseli Caldart, a educação do Movimento difere da forma "tradicional" de ensino, principalmente porque nas escolas dos assentamentos e acampamentos,

> "O ensino está baseado na relação educador/a-educando/a, sendo seu principal objetivo a socialização (repasse/apreensão) dos conhecimentos que vão sendo historicamente produzidos e acumulados, de modo que se constituam também em saber para os/as educandos/as" (Caldart, 1997:111).

A crítica do Movimento às escolas de ensino fundamental e de ensino médio, é que essas escolas não trabalham com temas voltados para a luta da terra, agindo às vezes até com certo preconceito em relação aos "sem terra", o que contribui para dificultar a luta do MST, além de não ajudar a formar o cidadão-militante que é seu objetivo principal, como já salientado anteriormente.

Em virtude dessa "omissão", o Movimento reivindica a adoção de uma nova forma de ensinar, que dê conta daquilo que é característico do setor rural, já que segundo Roseli Caldart nesse campo há uma certa *"...especificidade* [que] *tem a ver com um novo currículo,*[e] *com a relação efetiva entre escola e comunidade, entre educação, produção, cultura, valores, e com uma formação adequada aos trabalhadores e às trabalhadoras desta educação"* (Caldart, 1997:40-41).

Esse novo currículo deve promover dentre outras coisas, **"***uma educação que valorize o saber dos/as educandos/as.* [pois] *Crianças, jovens, adultos, pessoas mais velhas, todos tem um conjunto de saberes, uma cultura e uma história que precisam ser respeitadas e consideradas quando entram na escola*" (Caldart, 1997:42).

Partindo desse pressuposto, o Movimento estimula as escolas de assentamentos e acampamentos, para que os próprios alunos, juntamente com seus pais, façam o gerenciamento da escola. Naquelas que não são administradas pelo Movimento, resta a participação nos conselhos de escola e nas APMs, através de membros eleitos entre os pares, onde a participação torna-se mais efetiva, porém menos eficaz do que desejaria o MST.

2.6 Funcionamento das escolas nos acampamentos e assentamentos do MST

> "não se trata de ensinar por ensinar, aprender por aprender. Toda teoria que se estuda deve estar a serviço de uma prática, de preferência uma prática coletiva que vise a transformação da realidade".

(Coragem de Educar)

Para o MST, a função das escolas de acampamentos e assentamentos deve ser ajudar ao trabalhador a se descobrir como explorado e, através de sua ação, eliminar esse processo de exploração. Nesse processo de percepção da exploração, é importante para os estudantes relembrar e comemorar as datas consideradas importantes pela classe trabalhadora e pela comunidade local.

As datas mais importantes que devem ser comemoradas pelos estudantes são: 8 de março, dia da mulher; 1º de maio, dia do trabalhador; 25 de julho, dia do trabalhador rural; 20 de novembro, dia da consciência negra e o dia de aniversário da ocupação e do assentamento (Caderno de Formação 18:8) e, a partir de 1997, comemora-se o dia 17 de abril (aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás) como dia Internacional de Luta Camponesa (Caldart, 1997:134), em defesa da reforma agrária.

Ao professor é atribuído o papel de criar condições para que os alunos tomem decisões cada vez mais acertadas e coerentes com a vida do Assentamento e com os princípios do MST (Caderno de Formação 18:8). Por isso, o professor tem necessariamente que ser alguém engajado no movimento; caso contrário, a educação não atingirá seus objetivos junto ao educando.

Como tarefas fundamentais do processo de ensino/aprendizagem, os professores têm que ensinar as crianças a:

1- Se organizar para trabalhar em grupos;
2- Tomar decisões por conta própria e a assumir as conseqüências de suas decisões;
3- Planejar e avaliar as ações no coletivo dos alunos e dos professores;
4- Controlar o trabalho e a produtividade;
5- Superar os desvios e oportunismos dos colegas (Caderno Formação 18:15).

Sendo assim, o MST estabelece um papel bem definido para o educador de seus acampamentos e assentamentos ao lhe atribuir uma "missão" muito mais ampla do que a de educar pura e simplesmente. O trabalho desses educadores ganha nova dimensão, pois além de desenvolver a tarefa de

professor, com a incumbência de passar os conhecimentos que faz parte do currículo da escola, é ainda entendido que:

> "... Ser uma educadora da Reforma Agrária é (...) ser fiel à causa do povo (...). Saber que Reforma Agrária queremos (...). Lutar pela Reforma Agrária (...). Ter posição (...). É perceber os problemas, analisar bem e enfrentar a situação (...). É repudiar as injustiças (...). Ser apaixonado por esta luta (...). Amar ser educador (...). Gostar das crianças sem terra (...). Conhecer os assentamentos (...). Saber tudo o que está acontecendo (...). Dizer a verdade para os alunos (...). Ser um trabalhador (...). É conhecer e ensinar a história (...). É fazer a história (...). É tratar das questões da terra. Ensinar a não explorar e a não ser explorado. É ensinar o amor à terra e à luta (...). Ter amor pelo MST (...). É aprender muito (...). É ensinar todos os sem terra a ler e a escrever (...). É ter respeito pelo jeito que cada pessoa é (...). Não excluir (...). É ensinar coisas novas para os alunos (...). É ser um coordenador de buscas (...). Formar pensando no presente e no futuro (...). Ajudar o assentamento a produzir (...). ajudar a mudar o país (...). Ser democrático, solidário e humilde (...). Ser cidadão (...). Ensinar a ser cidadão (...). É estar sempre se transformando e ajudando a transformar (...)" (Caldart, 1997:151).

Alguns professores de assentamentos e acampamentos, afirmam que suas experiências de *"envolvimento num trabalho de base junto a comunidade contribuiu para o (...)* [seu] *processo de conscientização social e política, (...) dando uma nova visão de mundo"*[37] (Caldart, 1997:53).

Na prática do MST, todos devem participar da vida escolar: pais, alunos e professores. Todos devem estar envolvidos, discutindo os rumos da escola. Nesse sentido o movimento prega total controle sobre a ação dos professores, quando defende que: "*Devem acompanhar os professores para ajudá-los e para ver se eles estão sendo fiéis às orientações do Assentamento e do MST. Devem conferir o que as crianças estão aprendendo*" (Caderno Formação 18:16).

Quando o MST propõe o controle sobre o que os professores estão ensinando, cria-se

[37] Depoimento dado a Rolesi Caldart, pela professora Neusa, responsável pelo setor de educação em São

certa ingerência na liberdade de cátedra do professor. Nesse caso, a responsabilidade de formação política sai da família e do movimento, sendo transferida para o Estado através da escola.

A responsabilidade da formação seria, portanto, da comunidade do assentamento, a quem cabe zelar pela proteção de suas crianças, garantindo a elas um desenvolvimento físico, emocional, psicológico e cognitivo, promovendo momentos que desenvolvam sua sociabilidade com outras crianças e garantindo que seus direitos sejam respeitados. Para o Movimento, os espaços educativos devem ser freqüentados tanto pelas crianças como pelos pais (Boletim da Educação 7:35).

Assim, o Movimento procura estimular o trabalho educativo dos professores, criando mecanismos que possibilitem articular a educação das crianças dos acampamentos e assentamentos com o trabalho produtivo em suas áreas de atuação. Entendem que o trabalho compõe uma parte fundamental da educação, vindo a cumprir também a importante função social de complementar a produção familiar. Nessa perspectiva, ao mesmo tempo que se educa, já se incorpora um novo trabalhador ao mercado.

Paulo.

CAPÍTULO 3

DISCUSSÃO ACERCA DOS PRINCÍPIOS EDUCATIVOS DO MST

"No la enseñanza solamente: la misión, el cuidado, el trabajo bien retribuido."[38]

Jose Marti

Neste capítulo serão discutidos os princípios que norteiam a educação do MST. Nele abordar-se-á sua proposta pedagógica e de formação do homem integral, a partir da orientação de um projeto educacional concebido numa relação ensino/trabalho voltado para o desenvolvimento da produção dos assentamentos.

Discutir-se-á também sua proposta de gestão da educação através dos mecanismos de controle do movimento, bem como seu "ecletismo metodológico", sem deixar de levar em conta a discussão dos trabalhos que são desenvolvidos na formação dos jovens e adultos analfabetos que vivem nas áreas de acampamentos e assentamentos de reforma agrária neste país.

3.1 Em que consiste os princípios educacionais do MST

> "Para o MST, investir em educação é tão importante quanto o gesto de ocupar a terra, um gesto aliás, que se encontra no cerne da pedagogia do movimento.
> Aqui, educar é o aprendizado coletivo das possibilidades da vida. As dores e as vitórias são face e contraface do mesmo processo".
>
> (Pedro Tierra, 17 de abril de 1996)

O surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a organização de suas próprias escolas - quer como lugar de formação de militantes, quer como forma de instruir (e educar) as crianças e os adultos, bem como de influenciar nas escolas onde os jovens estudantes que pertencem aos seus assentamentos ou acampamentos estudam -, têm contribuído tanto para divulgar a luta do homem do campo como para demonstrar a importância da educação nesse segmento social.

Os primeiros conhecimentos de toda criança estão ligados a seu *habitat*. Os conhecimentos da criança rural estão ligados à vida na roça, mas os conteúdos oferecidos a ela pela escola tradicional partem do princípio de que, para ser culto, é preciso ser letrado, contando com uma formação típica para os desafios do mundo urbano e submetendo a criança a um calendário escolar que não valoriza a prática de seus pais, nem a sua dimensão temporal, uma vez que esse calendário é elaborado para ser praticado a partir do ano civil e não do ano agrícola, mais próximo à realidade do homem do campo.

É no meio rural que se encontram os valores primordiais do povo que luta pela reforma agrária no Brasil. Esses valores, advindos das práticas do meio rural acarretam, além dos problemas da organização do calendário, problemas como o ingresso tardio no ambiente escolar pois, enquanto o aluno da cidade ingressa na escola com 7 anos, o aluno rural ingressa com 10 ou 11 anos e, com isso, acaba optando por esperar a idade mínima necessária para o ingresso no ensino supletivo.

Segundo o MST, a problemática educacional constitui-se num ponto fundamental para o sucesso e continuidade de seu trabalho, bem como para o desenvolvimento de suas atividades. Esse ponto ganha importância quando se verifica que o movimento defende uma concepção de educação, segundo a qual esta é portadora de uma ação redentora da sociedade, pois é através da educação que o MST pretende transformar as relações capitalistas, predominantes hoje, em relações socialistas no futuro.

---

[38] Não o ensino somente: a missão, o cuidado, o tralho bem retribuído.

Em seu **Manifesto das educadoras e educadores da Reforma Agrária ao povo brasileiro,** publicado na revista **SEM TERRA** nº 2 de 1997:28-29, os educadores da reforma agrária caracterizam a educação a partir de seu envolvimento com o dia-a-dia da comunidade, afirmando a todo o povo brasileiro que:

> "Queremos uma escola que se deixe ocupar pelas questões de nosso tempo, e que ajude no fortalecimento das lutas sociais, e na solução dos problemas concretos de cada comunidade.
>
> Defendemos uma pedagogia que se preocupe com todas as dimensões da pessoa humana e que crie um ambiente educativo baseado na ação e na participação democrática, e na dimensão educativa do trabalho, da cultura e da história de nosso povo.
>
> Acreditamos numa escola que desperte os sonhos de nossa mocidade, que cultive a solidariedade, a esperança, e o desejo de aprender sempre e de transformar o mundo.
>
> Entendemos que para participar da construção desta nova escola nós, educadoras e educadores, precisamos construir coletivos pedagógicos com clareza política, competência técnica, valores humanistas e unidade de ação.
>
> Lutamos por escolas públicas em todos os acampamentos e assentamentos de reforma agrária do país e defendemos que a gestão pedagógica destas escolas tenha a participação da comunidade Sem Terra e de sua organização".

Maria Antônia de Souza (1994:91), estudando a educação proposta e praticada pelo MST no interior de seus acampamentos e assentamentos conclui que o principal objetivo é:

> "transformar as escolas de 1º grau dos assentamentos em instrumentos de transformação social e de formação de militantes do MST e de outros movimentos sociais com o mesmo projeto político; desenvolver uma proposta de educação que proporcione às crianças conhecimento e experiências concretas de transformação da realidade, a partir dos desafios do assentamento ou acampamento, preparando-se crítica e criativamente para participar dos processos de mudança da sociedade,

> produzir coletivamente a base de conhecimentos científicos mínimos necessários para o avanço da produção e da organização nos assentamentos, ampliar e fortalecer a relação entre a escola e assentamento e entre a escola e o MST" (Souza 1994:91).

No Caderno de Formação nº 18, "**O Que Queremos com as Escolas dos Assentamentos**", o Movimento define o que espera da escola como instituição a serviço da classe trabalhadora em geral e, particularmente, dos trabalhadores rurais. Nela o MST inicia sua apresentação com uma frase que define bem sua concepção de escola e, por conseqüência, seus métodos de trabalho. Ao afirmar que "*Ninguém educa ninguém; ninguém se educa sozinho; as pessoas se educam entre si, através de sua organização coletiva*" (Caderno Formação 18), o MST revela seu entendimento de que todo processo de relações pode ser transformado num processo de formação educacional, através do qual as pessoas se formam e se constróem para a organização e defesa de seus interesses.

Envolvido na discussão a respeito da luta por uma escola pública, gratuita e de boa qualidade, o MST reconhece que essa não é uma tarefa fácil. Aliás, entende que não é fácil a luta pelo acesso ao saber, sobretudo para quem habita a zona rural, onde estima-se que 90% dessa população é constituída de analfabetos. Não obstante, afirma estar construindo um novo jeito de educar e um novo tipo de escola.

Partindo do pressuposto segundo o qual a escola tradicional não corresponde às suas necessidades, o movimento reivindica uma educação de classe, com as seguintes características:

> a) uma educação pensada, planejada e estruturada a partir dos princípios da classe trabalhadora do MST.
> b) uma alfabetização que vá muito além do reconhecimento das letras, que vá além do espaço da sala de aula e que se dê nas atividades culturais, religiosas, recreativas, etc, do assentamento.
> c) A escola precisa ser um ambiente seguro, receptivo e acolhedor para que a criança se sinta feliz para poder expressar afetividade, sonhos, desejos, fantasias, etc., desenvolvendo-se com liberdade.
> d) a escola deve ser planejada como um todo, com a participação de

> alunos, pais, professores, etc., visando atender a todos (Caderno de Formação 18).

Com a luta pela adoção dessas medidas, o Movimento entende que está dando sua cota de contribuição para ajudar na eliminação de alguns dos males do ensino brasileiro, sobretudo no que se refere à problemática da seleção pela via da exclusão dos educandos, que no Brasil,

> "... sempre se deu em todos os níveis, desde a educação elementar, onde a seleção se dá pela retenção e pela evasão escolar, patrocinada pela forma desinteressante como a educação era promovida, embora essa, a partir do Império, tenha sempre sido encarada como um direito de todos os cidadãos e, posteriormente assumido como um dever do Estado" (Romanelli 1987).

A partir dessa leitura da realidade, assumindo o compromisso, conforme proposta aprovada no I ENERA[39] publicada na revista SEM TERRA nº 2 de outubro/dezembro de 97:29, de "*erradicar o analfabetismo nos acampamentos e assentamentos pelo MST*" e, sobretudo, não deixar nenhuma criança de acampamento ou assentamento fora da escola.

O MST procurou desenvolver um trabalho de educação com as crianças que nos acampamentos ficavam sem acesso à escola, passando a propor um modelo de educação coletiva através da qual o ensino deveria passar a ser "*baseado em novas relações pessoais e em novos valores humanos, onde a dignidade, a felicidade, a igualdade, o desenvolvimento cultural e científico sejam direitos de todos, juntamente com o atendimento às necessidades básicas de toda a população*" (Caderno Formação 18).

Com esse novo modelo de educação que o MST almeja implantar nas suas áreas de influência, busca-se fomentar uma educação que selecione os conteúdos, que crie métodos que visem construir a hegemonia de um projeto político da classe trabalhadora, com vistas à construção do poder popular e a formação de militantes para as organizações dos trabalhadores. Uma educação que crie, portanto, uma consciência de classe (Caderno: princípios da educação no MST:6).

Buscando discutir as formas de implementação desses objetivos: "*Toda criança na escola... aprendendo!*" "*Todos os jovens ao estudo!*" "*Nenhum assentado que não saiba ler, escrever e fazer conta*" (Caderno: princípios de educação no MST:6), o MST, realizou entre os dias 28 e 31 de julho de 1997, o I ENERA (Encontro Nacional de Educadores de Reforma Agrária), organizado em conjunto com a Universidade de Brasília (UNB) e a Unicef, cujo tema central foi "Com escola, terra e dignidade", esse encontro contou com a participação de seiscentos delegados, de 23 Estados e do DF, e mais de cem convidados (REVISTA SEM TERRA OUT/DEZ/97: 26-27), que definiram as principais metas da entidade e elaboraram o Manifesto dos Educadores de Reforma Agrária à Nação Brasileira.

Partindo de afirmações de que "*enquanto o Ministério da Educação deixa milhões de crianças fora da escola, onde há um acampamento e um assentamento todas as crianças freqüentam as aulas*" (REVISTA SEM TERRA OUT/DEZ/97: 26-27), o MST tem reforçado o discurso de que sua participação nas áreas de acampamentos e assentamentos tem se constituído num importante instrumento de combate ao analfabetismo produzido pela sociedade brasileira, sobretudo no setor rural.

A partir desse entendimento, o Movimento reivindica a construção de uma escola que se preocupe com a formação do cidadão-militante ou com a formação do homem omnilateral. Uma escola, portanto, que contribua com os destinos da história da humanidade:

> "... onde se educa partindo da realidade; uma escola onde professor e aluno são companheiros e trabalham juntos aprendendo e ensinando; uma escola que se organiza criando oportunidades para que as crianças se desenvolvam em todos os sentidos; uma escola que incentiva e fortalece os valores do trabalho, da solidariedade, do companheirismo, da responsabilidade e do amor à causa do povo. Uma escola que tem como objetivo um novo homem e uma nova mulher, para uma nova sociedade e um novo mundo" (Caderno de Formação 18:3).

Essa nova escola será, no entendimento do MST, a porta de entrada para a construção do "homem novo". Enquanto concepção, ela é fruto da influência do educador russo Anton

---

[39] I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores de Reforma Agrária.

Semiónovitch Makarenko que, através de suas experiências de recuperação de menores infratores na Rússia pós-revolução, concebe essa possibilidade através da educação, influenciando dessa forma os principais ideólogos do MST, notadamente aqueles que respondem pelo setor educacional.

Para atingir seus objetivos, o MST parte do princípio de que se deve procurar a verdade dos oprimidos, pois somente assim é possível fazer uma educação de classe. Essa verdade viria através da comprovação prática da teoria que afirma que "*uma coisa é verdadeira quando pode ser comprovada na prática*" (Caderno Formação 18:4). Nesse sentido, o setor de educação visa demonstrar que uma educação voltada para o trabalhador rural pode ser verdadeiramente libertadora, se partir da sua realidade e houver empenho de seus membros, sobretudo dos professores, pais e estudantes que vivem nos acampamentos e assentamentos.

Como já exposto nos capítulos anteriores, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surge na história dos movimentos populares num processo de luta contra todos os tipos de latifúndios. Tomando como parâmetro a questão educacional, o MST propõe-se a acabar com o que considera outro latifúndio. *"o latifúndio do analfabetismo e da educação burguesa, fazendo a reforma agrária também do saber e da cultura*" (Caderno Formação 18:4), valorizando a assim denominada cultura proletária.

Partindo do princípio de que é necessário construir uma "cultura proletária", a mesma deve funcionar, em parte, como um antídoto a inculcação dos valores propagados pela ideologia das classes detentoras dos meios de produção, e por isso, possuidoras dos mecanismos de divulgação dessa cultura burguesa. Para o Movimento graças a essa "cultura popular", o operário conseguiria discernir o que lhe é benéfico daquilo que vai contra os seus interesses. O problema é que no movimento isso é contraditório, visto que essa consciência coletiva nem sempre é notada, como se pode perceber através da pesquisa de Souza (1994:186), no qual a autora afirma que "*nos assentamentos o grupo que trabalha coletivamente é o das lideranças"*, pois os outros membros dos assentamentos quase sempre têm uma "consciência individualista".

O Movimento Sem Terra se propõe a lutar para construir uma escola que dê a seus militantes a formação política que entende ser necessária. Para isso, *"os alunos, crianças e adultos que freqüentam as escolas rurais nos assentamentos e acampamentos têm, além do conteúdo normal das*

matérias, discussões diárias de 45 minutos sobre os acontecimentos de seu cotidiano" (REVISTA SEM TERRA OUT/DEZ/97:27). Acreditam que é dessa escola que sairão os futuros militantes do MST, visto que as crianças que ora passam pela escola, devem ser preparadas não só para assumir as cooperativas e associações, mas também para dirigir os movimentos populares.

Para o MST, a educação deve servir como meio para que o povo trabalhador da roça e da cidade descubra o porquê de toda exploração, do sofrimento e da miséria da maioria da população e o porquê do enriquecimento de alguns, bem como o caminho para a transformação da sociedade (Caderno de Formação 18:5).

Em seus documentos iniciais o Movimento explicitava que isso só seria possível quando o professor fosse um militante que buscasse transmitir ao grupo aquilo que lhe foi ensinado nos cursos de formação do MST, estabelecendo assim uma "*pedagogia autoritária"* no Movimento (Souza 1994:82). Por isso, tanto os professores quanto os alunos deveriam estar inseridos nas lutas dos movimentos populares e sindicais (Caderno de Formação 18:5), como forma de demonstrar seu compromisso com a classe trabalhadora.

Com o passar do tempo, percebeu-se a inviabilidade dessa proposta, o que obrigou o MST a optar por aceitar como legítima a educação oferecida pelo Estado, desde que o professor, mesmo não convivendo com os assentados, tivesse consciência de classe e desenvolvesse na escola do assentamento a metodologia recomendada pelo MST, e que apontasse para uma ideologia proletária.

Partindo do princípio que se aprende a fazer fazendo, o movimento propugna que a escola deveria aproveitar os acontecimentos, as situações, os problemas dos assentamentos e da sociedade como ponto de partida para o estudo e aprendizagem de seus estudantes, assumindo aí uma postura "freiriana" segundo a qual

> "A educação é basicamente encarada como aquele processo que visa preparar o educando para participar, não só do ambiente social mais restrito [escola e comunidade], mas também das mudanças sociais que estariam ocorrendo na sociedade como um todo, ou seja, uma educação que instrumentalizasse o homem brasileiro para participar dos desafios de uma época de 'trânsito' " (Manfredi 1978:43).

Nos princípios da proposta pedagógica desenvolvida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, fica esclarecido o entendimento do que deva ser a escola ideal, que dá a formação necessária ao cidadão militante para que esse possa assumir seu papel social:

> "A escola deve ser o lugar da vivência e desenvolvimento de NOVOS VALORES, como o companheirismo, a solidariedade, a responsabilidade, o trabalho coletivo, a disposição de aprender sempre, o saber fazer bem feito, a indignação contra as injustiças, a disciplina, a ternura (...) chegando a uma CONSCIÊNCIA ORGANIZATIVA" (Caderno de Formação 18:8).

Sendo assim, a escola deve ter como objetivo principal formar pessoas que sejam sujeitos, com capacidade e consciência organizativa, capazes de construir uma nova forma de conviver, de trabalhar, de festejar as pequenas e grandes vitórias dos trabalhadores (Caderno Formação 18:11), devendo também estimular a livre expressão de idéias e sentimentos, com firmeza na luta em defesa dos trabalhadores e ternura no relacionamento com as outras pessoas. A escola deve ser o lugar capaz de cultivar a alegria coletiva e de revolucionar a vida por inteiro.

Entendida dessa maneira, a escola deve ser não somente o lugar de estudo, mas também um lugar de trabalho. Por isso, além das aulas, as crianças devem ter sempre um trabalho (Caderno Formação 18:12). O Movimento entende que toda criança deva desde cedo buscar ser um trabalhador produtivo, da mesma forma que em seus regulamentos das cooperativas, observam que nenhum adulto, de posse de todas as suas faculdades, pode se isentar desta lei geral da natureza. Para se comer, é preciso trabalhar, e não somente com o cérebro, mas também com as mãos.

Além do trabalho como método pedagógico, é considerado de grande importância o aprendizado da solidariedade entre os membros do MST e da classe trabalhadora em geral. Para Stédile, *"... um dos patrimônios que o MST tem de construir e continuar defendendo é a prática de novos valores sociais"* (Caros Amigos novembro 1997:32), entre os quais "*a democracia, a solidariedade e o trabalho*" (REVISTA SEM TERRA OUT/DEZ/97:28). O Movimento leva tão a sério a questão da

solidariedade e da partilha que chega a afirmar que, como parte do processo pedagógico, as crianças devem ajudar a fazer a merenda que é distribuída na escola ou, caso isso não seja possível, devem partilhar a merenda que é trazida de casa.

Nesse aspecto, enquanto vivência solidária e como meio de colaborar para sanar a fome dos mais necessitados, essa atitude é compreensível, mas enquanto método para se chegar à sociedade socialista parece que não há apenas um certo exagero no conteúdo da "solidariedade", mas um erro de interpretação da obra de Marx, quando este afirma que os meios de produção devem ser coletivos. Com relação aos bens de produção, devem ser possibilitados que todos tenham acesso, mas a divisão do lanche na escola não significa necessariamente um aprendizado da solidariedade como preparação para a construção do socialismo, pois isso o burguês também faz, principalmente nos momentos de calamidades públicas, até mesmo como desencargo de consciência.

O processo de avaliação, por sua vez, deve se dar de forma coletiva, avaliando-se a convivência dos alunos com os outros alunos, cada aluno avaliando a si, aos colegas e aos professores, com os professores também avaliando os alunos. Nesse contexto, entende-se que os assentamentos devam avaliar a escola e os professores num processo onde todos se avaliam (Caderno Formação 18:19).

Para o MST, a avaliação "*Precisa ser um processo coletivo e democrático, onde todas as pessoas envolvidas possam avaliar e ser avaliadas, através de critérios previamente combinados e de resultados transparentes*" (Caldart, 1997:136). Fica evidenciado que a proposta de uma democracia participativa, onde todos possam ter igualdade de condições de participar faz parte desse projeto. O que ainda não se tem claro é exatamente qual o papel de cada um nesse processo.

O Movimento reivindica e faz a apologia do professor militante, afirmando que "*nas Escolas do MST não pode ter um professor qualquer. O professor deve participar da vida do Assentamento. Só dar aula não chega. Deve participar das discussões e ações principais do Assentamento como um todo*" (Caderno Formação 18:19)

Com a proposta do professor militante, aparece uma certa fragilidade da ideologia do Movimento e da confiança que este tem nos seus militantes, pois ao temer que um professor vindo de fora do acampamento ou assentamento possa deturpar a formação de seus alunos ou incutir em suas cabeças

elementos da "ideologia burguesa", fica evidente a falta de confiança na militância dos próprios acampados/assentados e dos militantes da entidade que ali convivem. Com isso, a possibilidade de integração social fica limitada, dado que se os professores não possuírem a ideologia do MST, seus membros poderão ser "contaminados" com as ideologias burguesas.

Outro aspecto crucial desse pensamento é que todos os que não são do MST, ao invés de serem considerados como potencialmente aliados, são tidos como adversários potenciais, demonstrando assim um certo maniqueísmo do Movimento com relação à sociedade caracterizada como bagunça. Nesse sentido fica comprometida a afirmação de que:

> "O professor só será professor de verdade quando assumir de corpo, mente e coração estes princípios pedagógicos e os princípios do MST. Quando fizer sua a luta pela terra, pela produção, como a luta pela educação. Quando participar das lutas do Assentamento e dos trabalhadores em Geral" (Caderno Formação 18:19).

O professor é entendido, portanto, como mais um integrante do movimento, devendo ter clareza da proposta política dos trabalhadores rurais sem terra, bem como devendo estar capacitado para coordenar a caminhada coletiva das crianças (Caderno Formação 18:19).

Enfim, o MST entende que as crianças dos assentamentos necessitam de valores que formem o seu caráter de um jeito diferente daquele que a televisão forma, daquele que as famílias capitalistas formam. Segundo o entendimento de seus líderes, as crianças precisam aprender a lutar e a serem firmes na luta, a não perder a sensibilidade e a ternura de quem descobriu e compreendeu o outro (Caderno Formação 18:19).

Neste contexto, a escola adquire um sentido muito mais amplo do que aquele que lhe é atribuído pelo Estado e pela sociedade em geral, passando a ter uma função redentora da sociedade, através da qual criar-se-iam as condições para a construção de uma sociedade socialista, onde haveria maior equidade social.

Apesar disso, sabe-se que o problema do analfabetismo no Brasil não é recente, nem tem sido encarado pelos governos municipais, estaduais e nacional com a devida atenção, mesmo quando se investiram grandes somas de recursos no setor educacional, como ocorreu desde os anos 70 com a

criação e manutenção do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que prometia resolver o problema do analfabetismo no país, servindo, entretanto, como mera máquina de distribuir diplomas.

> "Criado em 1970 como um dos mais ambiciosos projetos de impacto do governo do General Garrastazu Médici, o Mobral (...) prometia em meio ao grande alarido ufanista do chamado milagre brasileiro, varrer o analfabetismo do país em apenas 10 anos, ensinando a ler a todos os 18,2 milhões de brasileiros com mais de 15 anos (...).
>
> Dos 40 milhões de pessoas que se inscreveram nos cursos do Mobral 15 milhões receberam diploma, mas apenas 1,5 milhão podem ser considerados realmente alfabetizados, porque continuaram estudando depois" (Revista Isto é 418).

Segundo Arlindo Lopes Corrêa, um ex-presidente do Mobral, o Brasil *"teria reduzido seus analfabetos a apenas 11,1% da população*" em 1985 (Revista Isto é 418). O que se verificou, no entanto, foi que os monitores eram remunerados por alunos alfabetizados e não pelo tempo de trabalho. Com isso, qualquer pessoa que freqüentasse até 4 aulas acabava recebendo um diploma. Isso levou a uma situação tal que mais de 20% das pessoas que se dispuseram a estudar receberam diploma por 2 ou mais vezes, mesmo que continuassem analfabetos.

Em 1970, quando o Mobral foi criado, o Brasil tinha 33,6% de sua população analfabeta, tendo reduzido ao longo de 15 anos em apenas 2,7% o número de analfabetos, apesar da enorme soma de dinheiro gasto pelos governos militares nesse projeto.

Ao considerar o gasto de tanto dinheiro[40] com educação, sem resolver seus problemas, sobretudo no meio rural, Manuel Argumedo (1989:46) levanta as seguintes questões: "*Cuál es el papel de la educación en el desarrollo rural? En que sentido puede la acción educativa contribuir para el desarrollo*"?[41]

---

[40] O dinheiro a que se refere Argumedo, gasto com a educação rural não deve ser confundido com o dinheiro gasto com o Mobral pelos governos militares.

[41] Qual é o papel da educação no desenvolvimento rural? Em que sentido pode a ação educativa contribuir

A discussão de Argumedo vai na direção de saber se o problema é integrar o homem do campo à economia de mercado, tornando-a eficiente ou se é educar o homem para a sua permanência no campo. Esse é um dos dilemas das nossas propostas educacionais. Para Argumedo (1989), é muito difícil segurar o homem no campo, pois as dificuldades para que ele avance e melhore a tecnologia estão na falta de conhecimentos, valores e atitudes que lhe permitam seguir o ritmo do progresso, dada a visão tecnocrática que se tem da educação.

A articulação dessa educação basicamente tecnocrática imposta pelos governos militares e mantida ainda hoje pelos Estados brasileiros, em grande medida dificulta a formação do cidadão-militante, ao não induzir o estudante a refletir sobre sua realidade, ou sobre os problemas concretos de seu país dificultando que estes estudantes pensem na possibilidade de uma organização política, econômica e social diferente daquela a que eles estão acostumados a viver.

Outro fator impeditivo da formação desse cidadão militante que deveria transforma-se no homem novo de Makarenko, aludido pelo MST, é o fato de ter-se criado nas consciências das pessoas a imaginação de que a revolução era coisa de comunistas que não queriam o bem do país, criando assim uma certa indisposição para a compreensão em torno do que significa a própria palavra socialismo, que os militares cuidaram de associar aos males causados pelo regime imposto no leste-europeu.

A educação, entrelaçada com esses problemas políticos, sociais e econômicos, foi divulgada como importante mecanismo de combate ao subdesenvolvimento do país e possibilitador de uma melhor equidade social. Para tanto demandava uma série de investimentos, que durante as décadas passou a ser feito pelos países centrais, sob forma de empréstimos aos países em desenvolvimento. Estes empréstimos, segundo Otaíza Romanelli, seguiam sempre o mesmo esquema, ou seja, o de desenvolver nas colônias ou nos países dependentes, o hábito do consumo.

Os recursos provenientes dos países centrais e aplicados nos países dependentes, embora servissem para endividar os tomadores de empréstimos, em muito pouco os ajudava, visto que eram gastos, em sua quase totalidade, nos próprios países financiadores, principalmente em recursos humanos e treinamentos de seus assessores. No Brasil, os acordos MEC/USAID previam que até o papel utilizado nos livros didáticos deveriam vir dos Estados Unidos.

---

para o desenvolvimento?

Nesse sentido, a ajuda que a AID deu ao Brasil, na década de 70, não fugiu à regra, sendo que o próprio Le Than Khoi, coordenador de programas de ajudas internacionais dos Estados Unidos para América Latina e Caribe, afirma no Boletim do Departamento de Estado Americano, N.º 59, de dezembro de 68, que:

> "O maior erro mantido a respeito do programa de ajuda ao estrangeiro é o de acreditar que enviamos dinheiro ao estrangeiro. Nós não o fazemos. A ajuda ao estrangeiro consiste em material, matérias-primas, serviços e produtos alimentares americanos. Desta forma, 93% dos fundos da AID são gastos diretamente nos Estados Unidos" (William S. Gand, State Department Bulletin, vol. LIX, apud Romanelli 1987:201).

Dessa forma, o investimento que os países centrais faziam nos países estrangeiros, estava sempre condicionado aos interesses em jogo, no quadro político internacional. Num momento em que a guerra fria ganhava maior evidência o retorno político e econômico que esse investimento em educação poderia dar aos países financiadores servia de balizamento para os empréstimos.

Para Maria José Palmeira (1990:42), tanto a Escola Rural como as escolas próximas da periferia, freqüentadas por pessoas que saíram do campo, têm se tornado escolas "de faz de conta", pois ensinam valores e possuem um currículo não condizente com os interesses dos trabalhadores rurais.

Para pensadores como Makarenko, no entanto, "*a educação não é somente a preparação de um cidadão bom ou mau, mas também a preparação de seu futuro nível de vida, de seu bem-estar*" (Makarenko 1985:57), criando condições para sua inserção na sociedade enquanto cidadão-militante, que busca na escola a preparação para a vida.

3.2 Processo de formação do homem integral

> "A escola é um lugar de estudo, trabalho e organização. É também um lugar para aprender DEMOCRACIA. Este aprendizado não se faz

> estudando sobre o que é democracia. A democracia se aprende através do relacionamento diário dos alunos com os alunos, dos alunos com os professores, dos professores com os professores, da escola com o assentamento".
>
> (Caderno de Formação 18:15

Para o MST, a formação humana deve se dar de forma integral, através da criação do homem omnilateral. Nesse sentido, o trabalhador rural sem terra, envolvido com o movimento, deve participar de todos os meios de formação promovidos pelo MST e aprender, a partir da prática do dia-a-dia, como resolver os problemas surgidos no interior do MST, transformando-se assim em uma liderança do MST e, por conseqüência, em um agente de transformação da sociedade, rumo à construção do socialismo.

Para a implantação dessa proposta de socialismo, o MST tem buscado construir um novo espaço de socialização. Esse espaço de socialização ao longo dos últimos tempos tem sido forjado do interior da igreja, do partido, do sindicato e dos movimentos sociais (Souza 1994:45-48), sendo estes últimos entendidos como espaço de socialização política capazes de possibilitar a formação necessária ao militante, pois como afirma Grzybowski

> "... enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores o aprendizado prático de como se unir, organizar, negociar e lutar e partem em direção à formação da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações, apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais" (Grzybowski, 1991:59-60).

Para Grzybowski (1991:60), "*as práticas dos movimentos educam para a participação social*", aumentando no trabalhador o seu grau de consciência e tranformando-o num cidadão-militante em defesa dos interesses das causas revolucionárias maiores, tendo em vista o que realmente importa para o MST: "*a construção e reconstrução permanente de relações sociais mais justas e dignificadoras da nossa humanidade*" (Caldart 1997:4).

Esse novo conjunto de relações sociais segundo o MST se daria através do processo de

formação ao qual o trabalhador é submetido no interior de suas fileiras, mas pode ocorrer, também, a partir de um espaço especificamente destinado à formação, como é o caso da Escola Nacional de Formação, criada e mantida pelo MST para aprofundar e aperfeiçoar a formação de seus militantes.

Essa escola tem por objetivo maior formar professores para trabalhar "*Nas escolas de acampamento, enquanto não são oficiais,* [pois essas] *recebem como educadoras ou educadores as pessoas voluntárias para tal função*" (Caldart, 1996:56). Mas a escola nacional de formação não tem por objetivo formar somente professores para ensinar nas escolas de acampamentos e assentamentos, buscando dar também um referencial político-ideológico da formação para a luta de seu dia-a-dia.

Essas trocas de experiências com as entidades nacionais e internacionais ajudam aos militantes do MST a compreenderem que esse complicado sistema de relações políticas, econômicas e sociais não atinge apenas a eles, ou ao Brasil em particular, mas faz parte do próprio sistema capitalista e de sua organização em nível internacional. Com isso, amplia-se ainda mais a consciência da necessidade de melhorar a solidariedade entre classe trabalhadora como um todo.

Nesse sentido, é ilustrativo o depoimento de algumas lideranças de trabalhadores, citados por Souza em sua dissertação de mestrado, com relação ao aprendizado nessa escola, como pode-se verificar a seguir

> "(...) é na Escola Nacional onde nóis reune todos os quadros, quase dirigentes de todo Brasil, pra estudar uma conjuntura a nível nacional e internacional, questão de economia política, movimentos populares, história do movimento sem terra e um pouco a experiência de outros países (...) vêm debatedores do Paraguai, Chile, etc. Transmitir a luta de seus países pra militantes e dirigentes do Brasil" (Souza 1994:173).

Os militantes que passam por esses cursos adquirem outra dimensão da luta e terão, por conseguinte, maior facilidade para comandar seus companheiros na defesa de seus interesses nos seus locais de trabalho, nas escolas, nos acampamentos e assentamentos ou mesmo no partido político, assumindo novas responsabilidades, já que segundo Maria Lúcia R. D. CARVALHO, *"A assunção de responsabilidade é, em geral, a questão mais importante da vida de todo ser humano, assim como a*

distribuição da responsabilidade é o aspecto mais importante da administração da empresa" (Carvalho, 1979:48).

Para o MST, a formação do cidadão começa pela prática, mas não se conclui nela. Há pois, o reconhecimento de que a teoria é fundamental para o desenvolvimento de qualquer processo formativo ou educacional. Nesse sentido, a práxis do MST se dá através da relação entre teoria e prática, como é possível ver no texto a seguir:

> "... o ponto de partida deve ser a prática de cada companheiro. E, a partir dela, ter acesso à teoria para que essa possibilite re-orientar e corrigir, voltando à essa prática, construindo assim, um movimento permanente prática-teoria-prática, os cursos de formação devem garantir o domínio de conhecimentos científicos, resultar em firmeza ideológica e dar embasamento metodológico para que os militantes tenham capacidade de reproduzir os conhecimentos e contribuir para a organização do MST, os quadros militantes e dirigentes são exemplos para suas bases, o processo de formação deve ter uma continuidade para que cada companheiro possa ir crescendo e melhorando sua capacidade" (Souza, 1994:90-91).

Souza (1994:174), em sua pesquisa, conclui que "*os militantes e dirigentes são exemplos para sua base.* [pois] *Sua prática é um exercício permanente de formação"*. Mesmo assim, ela entende que a formação que esses militantes recebem é pequena e inadequada, uma vez que se verifica, também, "*que a linha política do MST, no que se refere à formação de lideranças, se restringe à transmissão de conhecimento, à imposição de disciplina e exigência de dedicação por parte daqueles que são suas lideranças*" (Souza 1994:174).

Esse processo de formação, segundo Souza (1994:211), não contribui para a formação integral apregoada pelo MST, à medida que, na prática, alguns líderes se tornam repetidores de coisas, subordinados à "disciplina revolucionária" do MST, ao mesmo tempo que têm reprimidos seus desejos e pensamentos quando estão atuando em nome do coletivo do MST.

Com esses argumentos, Souza acaba por contestar o pressuposto de uma educação integral da qual o MST faz apologia, quando afirma que o novo homem deve ser livre, solidário, fraterno e

terno para com seus companheiros e que a educação deve ser sempre criativa e criadora, possibilitando ao trabalhador rural ser elaborador e tutor de seu próprio destino.

A responsabilidade na formação integral do homem aumenta à medida que, para o MST, "*Mais do que um princípio,* [a formação parte de] *um pressuposto fundamental: a nossa profunda crença na pessoa humana e na sua capacidade de formação e transformação.*[sendo assim] *O MST é um espaço social de transformação das pessoas: através da luta coletiva, excluídos vão se tornando cidadãos*" (Caldart, 1996:41)

Essa formação integral, necessariamente, deve iniciar-se com as crianças, possibilitando que não se deixem violar "*las fuerzas nobles en el ánimo de los niños, no se forman hijos fuertes para las conmociones y grandeza de la patria.*[por isso elas] *Deben cultivarse en la infancia preferentemente los sentimientos de independencia e dignidad*" (Marti, 1985:44). [42]

3.3 A busca de uma educação voltada para o trabalho

> "Toda idea se sanciona por sus buenos resultados. Cuando todos los hombres sepan leer, todos los hombres sabrán votar, y, como la ignorancia es la garantia de los extravíos políticos, la conciencia propia y el orgulho de la independencia garantizan el buen ejercicio de la libertad." [43]
>
> Jose Martí

Para o MST, a integração escola/trabalho é fundamental no processo educativo da criança, que deverá ser formada para trabalhar no assentamento e liderar as lutas dos trabalhadores em geral rumo à construção da sociedade socialista. Por isso, a valorização do trabalho é considerada a mais importante forma de educação, principalmente se nela estiverem embutidos elementos que levem à prática

---

[42] as forças nobres no ânimo das crianças, não se formam filhos fortes para as comoções e grandeza da pátria.[por isso elas] Devem cultivar-se na infância preferentemente os sentimentos de independência e dignidade."

[43] Toda idéia se impõe por seus bons resultados. Quando todos os homens souberem ler, todos os homens saberão votar, e, como a ignorância é a garantia dos extravios políticos, a consciência própria e o orgulho da independência garantirão o bom exercício da liberdade.

e à seleção de conteúdos relacionados aos direitos de cidadania.

Nesse sentido, apoiados na leitura de Makarenko (1981:21), os educadores do MST têm defendido que "*um dos objetivos da educação é a formação do hábito do trabalho criador",* onde preconiza-se que *"nenhuma tarefa pode ser realizada de forma completa se não se sabe quais são seus objetivos*", daí a luta por uma escola onde a criança possa ser o agente e sujeito fundamental da relação ensino/aprendizagem.

Para que a criança aproveite melhor o estudo, o MST entende que ela deve fazer a ligação entre a teoria e a prática. Para tanto, incentiva-se que eles desenvolvam trabalhos nas hortas comunitárias e no preparo da merenda escolar, como forma de desenvolver a solidariedade e aproximar sua relação com o trabalho.

Em pesquisa realizada nos acampamentos e assentamentos do MST, no Rio Grande do Sul, Sérgio Haddad afirma que, durante uma de suas visitas ao assentamento do Sarandi, percebeu que "*Todas as classes estavam se organizando em equipes de trabalho dedicadas à limpeza da horta e preparação da merenda*" (Haddad 1994:39).

É importante destacar que, mesmo no Estado de São Paulo, o trabalho na formação e cultivo de hortas é incentivado como forma de fazer a criança ter contato com a terra e com a produção de alimentos, embora nas escolas de assentamentos ou de acampamentos ela ganhe outra conotação: a prática de trabalho produtivo serve como uma forma de afirmação de que a educação na concepção do MST deve estar ligada ao trabalho.

A defesa do trabalho como método pedagógico não nasceu com o MST. Embora não sendo pedagogo, Marx, em sua *Crítica do programa de Gotha e d'Erfurt* demonstra uma preocupação com o desenvolvimento físico e intelectual do homem, defendendo como princípio de formação a associação do binômio educação/trabalho, no qual este seria um dos componentes do processo educativo.

Como Marx, o MST entende que essa integração seria possibilitadora da formação de um indivíduo completo, capaz de fazer face às diferentes situações de trabalho, sendo que o meio indicado para realizá-lo giraria em torno da aprendizagem do saber-fazer ligado aos diversos ramos e

etapas do processo produtivo.

No interior da proposta pedagógica do MST, o estudo visa antes de tudo preparar o educando para a vida no assentamento e dedicação à causa dos trabalhadores em geral e dos trabalhadores sem terra em particular. Deve ainda, ter o papel de levar o educando à reflexão sobre o trabalho e suas relações, entendendo que a educação se coloca como um dos fatores em jogo na luta de classes.

Sendo assim, o processo educativo absorve para si o papel de fornecer aos operários, mediante um ensino concebido de outro modo, os elementos que lhes permitam estabelecer um controle real sobre as suas condições efetivas de trabalho. Em outras palavras, os critérios norteados para a organização desse ensino deveriam ser as possibilidades de acesso dos trabalhadores aos conhecimentos necessários para que se assegure o controle operário sobre o processo de produção, em geral.

A educação, sob este ponto de vista, deverá possibilitar aos jovens assimilar rapidamente, na prática, todo o sistema da produção. Ela fará com que passem sucessivamente de um a outro ramo da produção segundo as necessidades da sociedade ou suas próprias inclinações. Ela libertá-los-á, por conseguinte, desse caráter unilateral que a atual divisão do trabalho impõe a todos os indivíduos. Assim, a sociedade organizada em bases comunistas oferecerá aos seus membros a possibilidade de utilizarem em todos os sentidos as suas faculdades, as quais poderão se desenvolver harmonicamente.

Dessa relação escola/trabalho nasceu o conceito de escola politécnica, defendido por Marx e que visa, através dessa união, criar as condições para que o trabalhador adquira a formação necessária para o desenvolvimento da produção no seu ramo de trabalho e, ao mesmo tempo, tenha o conhecimento dos mecanismos de controle do trabalho pelo capital, segundo o qual a educação mental, a educação corporal, (produzida pelos exercícios ginásticos e militares) e a educação tecnológica compreendem os princípios gerais e científicos de todos processos de produção e, ao mesmo tempo, iniciam nas crianças e nos adolescentes o preparo para as habilidades no manejo dos instrumentos elementares de todos os ramos industriais.

No caso do MST, a luta por uma "*Educação pública e gratuita de todas as crianças (...)* [e a] *Combinação da educação com a produção material*" (K. Marx e F. Engels, 1984:18), são

requisitos para a formação integral da criança, considerado-se o trabalho como parte integrante da educação e vice-versa.

Essa integração entre escola e trabalho já era colocada em prática por alguns industriais socialistas. O próprio Marx afirma que "*Do sistema fabril, como se pode ver detalhadamente em Robert Owen, brotou o germe da educação do futuro, que há de conjugar, para todas as crianças acima de certa idade, trabalho produtivo com ensino e ginastica*" (Marx, 1983:87), possibilitando, além da formação científica, a formação para o trabalho.

Marx, porém, em sua *Crítica do Programa de Gotha,* defendia que o trabalho das crianças deveria ser regulamentado por lei, visando impedir que as crianças fossem exploradas pela burguesia industrial ou mesmo por seus pais que, ao encontrarem dificuldades para prover sua sobrevivência, por força dos baixos salários, tenderiam a utilizar a força de trabalho de seus filhos de forma indiscriminada.

Para Marx, desde que se garantisse uma rigorosa regulamentação do tempo de trabalho segundo as faixas etárias, e se criasse outras medidas de proteção das crianças, o fato de combinar, desde a tenra idade, o trabalho produtivo com a instrução constituir-se-ia num dos mais poderosos meios de transformação da sociedade capitalista.

A educação escolar, segundo os responsáveis por esse setor no MST, deve se dar em um determinado período do dia, ficando o outro período destinado ao trabalho produtivo, pois como Marx estes acreditam que:

> "aqueles que só permanecem na escola metade do dia estão sempre lépidos, em regra dispostos e desejosos de aprender. O sistema de metade trabalho e metade escola torna cada uma das duas ocupações descanso e recreação em relação à outra, sendo por isso apropriado para a criança do que a continuação ininterrupta de uma das duas. Um menino que desde cedo fica sentado na escola, (...), não pode concorrer com outro que chega alegre e animado de seu trabalho" (Marx, 1975:553-554).

Para as lideranças do MST, o ensino descolado do trabalho torna-se deficiente, visto que

o trabalho não deve atrapalhar o ensino, mesmo porque uma parte do dia da criança acaba sendo inaproveitada se este não estiver no trabalho, já que nossas escolas de há muito, tornaram-se escolas de meio período, deixando de ter um ensino de tempo integral.

Não há ainda estudos suficientes que comprovem a existência de diferença entre um aluno que passa o dia todo na escola e aquele que só a freqüenta por meio período, em razão da sua participação na produção material, mas pode-se inferir que essa combinação de trabalho e estudos pode ser proveitosa para o aluno, a partir das experiências realizadas pelo MST, pois o aluno teria parte do dia dedicado à escola, parte ao trabalho, sobrando-lhe o período noturno para estudos e reflexões em torno de temas que despertaram interesse de pesquisa por parte do educando.

Antuniassi (1983:96), no entanto, afirma que "*72% das crianças que trabalham estão mais sujeitas à repetência*", do que aquelas que somente estudam. Como a pesquisa de Antuniassi foi feita sobre a realidade do estudante noturno que trabalha durante todo o dia, tendo portanto menos disponibilidade de tempo para os estudos, do que o estudante que trabalha meio período e estuda a outra parte do tempo, pode-se inferir que essa realidade não se equipara à daqueles que trabalham e estudam durante o dia, tendo parte da noite para refletir sobre o que durante o dia lhe foi ensinado, ou para rever as lições que lhes foram passadas para ser realizada extra-classe.

Entendendo que a alternância entre o trabalho produtivo e o ensino escolar contribui para melhorar o processo educacional das crianças, alguns educadores como Nogueira (1993:131) defendem que:

> "... a alternância de tarefas constitui uma estratégia pedagógica capaz de elevar o rendimento obtido em cada gênero de atividade. Assim, as "crianças de fábrica" seriam mais aptas a aproveitar do ensino oferecido pelo fato de que desfrutam da possibilidade de variar as suas atividades cotidianas".

É consenso entre os educadores do MST que a relação entre educação e trabalho não será alterada se também não houver profundas mudanças no currículo escolar, organizado prioritariamente para resolver os problemas educacionais do homem do campo. Por isso o MST propõe que haja:

"Um currículo organizado com base na realidade e no seu permanente movimento. Isto implica em romper com pelo menos duas idéias tradicionais de currículo: a de que currículo é igual a lista de matérias ou de conteúdos e a de que currículo só diz respeito ao que acontece no espaço estrito de sala de aula, ou seja, nos momentos de repasse de conteúdos. Mesmo que se diga que é diferente, as práticas de avaliação costumam ser exemplo contundente de como é isso que de fato prevalece na maioria das escolas. Um currículo com base na realidade em movimento tem, entre outras, estas características:

a) envolve a constituição de um AMBIENTE EDUCATIVO na escola, promovendo múltiplos tempos e espaços de aprendizado e de ensino: aulas expositivas (nada contra elas!), estudo pesquisa, trabalho produtivo, jogos, produções culturais e artísticas diversas, atividades comunitárias. Momentos coletivos, momentos individuais, intercooperação entre turmas, entre escolas, assumindo a dinâmica das demandas do giro da história com a firmeza de um planejamento e de uma avaliação séria e cuidadosa de cada tempo ou situação pedagógica.

b) Faz dos problemas e desafios dos assentamentos e acampamentos objetos de estudo e de ação na escola e através dela, produzindo conhecimentos com valor de uso social na realidade concreta. Nessa perspectiva, tanto os estudos e pesquisas como as ações a serem desencadeadas no assentamento ou noutro local devem integrar o currículo e, portanto, serem tratadas pedagogicamente.

c) Cria novos tempos e novos espaços de relação pedagógica entre educadores e estudantes, sendo o ensino, ou seja, o momento de socialização/recriação dos conteúdos já produzidos pela humanidade, apenas um deles. O grande papel de educadoras e educadores é dinamizar o ambiente educativo das escola, ajudando os alunos e as alunas a perceberem os objetos ou as situações de formação que tem ao seu redor. Neste processo, o próprio ensinar pode não ser privilégio só de professor, mas também de estudantes entre si e de outros integrantes da comunidade" (Caldart, 1996:43 45).

Portanto, para o MST, um currículo escolar adaptado à realidade do trabalhador rural, visando superar suas necessidades e propiciar um melhor conhecimento a respeito de seu trabalho e da exploração a que está submetida a classe trabalhadora, são fundamentais para a transformação da sociedade existente na sociedade que se deseja.

Para o MST, portanto, além dessa integração escola/trabalho, deve ser viabilizada, ainda, a possibilidade de a criança participar da organização e da gestão escolar, dado que a gestão serve de paradigma para a formação na condução e defesa dos interesses das associações e cooperativas que devem ser formadas e administradas pelos Trabalhadores Rurais Sem Terra, para que esse possa adquirir maior competitividade para seus produtos no mercado.

3.4 A concepção de um modelo de gestão educativa

> "aunque todo el proyecto fuera inaceptable, se salvaría por estos dos principios que lo sostienen y que lo han engendrado: libertad de enseñanza, y enseñanza obligatoria. O mejor, enseñanza oblitoria y libertad de enseñanza; porque aquella tiranía saludable vale aún más que esta libertad."[44]
>
> Jose Marti

A gestão escolar é um importante componente de qualquer sistema de ensino, pois, dependendo de como ela se dá, a vivência democrática na escola pode ser maior ou menor[45]. Nesse sentido, o MST propõe que as escolas onde estudam os filhos dos trabalhadores rurais sem terra sejam administradas pelos próprios assentados, afirmando que "*seria bom se toda Escola, algum dia,*

---

[44] " ainda que todo o projeto fosse inaceitável, se salvaria por estes dois princípios que o sustentam e que o tem engendrado: liberdade de ensino, e ensino obrigatório. Ou melhor, ensino obrigatório e liberdade de ensino; porque aquela tirania saudável vale ainda mais que esta liberdade."

[45] Neste sentido, reporto-me a Maria Lúcia R. D. Carvalho (1979:56) que, em seu livro **Escola e Democracia**, afirma que "*Democracia significa a representação da vontade do todo, mas como o todo não é, necessariamente, a maioria, devemos encontrar um método pelo qual as idéias da maioria e da minoria possam estar tão intimamente relacionadas, que os indivíduos sejam capazes de criar idéias de grupo e produzir uma genuína vontade coletiva*".

funcionasse como uma COOPERATIVA, onde as crianças decidissem o que fazer dentro e fora da sala de aula" (Caderno Formação 18:6).

Subentendendo que os grandes problemas da educação advêm da ausência de participação das crianças em sua administração, o MST preconiza a superação dessas deficiências a partir da implementação de medidas que possibilitem transformá-las em gestoras das mesmas, tirando delas apenas a condição de destinatárias da educação.

O MST entende que ao transformarem-se em gestoras da escola, essas crianças estariam automaticamente se preparando para administrar, posteriormente, uma cooperativa de trabalhadores, consolidando assim um importante objetivo da formação do MST.

Para o MST, portanto, as escolas deveriam ser geridas por coletivos formados por professores, pais e educandos, visto que esses últimos são os maiores interessados na educação, construindo uma experiência administrativa nova e voltada para a cooperação dentro dos acampamentos e dos assentamentos.

Com relação a esse aspecto, do ensino para a cooperação especificamente, Roseli Caldart descreve a atuação do MST da seguinte forma:

> "Queremos educar para a cooperação. Para o MST, a cooperação tem sido considerada um dos importantes instrumentos para se chegar a um novo tipo de desenvolvimento rural. Mas para desenvolvê-la é preciso um processo prolongado e intencional de formação. Aqui a "pedagogia viva" do dia-a-dia acaba não sendo suficiente diante da cultura arraigada da propriedade privada e do individualismo que domina em nossa sociedade" (Caldart, 1996:42).

Para os educadores do MST, as crianças podem e devem ter uma participação mais efetiva na vida escolar, assumindo trabalhos de organizar a farmácia da escola, a biblioteca, a secretaria ou organizando jogos, fazendo festas, campanhas, jornaizinhos com as notícias do assentamento e da escola, etc, bem como devem ter um trabalho ligado à terra. Aos professores cabe a tarefa de ajudar nesta organização (Caderno Formação 18:13-14).

As dificuldades encontradas para a gestão participativa nas escolas dos acampamentos e assentamentos, assim como na escola em geral, não estão na forma de gerí-la, mas no conteúdo de sua organização. Numa escola onde estudam somente crianças de 1ª à 4ª séries, com idades entre 7 e 11 anos, portanto sem responsabilidade jurídico-legal, essas ficam impossibilitadas de assumirem um papel que demande delas a necessidade de responderem por esses problemas.

É importante ressaltar que esses impedimentos não podem determinar a não participação das crianças nas atividades próprias de sua idade ou naquelas que não exijam dela responsabilidades que estejam fora de suas possibilidades. Só não se pode confundir participação em atividades escolares com gestão participativa, onde devem ser tomadas decisões que muitas vezes exijam responsabilidades civis, pois esse papel pode perfeitamente ser exercido por seus pais.

Com a defesa de que as crianças devem fazer parte da direção dos trabalhos e da gestão escolar, o MST corre o risco de incorrer num basismo tão exacerbado que passe a acreditar que tudo deve ser decidido por toda a "base" da comunidade, o que, em muitos casos, acaba inviabilizando a própria execução de tarefas que demandem rapidez na sua execução ou que devam ser encaminhadas e solucionadas pela direção da escola.

Ao se exigir que tudo tenha que passar pelo crivo da comunidade, através de assembléias, corre-se o risco de transformar essa relação num fator impeditivo da agilidade da direção de escola para implantar e promover projetos que, muitas vezes, beneficiam a própria comunidade. Essa busca de participação e, às vezes, até desejo de controle exacerbado por parte do MST, não pode ser um fator que sirva de argumento para as pessoas contrárias à democracia na escola impedirem a democratização do ensino e da gestão escolar, inclusive através da eleição de diretor por seus pares e pela comunidade escolar, ressalvando-se alguns critérios de paridade como já ocorrem em algumas universidades e escolas públicas. Nesse sentido o Estado de Minas Gerais tem sido um exemplo.

O MST propõe também que as escolas sejam geridas como cooperativas. Embora não se deva entender esta proposta como nenhuma grande inovação, é necessário admitir que nesse processo proposto há maior participação e, por isso mesmo, maior controle da comunidade.

Ao propor uma escola cooperativa, o MST contribui para avançar na luta em defesa de

uma escola pública gerida pelos trabalhadores, embora não inove na fórmula, pois o funcionamento deste tipo de escola já não constitue numa novidade, visto que no Estado de São Paulo já existem muitas escolas administradas por cooperativas de professores ou de entidades que as formam, no intuito de oferecer melhores estudos para seus filhos.

O MST inova no conceito de escola pública ao diferenciar o conceito de gestão participativa, fazendo a apologia de que a gestão deve ser efetivada pelos interessados, mas a manutenção dos prédios e os salários dos funcionários devem ser pagos pelo Estado que, segundo o MST, deveria abster-se de qualquer ingerência no processo administrativo.

Para o MST, o fundamental na organização e gestão de uma escola pública está na possibilidade desta gestão ser exercida democraticamente, embora não se possa falar que uma escola é mais democrática pelo simples fato de ser organizada em forma de cooperativa, visto que há escolas cooperativas estritamente fechadas em torno do grupo que a administra, sem espaço para a participação da maioria.

Pensando nesta perspectiva, Carvalho (1979:56), assevera que *"Uma simples subordinação à vontade de uma maioria não é uma atitude democrática"*, visto que quando se impõe a vontade da maioria, quase sempre se nega a legitimidade em torno dos interesses das minorias, tão propalados e debatidos nestes tempos.

Carvalho (1979:60), entende ainda que *"Só teremos democracia verdadeira quando os jovens não mais forem doutrinados, mas formados no caráter da democracia"*, o que de certa forma nega o aspecto democrático de uma gestão participativa, quando essa não é dada a partir da formação da cidadania.

Além disso, Carvalho (1979:60), garante que "*O grande segredo das associações não é que os homens têm necessidade uns dos outros, mas que eles necessitam das mesmas coisas*", possibilitando a unidade para a solução dos problemas que as pessoas não conseguem resolver individualmente.

3.5 Metodologia: uma concepção eclética de ensino

> "A criança que recebe, no seio da família, uma educação correta, voltada para o trabalho, empreenderá logo, com maiores perspectivas de êxito, sua preparação especializada."
>
> Makarenko

Para alcançarmos o desenvolvimento de qualquer trabalho com o êxito esperado, especialmente quando se trata da questão educacional, é fundamental que se conceba um determinado caminho a seguir, optando-se assim por uma metodologia clara, que nos possibilite alcançar os objetivos traçados no início de nossos trabalhos.

Entretanto, dada a própria natureza multifacetária do fenômeno educativo, existem diversas formas de se concebê-lo, visto que a educação se desenvolve como processo e não como uma realidade elaborada, pronta e acabada. Por isso, o fenômeno educativo deve ser visto como algo histórico, humano, cultural e multidimensional. "*Nele estão presentes tanto a dimensão humana quanto a técnica, a cognitiva, a emocional, a sócio-política e cultural*" (Mizukami 1986:1), possibilitando diferentes interpretações das diversas dimensões e abordagens desse processo.

A abordagem metodológica adotada em qualquer trabalho educativo, torna-se, fundamental para que o educador possa juntamente com os alunos alcançar os objetivos traçados pelo grupo de estudo. Por isso mesmo, qualquer enfoque metodológico deve ser claramente delimitado pelo grupo em questão. Para o desenvolvimento de seu trabalho, entretanto, o MST entende que não deve adotar uma única metodologia, pois vê nisso uma forma de limitação ou restrição para o seu trabalho educacional.

Visando fugir aos "estreitos limites" das metodologias educacionais conhecidas e

utilizadas pelos professores das escolas públicas ou privadas que atuam no mercado da educação, o MST opta por aproveitar tudo o que acredita existir de melhor no trabalho dos educadores que sua direção considera capazes de servir de inspiração para o seu trabalho.

Mesmo não definindo uma metodologia a ser seguida, o MST inicialmente opta por abominar tudo que possa ter saído da chamada abordagem tradicional, entendendo que esse modelo de escola não se aplica no seu trabalho por não considerar a escola como parte da própria vida do educando, mas, pelo contrário, por entender que o aluno é que se constitui numa parte da escola, cabendo ao professor exercer o papel de mediador entre o aluno e os modelos existentes no mundo.

O MST opta, portanto, por forjar uma nova maneira de ensinar a partir da contribuição dos pedagogos que, no passado ou no presente, estiveram engajados, ou pelo menos posicionados politicamente nos partidos de esquerda. Buscando aproveitar tudo aquilo que entende como positivo em uma variada gama de educadores, de diferentes correntes pedagógicas, do existencialismo cristão de Paulo Freire, até o construtivismo de Piaget ou o marxismo de Makarenko, se constrói um ecletismo metodológico, através do qual as crianças dos acampamentos e assentamentos devem construir seus saberes.

No segundo número da revista SEM TERRA, o MST trata da questão educacional, afirmando desenvolver seu paradigma metodológico

> "De acordo com os ideais socialistas e coletivos, calcados no princípio da solidariedade, [por isso], o projeto educacional do MST tem como base teórica Paulo Freire, Florestan Fernandes, Che Guevara, o cubano José Martí, o russo A Makarenko e os clássicos como Marx, Engels, Mao Tse-Tung e Gramsci" (Revista SEM TERRA nº 2 out/dez 97:27)

Para o MST, a metodologia adequada para ser usada no processo de ensino/aprendizagem é aquela que parte da prática da criança numa relação prática-teoria-prática. Defende ainda que não adianta o professor ficar repassando conteúdo para o caderno da criança, se ela não souber para que serve. Apenas gasta-se caderno, até porque o MST não faz parte do conteúdo da escola tradicional (Caderno de Formação 18:17), que trabalha com metodologia e conteúdos ditados pela classe

dominante.

Por assim considerar, o MST defende que nos assentamentos o processo educacional se inicie a partir da experiência vivida pelas crianças, levando-se em conta sua experiência de trabalho, de organização e de relacionamento com os outros (Caderno Formação, 18:17). Isso, possibilitaria uma escola diferente, voltada para a prática do Movimento.

Nessa concepção, identificada pelos próprios dirigentes do MST como sendo humanista, o professor em si, não tem o papel de transmitir conteúdos, mas apenas de criar condições que facilitem a aprendizagem dos alunos através do conteúdo que lhe chega às mãos, vindo das próprias experiências vividas pelos alunos na sua comunidade. Sendo assim, o processo educacional deve se dar através da interação do aluno com o meio e com a comunidade em que reside e com um professor que mediatiza a relação aluno/comunidade/escola.

Nessa postura humanista, o homem é compreendido como um ser historicamente situado no tempo e no espaço, sendo, portanto, um ser único, tanto em sua vida interior, como nas percepções que tem do mundo (Mizukami, 1986:38). A escola deve ser a possibilitadora da descoberta pelo aluno dessa condição de ser único, embora um ser com os outros.

Além dessa concepção pragmática de ensino, que perpassa a proposta do MST, há também uma proposta maniqueísta que entende que somente aquilo que ocorre no interior dos acampamentos ou assentamentos pode ser útil para suas crianças.

Tomando como ponto de partida a metodologia de Paulo Freire, construída a partir da derivação da abordagem sócio-cultural, o MST passa a centrar no homem o peso do caráter educacional. Tendo o homem como sujeito central do processo de ensino aprendizagem, passa-se a buscar na vida concreta desses homens, através da inserção na comunidade onde vivem, os objetos necessários a sua educação.

Nesta concepção, o homem chega a ser sujeito a partir do momento em que ele começa a refletir sobre o seu quotidiano, sendo o trabalho educativo o responsável por essa reflexão. O MST entende que as pessoas aprenderão a partir de temas geradores que devem surgir da realidade vivida pela criança, adolescente, ou adulto, objetivando um processo de interação entre as disciplinas e entre as séries

a serem estudadas.

Esses temas geradores adquirem então, na concepção de Paulo Freire, a capacidade de elevar o educando a tomar uma postura crítica diante do real, dado que segundo a teoria freiriana, o opressor mitifica a realidade fazendo com que o oprimido capte essa realidade de maneira mítica e não crítica. Portanto, as palavras geradoras devem partir do assentamento (realidade local) para, através dele, o educando entender o que acontece com o mundo (Caderno Formação 18:18), visando transformar em realidade o desafio de:

> "seguir nesta luta permanente até que o sonho vire realidade: até que a Reforma Agrária se faça, até que o Estado se democratize e se comprometa com as causas do povo, e até que as transformações sociais produzam justiça, igualdade, dignidade humana. Daí certamente não haverá mais sem-terra fora da escola; porque não haverá mais em nosso país trabalhadores sem-terra e sem trabalho, e nem haverá mais crianças, jovens ou adultos fora da escola" (Caldart, 1997: 46 47).

Durante o desenvolvimento da pesquisa feita por Haddad, ele constatou que na maioria das escolas dos assentamentos e acampamentos, nas classes de 1ª. a 4ª. séries não são utilizados livros didáticos regularmente, dado que o MST vem tentando implementar uma proposta construtivista. Na 5ª. a 8ª. séries, os livros didáticos são usados em História, Geografia, Ciências e Português (Haddad 1994).

As afirmações de Haddad nos levam a inferir que, segundo sua concepção, o "construtivismo" ocorre devido à ausência do livro didático. Nesse caso, há que se questionar o conceito de construtivismo adotado tanto por Haddad como pelo MST, pois não se pode pensar numa proposta de ensino construtivista apenas nas quatro primeiras séries sem pensá-la como um todo, assim como uma metodologia não pode ser considerada construtivista apenas pela ausência ou não do livro didático.

Mesmo se dizendo construtivista e defendendo alguns dos pontos de vista de Piaget, mesmo admitindo que "*a evolução da criança procede do egocentrismo à reciprocidade, da assimilação a um inconsciente dele mesmo à compreensão mútua constitutiva da personalidade, da indiferenciação caótica no grupo à diferenciação baseada na organização disciplinada*" (Piaget,

1970:177), no processo de ensino/aprendizagem, nas escolas do MST, ao contrário do que ocorre nas outras escolas que também trabalham com essa metodologia, existe uma postura de contrariedade ao uso do brinquedo na sala de aula. O MST entende que a educação tem que ser levada a sério, não devendo passar a idéia de que a escola é um lugar de brincadeira, mas de trabalho.

O MST afirma não acreditar no trabalho como única forma de educação, embora entenda que o labor constitua-se num espaço privilegiado para educar suas crianças. Nesse sentido, o MST desenvolve uma visão positiva do trabalho, pois vê nele princípio dignificador do homem, não entendendo sua dupla faceta, de produtor de riqueza e de miséria ao mesmo tempo. Nesse sentido, o trabalho transforma-se segundo o MST, numa prática privilegiada capaz de provocar necessidades de aprendizagem (Princípios da Educação no MST, 6:16).

O trabalho é visto, também, como espaço privilegiado para a construção de relações sociais, no sentido de desenvolver a cooperação e a aprendizagem entre todas as pessoas dos acampamentos, dos assentamentos e da sociedade em geral. Este entendimento é, em certa medida, apoiado na leitura de Maria Lúcia Ribeiro D. Carvalho, que entende que *"Só no grupo é que ela* [a criança] *sentirá que seu ponto de vista difere do dos outros membros e, portanto, terá alguma coisa com que contribuir"* (Carvalho, 1979:59).

Além de Paulo Freire, como já afirmado anteriormente, influencia também o MST, tanto em termos de conteúdo como em torno da metodologia de ensino, o pedagogo russo Anton Semiónovitch Makarenko, um dos grandes nomes entre os pedagogos-renovadores do nosso século.

Através do **"Poema Pedagógico"**, sua obra-mestra, ele mistura criação literária com suas experiências de educador junto a crianças e adolescentes abandonados e pré-delinqüentes na Rússia, após a revolução de 1917, mostrando que não é pelo fato de na sociedade existirem em muitos jovens delinqüentes e marginalizados, a construção de uma sociedade de bases socialistas seja impedida, como desejam algumas das lideranças do MST.

Foi com o material tirado da própria vida que Makarenko trabalhou, no sentido de desvendar o problema da reeducação socialista, do nascimento do "homem-novo", no coletivo e no

trabalho. No decorrer desse processo, ele desvendou amplamente a imagem do pedagogo-inovador (Makarenko 1985:8).

A partir de suas experiências na colônia Gorki, passou a compreender que as relações sociais da nova realidade do país excluíam qualquer atitude negativa para com os ex-contraventores, e era bem por isso que ele usava e ostentava uma confiança total - baseada na noção de honra - perante os seus educandos, onde o trabalho coletivo era o fator de unidade e de educação do grupo.

Wagner Gonçalves Rossi, no prefácio das **Conferências sobre Educação Infantil** (1981:10), afirma que "*Foi, pois, em meio às lutas e à agitação partidária que o educador se forjou, assumindo desde logo seu compromisso com a classe trabalhadora revolucionária que marcaria toda sua vida de trabalho*."

Para Rossi (1981:10), Makarenko tinha perfeitamente claro que "*a prática pedagógica é também, sempre, uma prática política*", não abdicando de seu compromisso para com a comunidade Russa, nem deixando de lado os princípios em que acreditava. Foi sempre um fiel defensor da revolução, sem transformar sua colônia numa extensão do Partido Comunista Soviético.

Makarenko tinha uma enorme crença na organização e na autoridade. Uma autoridade forte e politicamente engajada, que sabia exatamente o que deveria ser feito, e que, na educação, estava representada por pais e mestres que ofereciam diretrizes fundamentais às atividades de filhos e estudantes. O modelo de gestão educacional defendido pelo MST caminha nessa perspectiva, bem como a forma de forjar o conhecimento a partir da unidade coletiva.

É importante salientar que das correntes pedagógicas clássicas, as tratadas acima são as que refletem melhor a metodologia do MST, embora eles reconheçam a importância de outros métodos, ou outras práticas, como aquelas desenvolvidas por Emília Ferreiro, no processo de alfabetização de crianças, bem como as abordagens cognitivas elaboradas por Piaget. Entretanto, negam qualquer possibilidade de vinculação com a abordagem comportamentalista utilizada por Skinner, ou a tradicionalista, chamada por Paulo Freire de "educação bancária".

Outras abordagens metodológicas podem até ter influenciado esse ecletismo do MST, porém, em seus documentos não é possível a identificação de influências diferentes destas acima

descritas.

3.6 O trabalho na formação de adultos

> "Pés descalços sobre a terra, força da seiva e do sonho menino da liberdade, planta nas covas do vento a estrela da vida nova até que a fúria do povo - a correnteza do mar - arraste todas as cercas, liberte de toda morte a terra de semear".
>
> (Pedro Tierra)

A formação de adultos desenvolvida no interior do MST é quase toda ela influenciada pela pedagogia de Paulo Freire, sobretudo através da utilização de sua metodologia de alfabetização de adultos, a partir de temas geradores.

Paulo Freire é tido pelo MST como o grande educador popular nacional, a ponto de Roseli Caldart, afirmar que "*Onde estiver agora, que Freire possa continuar inspirando nossa trajetória. E que possamos nos tornar dignos de sua herança: uma profunda crença na pessoa humana, combinada com coerência política e temperada com ousadia e humildade*" (Caldart, 1997:180).

Com sua metodologia de alfabetização, inspirada nos princípios freirianos, o MST busca, através da utilização das chamadas palavras geradoras, descobrir os segredos da exploração do capital sobre a massa oprimida da sociedade brasileira, principalmente dos trabalhadores rurais.

Para o MST, aquilo que Francisco Wefort chama de maiêutica[46], constitui-se na grande descoberta desse autor para ajudar às classes oprimidas a se descobrirem oprimidas e, com isso, poderem buscar a sua libertação. Nesse sentido, fica subentendido que a educação é um dos principais fatores de libertação da sociedade, sendo sua ausência fator de escravidão.

Analisando o primeiro período da obra de Paulo Freire, (período que vai de 1959 a 1967), Silvia Manfredi (1978:68), conclui que "*A visão de uma 'Educação para a participação' é enfoque central do autor em quase todos os trabalhos e conferências que datam deste período*".

Como o MST tem basicamente o caráter de movimento, acredita que tanto a educação como a sociedade vivem um período de trânsito social, que vem acompanhado de algumas inflexões que devem levar a sociedade capitalista a se transformar necessariamente numa sociedade socialista, cabendo aos movimentos sociais somente precipitar esse momento através de sua participação.

Nesse sentido, para Paulo Freire, "*o caráter dessa 'participação' deveria ser ativo, denotando sempre uma perspectiva de criticidade e reflexão*" (Manfredi 1978:68).

Silvia Manfredi (1978:82), em análise já citada da obra de Paulo Freire, diz que as mudanças numa sociedade,

> "... se configuram a partir da dinâmica das relações que os homens mantêm entre si e com a realidade que os circunda. As mudanças sociais decorrem da capacidade do homem em recriar e incorporar novos elementos à cultura que lhe é legada e transmitida. Dessa forma, as sociedades de cada época histórica trazem a marca das 'modificações' que lhes são imputadas pelos próprios homens".

Segundo a autora, as concepções de Paulo Freire, apontam para o entendimento de um mundo em que as relações do homem com a realidade, são resultantes do fato de o homem estar com ela e de estar nela, e que pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai humanizando a realidade. Esse aspecto da humanização, formada através da criação e recriação do

---

[46] Prefácio à 6ª. edição de **Educação como prática da liberdade** Paulo Freire ed. Paz e Terra. 1976, Wefort compara Freire a Sócrates, ao considerar sua metodologia como uma maiêutica para a educação

homem, ajudou a influenciar o MST na sua obra pedagógica de construção do "homem novo" que deseja construir.

Foi a **Pedagogia do Oprimido**, obra já considerada clássica de Paulo Freire, que mais inspirou o trabalho educacional do MST, visto que, nessa obra, o "*autor aponta a educação sistemática (educação bancária) nestas sociedades como um instrumento de controle e dominação*" (Manfredi 1978:89). Aponta, também, para outra forma de educação, baseada em temas geradores a partir da realidade própria do trabalhador, onde esse deveria alfabetizar-se.

Essa prática de Paulo Freire é vista pelo MST como uma prática revolucionária, pois visa atender aos interesses das classes oprimidas pelo capital e dominadas pelo seu próprio analfabetismo, embora esse afirme várias vezes que não vê o analfabetismo como uma doença grave, como fora anunciado pela classe dominante. Mas, "*a viabilidade social de uma educação que atenda aos interesses dos 'oprimidos' só se efetivaria na prática revolucionária, enquanto ação desenvolvida por uma liderança, que visasse superar a contradição 'opressores-oprimidos'*" (Manfredi 1978:89).

O MST considera superada historicamente a visão de que a escola é apenas lugar de conhecimento teórico, onde se aprende aquilo que se deve aplicar fora dela (Princípios da educação no MST:10). Entende, também, que o modelo de educação tradicional não responde aos seus interesses, por ser oriundo e estar a serviço da classe dominante. Essa constatação torna-se mais evidente quando Paulo Freire "*(a) contrasta os princípios de sua 'pedagogia libertadora' com as características da 'educação que predomina nas sociedades opressoras' e (b) procura vincular práxis educativa e política*" (Manfredi 1978:94).

Essa vinculação é necessária, segundo o MST, pois somente assim se pode pensar numa educação libertadora e livre das influências alienadoras próprias da educação burguesa, que tem um caráter dominador, opressor e excludente em relação à classe trabalhadora. Esta exclusão se daria pela forma como a educação tradicional é feita, pois:

> "Segundo Freire, a educação 'bancária' jamais poderia ser utilizada como instrumento de libertação, à medida em que é uma forma de manutenção do status-quo, nestas sociedades. Isto porque reflete, ao nível das

---

de jovens e adultos.

> relações educador-educando, as mesmas contradições que predominam ao nível da sociedade global" (Manfredi 1978:94).

Para a educação do homem do campo, dentro do novo processo de construção de sujeitos sociais que o MST visa, é fundamental partir da prática para a teoria. Nesse caso, o MST reafirma o primado da primeira sobre a segunda, entendendo que a prática é o principal meio de instrumentalização do homem para o exercício das práticas revolucionárias (Princípios da Educação no MST:11).

Para o MST, a educação deve ter o papel de desvelar a realidade para transformá-la, pois como Manfredi, o MST acredita numa postura conspiracionista da burguesia. Manfredi, referindo-se aos trabalhadores alega que:

> "Para estes, o fundamental não é o desvendamento do mundo, sua transformação. Na verdade, o que pretendem os opressores é transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime. (...) Pretendem, isto sim, conseguir através da educação cada vez mais uma condição adaptativa que lhe garanta melhores formas de dominação" (Manfredi 1978:95).

O MST entende, ainda, que a educação deve necessariamente estar ligada à capacitação, dada através de uma atividade objetiva que leve à educação problematizadora. *"A educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexiva, implica num ato permanente de desvendamento da realidade. (...) Torna-se um esforço permanente através da qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo em que e com quem estão*" (Manfredi 1978:98).

Influenciado pelo educador Paulo Freire, o MST entende que uma das vertentes da opressão social está nas formas de tratamento criadas a partir da gramática que, por ter sua origem numa sociedade machista, dominadora e opressora, reflete-se nas relações pessoais, nas quais o homem domina e oprime as mulheres. Nesse sentido, sem muita reflexão acaba por induzir seus militantes a confundirem uma categoria profissional ou uma fração de classe com o próprio gênero sexual.

Entendendo que estariam contribuindo para a libertação da mulher, propõem mudar a

forma de tratamento, referindo-se sempre aos dois gêneros sexuais e não somente a uma determinada categoria profissional ou fração da classe trabalhadora. Assim, os trabalhadores passam a ser organizados a partir do sexo e não pela unidade de classe oprimida, contra uma única classe opressora.

Não se pode negar que uma certa linguagem machista, e muitas vezes preconceituosa, exista na gramática portuguesa, mas acreditar que se resolve o problema da opressão sobre a classe trabalhadora a partir da questão do gênero é criar subterfúgios para não encarar a discussão fundamental é a das classes sociais. A partir do gênero, a própria classe trabalhadora passa de oprimida a opressora, pois o homem oprime a mulher e a luta desta deve se dirigir contra seu companheiro e não contra classe dominante na sociedade.

Nesse sentido, o trabalho de formação e educação de jovens e adultos implementado no interior do MST reproduz a prática de Paulo Freire de utilização dos eixos temáticos, que em alguns momentos possibilita um certo questionamento acerca de alguns problemas enfrentados pelos educandos. É preciso compreender porém que a metodologia utilizada nesse processo não leva necessariamente a uma educação crítico transformadora, como pretende o MST, visto que entre educação e transformação social não existe uma relação necessária como querem os defensores desta propositura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> "Tenho que dizer, em primeiro lugar, a todos que me escutam, que a nossa luta não é de hoje. Eu mesma participo das lutas no campo, lá na Paraíba, desde 1958.
>
> Elizabeth Teixeira (Maio de 1985)

Apesar de ser um dos maiores territórios do planeta e possuir uma das mais extensas áreas agricultáveis do mundo, o Brasil não resolveu os inúmeros problemas criados com a má distribuição de terras e as altas taxas de exclusão social entre seus habitantes.

Essa dificuldade de solucionar os problemas que envolvem a distribuição, posse e propriedade de terras foi a geradora dos intensos conflitos ao longo da história do Brasil, desde a chegada dos portugueses à América e a introdução do processo de colonização destas terras.

Esses conflitos iniciaram-se com o processo de extermínio dos povos indígenas, ao mesmo tempo em que se realizava o deslocamento de grandes massas populacionais da África para a América, através do tráfico de negros trazidos na condição de trabalhadores escravos a serviço do capital europeu.

Esse modelo de colonização, executado no Brasil no bojo do capitalismo nascente, ocasionou problemas que até hoje não foram resolvidos, e deram origem a uma série de lutas que desde o período colonial até nossos dias, possibilitando o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais

Sem Terra (MST), um movimento que diz defender uma proposta socialista e ao mesmo tempo aceita as políticas reformistas dos governos de plantão.

Neste contexto, é necessário destacar que a luta dos trabalhadores rurais sem terra não é recente neste país, assim como não é recente a luta por uma educação pública, gratuita e de boa qualidade. A maneira, porém, como o MST aborda estas questões às fazem novas, principalmente por tentar relacioná-las entre si.

Mesmo sendo considerado como um dos movimentos mais importantes do Brasil no século XX, o MST em que pese se reivindicar um caráter revolucionário, acaba assumindo posturas conservadoras, ao atribui à educação uma função redentora dos males vividos por nossa sociedade. Seus dirigentes colocam num mesmo patamar a necessidade de se fazer a reforma agrária e o investimento na educação. Para o MST, a conquista da terra de nada adiantará se não vier acompanhada de uma educação de classe voltada para os interesses dos trabalhadores em geral e dos trabalhadores rurais em particular. A conquista da educação é para o MST, um primeiro passo para a construção da sociedade socialista almejada por toda a classe trabalhadora.

Apesar das contradições existentes no interior do MST, esse movimento tem assumido e se destacado na tarefa de trazer à tona os conflitos sociais vividos no Brasil, buscando vislumbrar a possibilidade de construção de uma sociedade diferente, uma sociedade em que, segundo seus líderes, deve ter como base a solidariedade fraterna entre as pessoas, eliminando-se a relação de exploradores e explorados existe na sociedade capitalista.

Na leitura dos trabalhos publicados pelo MST e das discussões de seus dirigentes, quer através do **Jornal Sem Terra**, quer na **revista Sem Terra**, ou em suas páginas na internet, bem como nos jornais e revistas de circulação nacional, percebe-se que o MST reivindica uma educação que possibilite integrar a criança e o jovem ao trabalho através de uma escola que dê a formação necessária para que jovens e adultos possam assumir a condição não somente de dirigente das cooperativas, mas também de luta rumo à construção da sociedade socialista.

Essa sociedade, seria construída através da conquista da terra, da educação e deveria ser dotada de um novo modelo de organização social, com um caráter revolucionário. Nesse sentido, tanto os

membros do MST como alguns intelectuais da esquerda, a exemplo do economista Paulo Sandroni, atestam que o MST é um movimento revolucionário e que:

> "... é essa força social que luta pela terra que representa o principal aliado do proletariado urbano e rural na luta pela democracia e pelo socialismo. A base objetiva dessa aliança é que os trabalhadores e as massas populares das cidades defendem em toda a linha as duas reivindicações básicas desse setor social: a terra e a liberdade de organização, associação e expressão" (Sandroni, 1993:154).

Como o MST é um movimento de massas esta questão do caráter revolucionário do movimento, ainda causa algumas divergências no seu próprio interior, principalmente quando verifica-se que líderes como José Rainha e João Pedro Stédile almejam fins diferentes para a luta dos trabalhadores, do MST e para sociedade em geral.

Nesse ponto Horácio Martins de Carvalho entende que há a tendência de se considerar a luta do Movimento dos sem-terra,

> "... na sua fase de estruturação, acampamentos e ocupações, como uma tática reformista sob estratégia revolucionária, e a luta para permanecer na terra ocupada, enquanto pequeno produtor como uma proposta reformista burguesa. Ainda que essa observação esteja aqui sendo ventilada com relação ao MST, ela é pertinente a toda prática da luta de classes" (Carvalho, 1993:255-256).

Para Stédile (1993:275) no entanto, "*o capitalismo agrário produz necessariamente o empobrecimento e a proletarização dos pequenos agricultores*", daí a necessidade de se construir uma nova forma de organização social que evite e supere estes problemas e promova o bem estar social entre os homens.

Sendo assim, pode-se aferir que os trabalhadores rurais sem terra que compõem o MST, são pessoas que perderam a terra e buscam através da luta desencadear um processo de reforma agrária que, segundo o MST, é inexorável. Através dessa reforma agrária, o MST pretende solucionar os

problemas que no Brasil estão presentes desde o período da colonização e que se dá, sobretudo através de um processo de ocupação de terras planejado e organizado de forma disciplinada e controlada pelas lideranças do Movimento.

Nesse sentido, a disciplina e a mística desenvolvidas no MST constituem-se em dois mecanismos do movimento e que servem de estímulos para a luta no combate à concentração de terras e exclusão social presentes na sociedade. Procura-se combater também o trabalho escravo e a exploração do trabalho infantil, entendidos como dois fatores que impedem a liberdade do homem e dificultam a construção da sociedade socialista.

Para o MST essa sociedade seria construída através da perspectiva educacional, desde que a educação fosse posta a serviço da classe trabalhadora, e particularmente, aos trabalhadores rurais. Nesse sentido, o MST tem buscado desenvolver algumas experiências educativas que considera inovadoras, sobretudo no que diz respeito à prática de gestão democrática que se vem tentando construir nas escolas em que consegue influenciar.

Esse trabalho educativo tem sido desenvolvido com êxito, visto que o setor de educação do Movimento consegue atingir grande número de analfabetos, que jamais teriam oportunidade de acesso à escola no meio rural se não fosse sua participação nas fileiras do MST.

Sem poder contar com a ajuda oficial dos governos durante o período de acampamento, o MST tem que encontrar alternativas próprias para manter as crianças estudando, pois durante esse período, o Estado não reconhece o direito de cidadania das pessoas que ali estão, alegando que isso seria reconhecer como legítima a ocupação de terras. Caso o MST não assumisse esse papel, as crianças ficariam condenadas a perder o período escolar. Daí a grande importância do setor educacional no interior do MST, notadamente no período de acampamento.

Visando implantar seu projeto sócio-político, o MST tem assumido a organização da luta pelo acesso e qualidade da educação pública, lutando ao mesmo tempo pela democratização de sua gestão. Tem ainda investido na formação dos educadores e reivindicado mudanças nos conteúdos da educação Rural

Para o MST é de fundamental importância que os filhos dos agricultores permaneçam

no campo, que dêem continuidade à luta pelo acesso à terra, partilhando as tradições e o projeto social do movimento. Em outras palavras, a luta por uma reforma agrária e por uma sociedade socialista não devem parar jamais, pois somente assim se construirá o homem novo almejado pelo movimento. A educação é considerada fundamental nesse processo.

Partindo desses princípios, o MST reivindica do Estado que a escola pública do meio rural seja pensada e organizada para o trabalho no campo, dando a mesma ênfase para o trabalho manual e o trabalho intelectual, rompendo assim com a dicotomia social do trabalho intelectual para uma classe e o trabalho braçal para outra. O MST entende, portanto, que partindo da prática produtiva para o trabalho científico estariam fazendo uma relação dialética entre teoria e prática.

Para o MST, essa relação dialética serviria como suporte metodológico para seu trabalho educativo. No entanto o MST, ainda não definiu claramente sua metodologia, pois apregoa por todos os cantos que adota uma metodologia construtivista, embora careça de precisar melhor o que entende por construtivismo, pontos ainda obscuros em seus trabalhos. É necessário também, que se precise melhor o que seria e como se daria o "novo homem" socialista, pois esses dados não estão claros em seus escritos.

Além de adotar uma postura educativa que tem por base um ecletismo metodológico, através da inspiração de vários educadores de vertentes diversas, o MST inova também no conceito de escola pública, entendendo que essa deva ser mantida com recursos públicos (estatais) e orientada pelos interesses da comunidade Para o MST, o fato de a educação ser um dever do Estado não pode significar que a direção da escola pública deva ser reservada exclusivamente ao Estado, pois essa tem que estar a serviço da comunidade e é a comunidade quem melhor identifica suas necessidades.

Para o MST, a autonomia da escola pública não deve significar a impossibilidade da existência de um currículo mínimo a ser seguido por todas as unidades escolares, mas que a administração escolar, deve ser descentralizada e estar sob o controle dos trabalhadores que se utilizam dessa escola.

A discussão a respeito do que seria uma gestão democrática da educação também não está totalmente concluída, mas o MST vem incentivando a participação das comunidades nas escolas, entendendo que estas devam ser geridas por coletivos formados por professores, pais e também pelos

educandos que são os maiores interessados nos destinos da escola e da educação em geral.

Com relação à formação do cidadão-militante, entende-se que ela deva se dar na luta do dia-a-dia, nos processos de ocupação de terras, na organização para o enfrentamento da repressão policial, na distribuição das tarefas dos acampamentos e no processo de negociação com os governos em todas as suas instâncias administrativas.

Essa educação deverá, segundo o MST, ter tanto um caráter formal quanto informal, pois mais do que o acesso à informação, o Movimento entende ser importante a luta pela escola, visto que esse é um direito do cidadão, do qual ele jamais deve prescindir.

A autogestão é uma das práticas mais estimuladas pelo MST, pois além de o aluno aprender a gerir a escola, transformando-a num instrumento democrático a serviço da classe trabalhadora, também aprende a gerir as cooperativas e associações criadas e mantidas pelos assentados, como forma de organizar a produção e distribuição de suas mercadorias.

Outro ponto importante da escola diz respeito à disciplina e à disposição, tanto para leituras quanto para a realização dos trabalhos de pesquisa que cada aluno se propõe a fazer, quer nos intervalos entre as várias etapas, quer ao final do curso, quando recebe o título de professor e o direito de poder dar aulas nas escolas de assentamentos e acampamentos do MST.

Para o MST, a função da escola de acampamentos e assentamentos deve ser ajudar ao trabalhador a se descobrir como explorado e, através de sua ação, eliminar esse processo de exploração. Nesse processo de percepção da exploração, é importante para os estudantes relembrar e comemorar as datas consideradas importantes pela classe trabalhadora e pela comunidade local.

Ao professor é atribuído o papel de criar condições para que os alunos tomem decisões cada vez mais acertadas e coerentes com a vida do Assentamento e com os princípios do MST. Por isso, o professor tem necessariamente que ser alguém engajado no movimento; caso contrário, a educação não atingirá seus objetivos junto ao educando.

Com relação à educação, o MST tem buscado dar respostas à ausência do Estado no campo, bem como tem procurado implementar uma nova forma de gerenciamento da escola pública, ao propor que o Estado apenas cuide de sua manutenção e financiamento, mas que a comunidade, composta

por pais, alunos e professores sejam responsáveis por sua organização.

Na questão metodológica, procuram aproveitar tudo que imaginam ter de bom nos pensadores que o MST entende ter contribuído com a luta da classe operária, rumo à formação do homem integral.

O MST luta ainda por uma educação voltada para o trabalho, onde a criança possa trabalhar meio período e estudar a outra metade do dia. Há forte estímulo para que seus integrantes assumam a gestão das escolas e que lutem para que ela se adequem às necessidades do meio rural, propondo de forma camuflada, um retorno ao ruralismo pedagógico, como já se ocorreu no país nas décadas de 1940 e 1950.

É importante ainda destacar que os pressupostos teóricos metodológicos adotados por seus dirigentes, não foram alvo de análise deste trabalho. Isto poderá vir a ser explorado por outros pesquisadores, em outros momentos, já que são esses pressupostos que definem os rumos da luta desse movimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária Hoje.** Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

ANDRADE, Márcia Regina de Oliveira. O Destino Incerto da Educação Entre os Assentados Rurais do Estado de São Paulo. Campinas, 1993. Dissertação Unicamp.

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. **Trabalhador infantil e escolarização no meio rural.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1983.

ARGUMEDO, Manuel. **Educacion y Desarrollo Rural, Sembrando Ideas**. reflexiones para la educacion rural, Universidade Católica de Chile, Santiago, 1989.

BOFF, Leonardo. **A Mística**. Jornal Sem Terra, Maio de 1993

CALDART, Roseli Salete. **Formação de Educadores/as no MST** - Um currículo em movimento - mimeog, 1997.

_____ **Educação em Movimento**: Formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

CARVALHO, Maria Lúcia R. D. **Escola e Democracia.** Campinas: E.P.U. 1979.

CARVALHO, Horácio Martins de. Tática reformista, estratégia revolucionária. In STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

CNBB. Texto base da Campanha da Fraternidade. 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST, Formação e Territorialização**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.

FUNDEP, **Coragem de Educar**. uma proposta de educação para o meio rural. Petrópolis: Vozes, 1995.

GAJARDO, Marcela. **Enseñanza Basica en las Zonas Rurales**. Chile: UNESCO/OREALC, 1988.

GERMER, Claus. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio e STÉDILE, João Pedro. **Assentamentos: A resposta Econômica da Reforma Agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

GRAZIANO Neto, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia:** Critica da Moderna Agricultura. São Paulo: Editora Brasiliense. 1982.

_____ Recolocando a questão agrária In **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo.** Petrópolis: Editora Vozes/fase, 1991.

_____ Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In STÉDILE João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

HADDAD, Sérgio; e DI PIERRO, Maria Clara. A educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra em Bagé e Sarandi. (RS) Brasília. D.F: INEP, 1994.

MAKARENKO. A S. **Conferências sobre Educação Infantil**. São Paulo: Editora Moraes, 1981.

_____ **Poema Pedagógico**. São Paulo: Editora brasiliense, 1985.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Política: Educação popular**. Coleção ensaio e memória 6 São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

_____ Educação sindical entre o conformismo e a crítica. São Paulo: Editora Loyola, 1986.

MARTI, José. **vida e obra.** São Paulo: Casa América Livre, 1995.

_____ **Obras completas**. Edición crítica Tomo II. Colecion Textos Martianos. Cuba: Centro de Estudos Martianos, 1985.

MARX, Karl. **A Luta de Classes na França.** Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1986.

_____ **O capital**. t. 2 São Paulo: editora abril Cultural, 1983.

_____ **O Capital.** livro 1 vol. 1. Rio de Janeiro: editora civilização brasileira, 1975.

_____ **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

_____ **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: editora CHED 5ª edição 1984.

MIZUKAMI, Maria da graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação Saber e Produção em Marx e Engels**. São Paulo: Cortez Editora, 2ª. edição 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In STÉDILE João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. O joio e o trigo na defesa da Reforma Agrária. In STÉDILE João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

PALMEIRA, Maria José de Oliveira. (coord) Col. Cidadania. **Educação e a Construção da Cidadania do Homem do Campo**. Editora OEA UFBA EGBA, 1990.

PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. Rio de Janeiro: Editora forense, 1970.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**: 1930 - 1973 Petrópolis: Vozes, 1987.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma agrária e distribuição de renda. In STÉDILE João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

ROSSI, Vagner Gonçalves. **Conferências sobre Educação Infantil.** São Paulo, editora Moraes 1981.

SALM, Cláudio L. **Escola e Trabalho.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

SANDRONI, Paulo: A questão agrária e o socialismo: notas sobre problemas econômicos e políticos. In STÉDILE João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura Política Nacional, O poder Executivo.** 3ª edição, Rio de Janeiro: livraria José Olympio Editora, 1981.

_____ **Geopolítica do Brasil**. 3ª edição, Rio de Janeiro: livraria José Olympio Editora, 1981.

SILVA, José Gomes da. **Buraco Negro**: A reforma agrária na constituinte de 1987/1988. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

_____ A reforma agrária no Brasil. In STÉDILE João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária.** 3ª Ed São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

_____ Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____ **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

_____ Viabilidade de uma reforma agrária em São Paulo: In STÉDILE João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

_____ O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In STÉDILE João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

SOUZA, Maria Antônia de. **A formação da Identidade Coletiva**: Um estudo das lideranças de assentamentos rurais no pontal do paranapanema. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, 1994.

SPEYER, Anne Marie. Educação e Campesinato, Uma Educação para o homem do meio Rural. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

STÉDILE, João Pedro e GÖRGEN Frei Sérgio. **A Luta pela Terra no Brasil.** São Paulo: Editora Scritta, 1993.

STÉDILE João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

VEIGA, José Eli da. **O que é Reforma Agrária.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____ **A Reforma que Virou Suco**: uma introdução ao dilema agrário do Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

_____ Reforma Agrária Hoje **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

Caderno de Educação MST

Caderno de Educação MST n. 4 (Educação de Jovens e Adultos) 1994

Caderno de Educação MST n. 5 (Alfabetização de Jovens e Adultos) 1995

Caderno de Educação MST n. 6 (Como fazer a escola que queremos: O Planejamento). 1995

Caderno de Educação n 8 Princípios da Educação no MST 1996

Cadernos de Formação do MST.

Como se Organiza C. F. 5, 1986

Terra não se Ganha, se Conquista C. F. 9, 1986

A Luta Continua: Como se Organiza os Assentados C.F. 10, 1985

Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo C.F. 11, 1986

Nossas Prioridades C. F. 12, 1987

Nossa Força Depende da Nossa Dedicação C.F. 13 1987

Plano Nacional do MST C. F. 17 1989

O Que Queremos Com as Escolas dos Assentamentos C.F. 18 2ª. ed 1993

A Cooperação Agrícola nos Assentamentos C. F. 20, 1993

Questões Práticas Sobre Cooperativas de Produção C. F. 21 1994

Dicas para Buscar a Eficiência C. F. 22, 1994

Cadernos

Conflitos de Terra no Brasil, Pax Christi Internacional. 1988

Conflitos de Terra no Brasil CPT 1985

Conflitos de Terra no Brasil CPT 1986

Conflitos de Terra no Brasil CPT 1987

Conflitos de Terra no Brasil CPT 1988

Conflitos de Terra no Brasil CPT 1989

Conflitos de Terra no Brasil CPT 1990

Conflitos de Terra no Brasil CPT 1991

Conflitos de Terra no Brasil CPT 1992

Conflitos de Terra no Brasil CPT 1993

Conflitos de Terra no Brasil CPT 1994

Conflitos de Terra no Brasil CPT 1995

Revistas

Sem Fronteiras 30 maio de 1985 -

Princípios da Educação no MST.

Revista **Sem Terra**, ano 1 n. 1 jul./set. 97

Revista **Sem Terra**, ano 1 n. 2 out./dez. 97

Revista da Abra Ano 15 n. 1 1985

Revista da Abra Ano 15 n. 2 1985

Revista da Abra Ano 15 n. 3 1985

Revista da Abra Ano 18 n. 2 1988.

Revista **Carta Capital** 5/2 1997.

Revista **Caros Amigos** Novembro 1997.

Revista **"Isto É" N.º 418** de 19/12/84.

Revista **Teoria & Debate** 25 ano 7 junho/agosto 1994

Revista **Teoria & Debate** 35 ano 10 julho/set. 97

Revistas **Tempo e Presença** n. 231, 243/1988/1989

Revista **Nova Escola** ano I n. 4 Junho de 1986.

Jornais

Jornal Sem Terra Maio de 1993

Boletins

Boletim da Educação n. 3 MST Como Trabalhar a Comunicação nos Assentamentos e Acampamentos. 1993

Boletim da Educação n. 4 MST (Escola Trabalho e Cooperação) 1994

Boletim da Educação n. 5 MST O trabalho e a coletividade na Educação 1995.

Boletim da Educação n. 7 MST. Educação Infantil. 1997.

Documentos Eletrônicos

A Reforma Agrária Necessária <URL:http://www.sanet.com.br~semterra/mst-2htm> [14 jul. 1997]

Elementos Fundamentais da História do MST <URL:http://www.sanet.com br~sem terra/mst-1htm> [14 jul 1997]

A Realidade do Campo Brasileiro <URL:http://www.sanet.com.br~semterra/mst-htm> [14 jul 1997]

O MST e a Educação<URL:http://www.sanet.com.br~semterra/mst-3htm> [14 jul 1997]

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, José Luís Vieira de. **Questão Pedagógica da Educação Popular**: uma análise da pratica educativa da educação popular no Brasil. década de sessenta e oitenta. Campinas: Editora UNICAMP, 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e Reforma Agrária.** São Paulo: Editora Ática, 1987.

_____ **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil.** São Paulo: Editora Duas Cidades, 1980.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e Educação Popular**: a Teoria e a Prática de Paulo Freire no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1989.

BICUDO, Hélio. **O Brasil Cruel e sem Maquiagem**. São Paulo: Editora Moderna, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **"Casa de escola"**: cultura camponesa e educação rural Campinas: SP Editora Papirus, 1984.

Brasil Nunca Mais. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

BRYAN, Newton Antonio P. **Educação, Trabalho e Tecnologia em Marx**, mimeog, 1996.

BUENO, Ricardo. **Por que Faltam Alimentos no Brasil?:** reforma agrária, já! Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

CARVALHO, Abdias Vilar de; D'Incao, Maria Conceição. **Reforma Agrária**: significado e viabilidade. Petrópolis: Vozes, 1982.

CAVALCANTI, Coutinho. **Um Projeto de Reforma Agrária.** São Paulo: Edições autores reunidos, 1961.

COELHO, Jorge. **Por que Reforma Agrária.** Recife: Editora Massangana, 1985.

Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil. **Pastoral da terra** São Paulo: Editora Paulinas, 1977.

COSTA, Aguinaldo. **Apontamentos para uma Reforma Agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1945.

Educação no Meio Rural: **Experiências curriculares em Pernambuco.** Editora Brasiliense, 1984.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BERGAMASCO, Sônia Maria Pereira Pessoa. **Censo de assentamentos rurais do estado de São Paulo**: analise e avaliação dos projetos de reforma agrária e assentamentos do Estado de São Paulo. Araraquara MULTICAMP/UNESP, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **O Massacre da Fazenda Santa Elmira**. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agraria na Amazônia.** Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

JOBIM, Leopoldo. **Reforma Agrária no Brasil Colônia.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

JORGE, J. Simões. **A Ideologia de Paulo Freire.** São Paulo: Editora Loyola, 1981.

LOMBARDI, José Claudinei. Apontamentos para a Discussão da Reforma Agrária Brasileira. datilografado, 1986.

MARTINS, José de Souza. A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova Republica" São Paulo: Editora HUCITEC, 1986.

_____ **Caminhada no Chão da Noite** São Paulo: Editora HUCITEC, 1989.

_____ **O Cativeiro da Terra** São Paulo: Editora LECH, 1981.

_____ **Não há Terra Para Plantar Neste Verão.** (o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

_____ **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

_____ **A Militarização da Questão Agrária no Brasil** (terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.

_____ História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

PRADO Junior, Caio. **A Questão Agrária no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

_____ **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

SILVA, José Gomes da. **Caindo por Terra**: Crises da Reforma na Nova República. São Paulo: Editora Busca Vida, 1987.

_____ **Reforma Agrária no Brasil**: Frustração Camponesa ou instrumento de desenvolvimento? Rio De Janeiro: Editora Zahar, 1971.

TOMBIM, Ana; WERTHEIN, Jorge. **Educação Rural no Terceiro Mundo**: experiências e novas alternativas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

TOPALOV, Cristian. **Estruturas Agrárias Brasileiras.** Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1978.

VEIGA, Ilma P. Alencastro. (coord). **Educação e Escola no Campo**. Editora Papirus, 1993.

WAGNER, Carlos. **A saga do João Sem Terra.** Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

Livretos

Plantando Cirandas MST

Reflexão sobre a Violência no Campo. Cepis/MST Texto de apoio n.8 1985

Estatuto da União Democrática Ruralista. UDR.

A Ofensiva da Direita no Campo. Goiânia: CPT, 1987

Como Organizar a Massa MST 1991

Documento básico do MST 1994/95.